

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO**

**PARCERIAS INTER-SETORIAIS EM CONTEXTOS DE MUDANÇA SOCIAL:
INVESTIGAÇÃO DO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL**

PAULO FREDERICO PAGANINI OLIVEIRA JUNIOR

SÃO PAULO

2018

PAULO FREDERICO PAGANINI OLIVEIRA JUNIOR

**PARCERIAS INTER-SETORIAIS EM CONTEXTOS DE MUDANÇA SOCIAL:
INVESTIGAÇÃO DO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL**

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito parcial para obtenção do título em nível de doutoramento em Administração de Empresas no campo de Estudos Organizacionais, sob orientação do Prof. Dr. Rafael Alcadipani da Silveira.

SÃO PAULO

2018

Oliveira Junior, Paulo Frederico Paganini.

Parcerias inter-setoriais em contextos de mudança social : investigação do combate ao trabalho escravo no Brasil / Paulo Frederico Paganini Oliveira Junior. - 2018.
197 f.

Orientador: Rafael Alcadipani da Silveira.

Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Escravidão. 2. Trabalho escravo - Brasil. 3. Políticas públicas. 4. Direitos humanos. I. Silveira, Rafael Alcadipani da. II. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 658-055.1

PAULO FREDERICO PAGANINI OLIVEIRA JUNIOR

**PARCERIAS INTER-SETORIAIS EM CONTEXTOS DE MUDANÇA SOCIAL:
INVESTIGAÇÃO DO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL**

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito parcial para obtenção do título em nível de doutoramento em Administração de Empresas, no campo de Estudos Organizacionais, sob orientação do Prof. Dr. Rafael Alcadipani da Silveira.

Data de Aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael Alcadipani da Silveira (Orientador)
EAESP-FGV

Prof. Dr. Carlos Osmar Bertero
EAESP-FGV

Prof. Dr. Fernando Antonio Prado Gimenez
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Marcus Vinicius Peinado Gomes
University of Exeter

SÃO PAULO

2018

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese aos auditores do trabalho Nelson José da Silva, João Batista Lage e Eratóstenes de Almeida Gonçalves, ao motorista Ailton Pereira de Oliveira, vítimas da Chacina de Unaí, e a todas as trabalhadoras e trabalhadores que sofrem cotidianamente em decorrência do trabalho escravo e de uma política nefasta que os afasta cada vez mais de um trabalho minimamente decente.

AGRADECIMENTOS

A toda a equipe da Fundação Getúlio Vargas que me deu suporte necessário ao longo destes quatro anos, em especial à Maria Tereza e ao Prof. Ely Paiva.

I extend my thanks to all my colleagues from International Institute of Social Studies – EUR, especially Professor Karen Siegmann, Salwa Wahed and ‘Brazucas em Haia’

A todas as professoras e professores da Getúlio Vargas e visitantes que, de algum modo, fizeram parte desta trajetória, em especial à Profa. Eliciane e ao Prof. Amon.

Aos colegas de doutorado que me acompanharam nesta jornada, em especial à Lorena Matos e ao Edvalter Holz.

À CAPES e ao CNPq pelo fomento ao aprimoramento acadêmico e à pesquisa científica.

À Mércia Silva por todo o apoio no campo de pesquisa, pelas portas abertas, e pelas diversas rodadas de conversa que frutificaram neste trabalho.

Ao InPacto e todas as partes relacionadas por terem compartilhado experiências e seus espaços com o meio acadêmico.

Aos meus coordenadores João Paulo e José Carlos, e à Universidade Cruzeiro do Sul por terem me apoiado institucionalmente ao longo do estágio doutoral no exterior.

Agradecimento especial aos professores Sérgio Bulgacov e Lee Pegler pela paciência em me mostrar os caminhos possíveis no processo de doutoramento. A estes senhores, eterno apreço.

Agradecimento aos professores Bertero, Fernando Gimenez e Marcus Peinado Gomes por terem aceitado avaliar esta tese e contribuído com meu processo de formação.

Agradecimento especial ao meu orientador e grande profissional Rafael Alcadipani, por ter me dado suporte acadêmico e profissional ao longo desta jornada, sempre com tranquilidade, paciência, maestria, amizade e confiança.

Aos meus irmãos Nando, Ico e Cá, meu cunhado Cuco e meu padrasto Laerte, pelo incessante apoio na vida acadêmica, profissional e pessoal.

Um agradecimento especial à minha companheira Taynara Fitz, que tem me acompanhado em todas as lutas pessoais e acadêmicas, e tem me feito continuar ao longo da trajetória do doutorado.

Um agradecimento especialíssimo à minha mãe, Regina, que possibilitou tudo isso, por sua dedicação e zelo à educação dos filhos, sempre com apoio dedicado aos planos de vida de cada um.

Ao papai, ao Vô Dico e à Vó Maria, espelhos vivos em outro plano.

*his mind is not for rent
to any god or government
always hopeful yet discontent
he knows changes aren't permanent
but change is*

(Tom Sawyer, Rush)

RESUMO

Esta tese apresenta a investigação de uma parceria social intersetorial que busca a erradicação do trabalho escravo no Brasil. Para isto, foi realizada pesquisa de campo de dezoito meses em uma organização que visa compilar atores dos setores estatal, privado e terceiro setor, e mobilizar principalmente o setor privado para promoção do trabalho decente e erradicação do trabalho escravo. Esta pesquisa adotou a perspectiva indutiva, na qual o trabalho de campo foi iniciado anteriormente à escolha teórica desta tese, seguindo de modo recursivo no qual o primeiro alimentou o segundo e vice-versa, de modo cíclico e contínuo. Também em termos metodológicos, a forma qualitativa de se fazer pesquisa foi norteadora desta tese, guiando tanto o trabalho de campo quanto o trabalho de análise do *corpus* e discussão do caso e, por isso, foram realizadas entrevistas em profundidade, observação dos sujeitos em interação, e uso de documentos. Por sua vez, o procedimento de tratamento do *corpus* se deu tomando por base os procedimentos indicados pela teoria fundamentada nos dados e, portanto, por meio de codificações e categorizações a partir do trabalho de campo. Assim, foram construídos cinco grandes temas – episódios, arenas de relações e contra-arena, *boundary spanners* e *conveners*, capacidades e poder, e paradoxos. Estes grandes temas foram discutidos sob o olhar da abordagem teórica da CSSP (*cross-sector social partnership*), cujo posicionamento mais amplo está na abordagem que investiga relações interorganizacionais. Para esta discussão, foi construído um guia teórico capaz de englobar os debates surgidos no campo e, por isso, segue estrutura similar aos cinco grandes temas. Desta forma, por fim, esta tese contribui com três grandes grupos de lacunas teóricas advindas do debate existente no campo de CSSP, sendo estas lacunas encaminhadas na direção das parcerias sociais e das arenas, dos sujeitos e o campo organizacional, e das tensões, capacidades e paradoxos, sendo estes três grandes grupos permeados por conceitos desenvolvidos a partir do trabalho de campo desta tese, e culminando também em um conceito mais amplo, em termos onto-epistemológicos, do que é CSSP.

PALAVRAS-CHAVE: parceria social intersetorial; trabalho escravo no Brasil; pesquisa qualitativa; episódios; paradoxos; arenas.

ABSTRACT

This thesis presents an investigation of a cross-sector social partnership which aim is to eradicate slave labour in Brazil. To do such investigation, it was conducted field research over eighteen months in an organization that congregates players from the three sectors – private, public and third sector, and deploy mostly the private sector to promote decent work and to eradicate slavery. This research is inductive-oriented, so, according to this view, the fieldwork was began before the choice of the theoretical lens, following a recursive process in which the first fed the second and vice-versa as a cyclic and continued way to explore the field. Also, the qualitative approach guided this thesis, as this perspective has oriented the fieldwork and also the *corpus* analysis and the discussion of the case, and, therefore, it was carried out in-depth interview, field observations and notes, and use of written documents. The procedure of *corpus* treatment was conducted considering the procedures designated by grounded theory, and, therefore, through *corpus* codifications and categorizations. In this manner, it was built five big themes – episodes, arenas of relationships and counter-arenas, boundary spanners and conveners, capacity and power, and paradoxes. These big themes were discussed under the theoretical lens of CSSP (cross-sector social partnership) of which broader position is connected to interorganizational relationship approach. To this discussion, I built a theoretical framework able to involve debates emerged in the fieldwork, and, therefore, it follows a similar structure of the five big themes mentioned above. Lastly, this thesis contributes with three main groups of theoretical gaps that came from the existing debate in the CSSP literature, as these gaps are tried to be filled through the debate of social partnership and arenas, agents and organizational field, and tensions, capacities and paradoxes. These three groups are pervaded by concepts that were developed from the fieldwork, and also culminated in a broad concept, in terms of onto-epistemology, of ‘what is CSSP’.

KEYWORDS: cross-sector social partnership; slave labour in Brazil; qualitative research; episodes; paradoxes; arenas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Caracterização Episódica	36
Figura 2 - Elementos da Arena Principal.....	93
Figura 3 - Elementos da Contra-Arena.....	100
Figura 4 - Pontos de Reconfiguração da CSSP investigada	102
Figura 5 - Subcategorias dos atores da CSSP	103
Figura 6 - Categorias de Spanners e Conveners	107
Figura 7 - Categorias das Capacidades	110
Figura 8 - Relação dos Elementos de Capacidade	112
Figura 9 - Posição Itinerante de Vantagem (forma 1).....	114
Figura 10 - Posição Itinerante de Vantagem (forma 2).....	114
Figura 11 - Categorização dos Paradoxos	122
Figura 12 - Elementos da Arena Principal.....	180
Figura 13 - Elementos da Contra-Arena.....	181
Figura 14 - Pontos de Reconfiguração da CSSP investigada	181
Figura 15 - Categorias de Spanners e Conveners	182
Figura 16 - Categorias das Capacidades	182
Figura 17 - Relação dos Elementos de Capacidade	183
Figura 18 - Categorização dos Paradoxos	183

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dominant Modes and Central Attributes of Conveners for Various Types of Interventions and Influence	38
--	----

LISTA DE ABREVIações

ABRAINc – Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias
ABVTEX – Associação Brasileira de Varejo Têxtil
BACEN – Banco Central do Brasil
CAQDAS – computer assisted qualitative data analysis software
CEJIL – Center for Justice and International Law
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CONATRAE – Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CSSP – Cross-sector social partnership
CUT – Central Única dos Trabalhadores
ICJ – International Court of Justice
INGO – International Non-Governmental Organization
InPacto – Instituto Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo
IOS – Instituto Observatório Social
MIN – Ministério da Integração Nacional
MPF – Ministério Público Federal
MPT – Ministério Público do Trabalho
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PEC – Projeto de Emenda Constitucional
PPP – Parceria Público-Privada
SDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos
STF – Superior Tribunal Federal

SUMÁRIO

ESTRUTURA DA TESE	1
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	4
1.1 Introdução	4
1.1.1 <i>Questão de Pesquisa</i>	7
1.1.2 <i>Objetivos da Pesquisa</i>	7
1.1.2.1 OBJETIVO GERAL	7
1.1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	7
1.1.3 <i>Contribuições e Justificativas</i>	8
CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA	10
2.1 Introdução	10
2.2 Trabalho Escravo e Seu Norte Conceitual	10
2.2.1 <i>Evolução do Conceito</i>	11
2.3 Definição de CSSP e debates possíveis	18
2.4 Arenas de Parcerias Sociais	23
2.5 Principais Atores nas Parcerias Sociais	31
2.5.1 <i>Conveners</i>	37
2.5.2 <i>Boundary Spanners</i>	41
2.6 Capacidade e Poder	45
2.7 Paradoxos Organizacionais	50
2.7.1 <i>Paradoxos em Perspectiva</i>	50
2.7.2 <i>Conceitos Essenciais Relacionados a Paradoxos</i>	53
2.8 Conclusão: Lacunas Teóricas	59
CAPÍTULO 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS	61
3.1 Introdução	61
3.2 Orientação Onto-Epistemológica	62
3.3 Formação do <i>Corpus</i> de Pesquisa	64
3.3.1 <i>Observações</i>	64
3.3.2 <i>Entrevistas</i>	66

3.3.3 Documentos	68
3.4 Procedimentos de Análise do Corpus	69
3.5 Limitações da Pesquisa	72
CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS	74
4.1 Introdução	74
4.2 Episódios	76
4.2.1 Episódios antecedentes à formação da CSSP	78
4.2.2 Episódios posteriores à formação da CSSP	85
4.2.3 Episódios em Análise	87
4.3 Arenas das Relações Interorganizacionais	90
4.3.1 Arena Principal	91
4.3.2 Contra-Arena	98
4.3.3 Arenas em Conexão	101
4.4 Sujeitos Relacionados	102
4.4.1 Conveners e Spanners	104
4.4.2 Atores, Episódios e Pontos de Reconfiguração	106
4.5 Capacidades e Poder	109
4.6 Paradoxos	115
4.6.1 Paradoxos Observados	116
4.6.2 Paradoxos e Seus Pontos Comuns	120
4.7 Conclusão	123
CAPÍTULO 5 – DISCUSSÕES	127
5.1 Parceria Social, Organizações e Arenas	127
5.2 Sujeitos e o Campo	135
5.3 Capacidades, Episódios e Paradoxos	141
5.4 Conclusões Emergentes	144
CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
6.1 Síntese da Tese	147

6.2 Contribuições e Implicações	148
6.3 Limitações e Complementações por Pesquisas Futuras	150
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICE A - RÓTULOS	176
APÊNDICE B – CATEGORIAS COMPILADAS	180

ESTRUTURA DA TESE¹

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO

Introduz a discussão geral que norteia esta tese e apresenta a questão de pesquisa, os objetivos geral e específicos de pesquisa e as contribuições. Também, delinea o objeto de estudo utilizado como base para a construção desta tese.

Capítulo 2 – REVISÃO DA LITERATURA

Apresenta a revisão da literatura, partindo do recorte conceitual de trabalho escravo que norteou a tese. Em seguida, apresento o recorte do tema sobre redes e relações interorganizacionais e que se aprofunda no tópico sobre *cross-sector social partnership* (CSSP). Posteriormente, elementos da literatura são apresentados para subsidiar a construção do modelo utilizado para interpretação dos materiais obtidos durante o trabalho de campo². Neste capítulo, são apresentados conceitos e características advindos da literatura que abordam as definições de CSSP, arenas onde ocorrem as parcerias, atores tais como *boundary spanners* e *conveners*, as relações de poder no espaço interorganizacional, e os paradoxos organizacionais. Ao longo deste capítulo, lacunas teóricas foram apresentadas, tendo sua síntese destacada na parte final do capítulo.

Capítulo 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

Apresenta os aspectos metodológicos em seus detalhes. Para tal, primeiramente eu mostro a base onto-epistemológica que orienta esta tese e o caráter recursivo e dinâmico entre obtenção das informações do campo e a análise destas informações. Em seguida, detelho os procedimentos de obtenção das informações no campo de pesquisa, no qual eu evidencio como e onde foram realizadas as observações e as

¹ Esta tese possui referências cruzadas e hyperlinks que permitem fácil navegação entre as imagens – tabelas e figuras – mencionadas e o local do texto onde foram referenciadas.

² Nesta tese, o termo ‘campo’ é utilizado para significar, entre outras coisas, o campo de pesquisa utilizado para compreender as relações interorganizacionais selecionadas, e o campo de erradicação do trabalho escravo, sendo este último um recorte abstrato de todo o ambiente dentro do qual a CSSP foi localizada.

entrevistas em profundidade e as características dos sujeitos informantes e não-informantes presentes no campo. Posteriormente, eu discuto os procedimentos utilizados para análise das informações obtidas no campo.

Capítulo 4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS

Apresenta o conteúdo do *corpus* construído ao longo do trabalho de campo e busca analisá-lo sob o procedimento de rotulação, codificação e categorização deste material. Portanto, como fruto deste procedimento, temos apresentado cinco grandes temas, sendo eles *episódios*, *arenas das relações interorganizacionais*, *sujeitos relacionados*, *capacidades e poder*, e *paradoxos*. Dentro de cada grande tema, são apresentados categorias e conceitos que auxiliam na compreensão do fenômeno estudado, bem como dá suporte para a posterior discussão e preenchimento das lacunas advindas do recorte teórico escolhido.

Capítulo 5 – DISCUSSÕES

Tomando por base os cinco grandes temas apresentados no capítulo anterior, este capítulo discute os conteúdos teóricos e empíricos simultaneamente, buscando preencher as lacunas evidenciadas no recorte teórico selecionado. Para tal, foram separados e definidos três grandes grupos de lacunas teóricas, que envolvem *parceria social*, *organizações e arenas*, *sujeitos e o campo*, e *as capacidades, episódios e paradoxos*. A discussão alicerçada nestes temas conduz também ao que chamamos de conclusão emergente, trazendo novamente os conceitos essenciais delineados no campo e passíveis de contribuir com o quadro conceitual de *cross-sector social partnership*.

Capítulo 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresenta a síntese da tese, mostrando o norte teórico escolhido nesta pesquisa, bem como a abordagem metodológica adotada. Em seguida, ilustra os principais debates presentes na discussão do *corpus* com a teoria, e quais lacunas foram preenchidas. Também, associa a questão de pesquisa com as principais contribuições. Posteriormente, evidencia a principal crítica, a principal contribuição teórica e a principal contribuição metodológica desta tese. Por fim, encerra a tese

mostrando aspectos limitadores desta pesquisa, bem como possibilidades que esta tese oferece para pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 Introdução

Após substancial onda de privatizações, seguida por um processo de redemocratização política no Brasil, atualmente as políticas formadas pelo setor estatal têm sido forjadas por meio da interface deste setor com o setor privado e terceiro setor, o que culminou num cenário onde a governança tomou papel central para mediar as relações dos atores pertencentes a estes três setores (Peci; Pieranti; Rodrigues, 2008). Em cenário similar, porém em outros contextos (idem), o Estado tem se tornado um ator cada vez mais conectado com atores que não compõem hierarquia do setor estatal, consequência das reformas neoliberais, o que tem permitido o surgimento de redes relacionadas com a crescente interdependência dos setores estatal, privado e terceiro setor (Borzel, 1998), cenário este que também pode ser evidenciado no contexto brasileiro (Melo, 1996; Ivo; Fadul; Heber, 1998; Fischer; Falconer, 1998; Junqueira, 2004; Monteiro; Fleury, 2014)³. Estas redes têm sido um espaço em que ocorrem relações interorganizacionais⁴ sob a figura de determinados atores e ou organizações que têm algum propósito comum, formando uma intersecção entre os setores estatal, privado e terceiro setor, seja esta intersecção caracterizada pelo conflito ou concordância entre atores e organizações.

Este contexto neoliberal permitiu o surgimento de diversos tipos de relações interorganizacionais que permeiam os dois ou três setores da sociedade, entre os quais está a colaboração entre os setores que tem como propósito o desenvolvimento de áreas como o setor econômico, educação, saúde pública, alívio da pobreza, sustentabilidade ambiental, entre outros (Selsky; Parker, 2005; Bryson; Crosby; Stone, 2006; Peci; Pieranti; Rodrigues, 2008). Este tipo de associação foi notadamente crescente nas últimas três décadas, tanto no norte quanto no sul global

³ No entanto, neste ponto fazemos a ressalva de que no Brasil existem projetos e tentativas neoliberais, porém coexistindo com outros modelos e orientações político-econômicos, o que distancia o país de um projeto neoliberal genuíno ou importado integralmente.

⁴ Apesar do uso mais comum, IOR – interorganizational relations, existem diversos outros termos que possuem o mesmo significado, embora algumas vezes sejam tratados também fora desta área de domínio (Cropper et al, 2009, p. 5)

(Selsky; Parker, 2005)⁵, sendo isso fruto do maior enfoque dado à perspectiva de governança por meio da construção de agência moral “[...] which is congruent with the attributed tendencies of economic-rational actors: autonomous, self-determined and self-sustaining subjects [...]” (Ronen, 2008, p. 7).

Dentre as diversas classificações de relações interorganizacionais ou, mais especificamente, de colaboração intersetorial, emerge o que Selsky e Parker (2005, p. 850) denominaram de parceria social intersetorial (*Cross-Sector Social Partnership* – CSSP), sendo definida como “[...] cross-sector projects formed explicitly to address social issues and causes that actively engage the partners on an ongoing basis”, mais bem detalhado no próximo capítulo. No entanto, este conceito endereça basicamente quatro arenas nas quais as relações ocorrem, sendo elas: business-nonprofit; business-government; government-nonprofit; and trisector (Selsky; Parker, 2005)⁶.

Embora conceitualmente estas quatro arenas sejam bem delineadas, em prática são turvas (Waarden, 1992; Rhodes, 1996; Stoker, 1998; Fischer; Falconer, 1998; Rhodes, 1999; Stevenson e Greenberg, 2000; Hardy; Lawrence; Grant, 2005; Mandell; Keast, 2009). O aspecto turvo das arenas torna opaca a responsabilidade dos setores e suas respectivas funções no processo de relação interorganizacional, sendo que isso pode ser atenuado pelas especificidades contextuais dos espaços de lutas em que ocorrem as associações intersetoriais.

Especificamente no contexto brasileiro, dentre as diversas redes com agenda social que surgiram no país em decorrência da abertura do setor estatal para redemocratização e interface com o setor privado e o terceiro setor (Peci; Pieranti; Rodrigues, 2008), o estudo de Monteiro e Fleury (2014) apresenta a existência de associação entre organizações dos três setores no entorno da pauta de erradicação trabalho escravo⁷. Sumariamente, as autoras identificaram uma rede de relação

⁵ Neste caso, os autores utilizam os termos “advanced and developing economies”

⁶ Embora de outra forma, estas arenas são evidenciadas também por Edwards e Hulme (1992), Monteiro e Fleury (2014), Doner e Schneider (2000) e Khan (1998).

⁷ Embora eu reconheça as diferenças conceituais dos diversos termos que estão em torno da pauta de erradicação do trabalho escravo, estas diferenças não implicam alteração no entendimento desta tese. Por isso, serão usados de modo intercambável os termos trabalho escravo, trabalho análogo à escravidão, trabalho forçado, trabalho não-livre.

organizacional que buscava promover o trabalho decente e erradicar o trabalho forçado, e outra rede que resistia ao combate do trabalho escravo e buscava, através de mecanismos institucionalizados, minar o enfrentamento.

Ao evidenciar duas redes distintas e com propósitos antagônicos de forma panorâmica, a pesquisa de Monteiro e Fleury (2014) nos permite duas considerações que nos abre uma lacuna para seguir com a investigação desta tese. A primeira é o fato de o setor privado estar, de acordo com as autoras, mais presente na rede de resistência, porém representado apenas na figura do setor latifundiário, o que, na visão desta tese, limita a compreensão da mobilização do setor privado no combate ao trabalho escravo. A segunda consideração é a necessidade de situar a pesquisa das autoras no contexto de 2011, ano em que a coleta de dados foi realizada por elas. No entanto, no ano de 2014 foi composta uma nova rede com o objetivo de absorver a demanda do setor privado pela erradicação do trabalho escravo, fazendo fronteira com o setor estatal e o terceiro setor, situação na qual reside a investigação desta tese. Desta forma, surge a possibilidade de compreender em profundidade a mobilização do setor privado – com a presença do setor estatal e do terceiro setor – em torno da pauta de erradicação do trabalho escravo.

Ao buscar preencher as lacunas mencionadas acima, surge também a possibilidade de compreender com maior profundidade o fenômeno da CSSP, considerado por Selsky e Parker (2005) um fenômeno pouco explorado e pouco compreendido, cabendo também a investigação situada no contexto brasileiro com suas peculiaridades que fogem ao *mainstream* das pesquisas realizadas nos Estados Unidos e Europa. Desta forma, torna-se possível também trazer contribuições teóricas ao CSSP que nos permitem elucidar este fenômeno em um contexto compreendido fora do eixo EUA – Europa.

Assim, temos como problemática central desta tese as relações interorganizacionais alicerçadas em agendas sociais, com desdobramento que vai em direção a uma parceria social que busca a erradicação do trabalho escravo no Brasil e tem como entes organizações e sujeitos do setor privado e do terceiro setor. A principal justificativa para conduzir a investigação no entorno desta problemática está no fato de que, de acordo com Selsky e Parker (2005), milhares de parcerias sociais que operam em nível subnacional atuam fora do radar dos pesquisadores em estudos

organizacionais. Atrelado a isso, surge a possibilidade de contribuir com a literatura de relações interorganizacionais e seus elementos, tais como arenas de colaboração, atores principais, relações de poder, paradoxos organizacionais, e principalmente o aspecto recursivo⁸ e reflexivo de agência e estrutura⁹ onde as relações estão situadas.

1.1.1 Questão de Pesquisa

A questão de pesquisa que guia esta tese é: Quais as relações interorganizacionais e seus desdobramentos provenientes da luta pela erradicação do trabalho escravo no contexto brasileiro atual?

Para responder tal questão de pesquisa, eu delinee os objetivos geral e específicos mencionados abaixo.

1.1.2 Objetivos da Pesquisa

1.1.2.1 OBJETIVO GERAL

Examinar as relações interorganizacionais provenientes da luta pela erradicação do trabalho escravo no Brasil em seu contexto intersetorial.

1.1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Examinar os aspectos e desdobramentos da literatura em CSSP, definindo um quadro conceitual capaz de dialogar com a realidade brasileira e que apresente lacunas teóricas para contribuição por meio desta pesquisa;
- Examinar os principais episódios relacionados ao trabalho escravo no Brasil entre 1990 e 2015, relacionados com a formação da parceria social investigada e que culminaram na formação desta;

⁸ Recursividade é compreendida no mesmo sentido atribuído por Giddens (2003, p. 3, 20, 41), em que as atividades sociais “[...] não são criadas por atores sociais mas continuamente recriadas por eles através dos próprios meios pelos quais eles se expressam *como* atores”, sendo que isto ocorre necessariamente ao longo do tempo (p. 3)

⁹ Estrutura é compreendida neste trabalho seguindo a mesma orientação de Giddens (2003, p. 32-35), sendo, portanto, “rules and resources”, passível de identificação por três tipos: dominação, significação e legitimação. As estruturas são usadas pelos agentes como referência para interação social. As principais dimensões da dualidade da estrutura são o esquema interpretativo, a facilidade e a norma, sendo estes três itens aqueles que permitem a relação das capacidades cognoscitivas dos agentes com as características estruturais.

- Explorar os paradoxos existentes no campo organizacional investigado e em campos organizacionais paralelos, porém com influência no primeiro;
- Investigar as relações dos *conveners* e *spanners*¹⁰ entre si, e também com atores componentes à CSSP e externos a esta;
- Investigar o papel dos *conveners* e *spanners* em relação aos episódios e paradoxos surgidos no campo;
- Investigar os fluxos ‘itinerantes’ de poder e capacidades dentro da CSSP, em decorrência dos paradoxos e episódios;
- Oferecer aparato explicativo que permita compreender as parcerias sociais em contextos paradoxais e complexos, tendo o Brasil como foco.

1.1.3 Contribuições e Justificativas

No âmbito teórico, esta tese busca contribuir para a construção de um modelo que permita compreender as relações interorganizacionais em contexto de mudança social. Tal modelo traz consigo a possibilidade de articular os setores privado, estatal e terceiro setor, tornando-o mais robusto ao ser utilizado em contextos complexos atuais em que a conexão de atores de diferentes setores está fortemente engendrada. Ainda no âmbito teórico, outra contribuição desta tese é articular os níveis micro e macro de análise para compreender as relações interorganizacionais, conectando estes níveis de modo recursivo e reflexivo para compreender a realidade. Também, outra contribuição teórica deste estudo é trazer a pauta do combate ao trabalho escravo sobre o qual as relações interorganizacionais foram investigadas. Ao

¹⁰ Conveners e boundary spanners serão tratados com maior profundidade em capítulo posterior. No entanto, de antemão, cabe ressaltar que conveners são aqueles sujeitos que têm capacidades e poder para convocar diversas partes a fim de iniciar algum tipo de parceria. Também, boundary spanners diz respeito aos sujeitos com capacidades de expandir as atividades e a abrangência da parceria social, passando a englobar mais sujeitos e organizações, bem como passando a ter maior capacidade de atuação no campo.

trazer tal pauta, a contribuição teórica permite inserir no debate de relações interorganizacionais o aspecto da mudança social e seus desdobramentos tais como conflitos e coesões. Por fim, a perspectiva teórica adotada nos permite contribuir com a literatura de CSSP, conectando paradoxos internos às relações interorganizacionais com paradoxos que ocorrem em campos organizacionais paralelos, e como estes segundos influenciam nas dimensões dos primeiros.

Em termos de contribuição empírica, a compreensão das relações interorganizacionais para erradicação do trabalho escravo no Brasil pode oferecer maior clareza para os atores que estão envolvidos neste processo de erradicação, uma vez que apresenta em profundidade quais mecanismos estão por detrás das articulações entre organizações que buscam promover a erradicação e as organizações que buscam frear este movimento.

CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Introdução

Este capítulo apresenta o recorte teórico selecionado nesta tese, o que nos permitirá, posteriormente, realizar a discussão entre material de campo, categorias construídas por meio deste material, e posicionamentos teóricos identificados neste capítulo. Para tal, primeiramente eu apresento o recorte do conceito de trabalho escravo que norteou esta tese. Em seguida, eu apresento a definição de CSSP e alguns dos debates possíveis que esta abordagem oferece. Posteriormente, apresento a discussão conceitual em torno das arenas de parcerias sociais. Em seguida, resgato algumas possibilidades teóricas para se compreender as dimensões da agência, bem como quais atores chave podem ser identificados no campo. Após, apresento o recorte teórico sobre capacidades e poder, que auxilia na compreensão dos fluxos de poder, das capacidades dos agentes, e das relações deste tópico com elementos tais como paradoxos e episódios. Ainda, apresento o recorte teórico sobre paradoxos organizacionais, sua dimensão interna às organizações, e a possibilidade de contribuir por meio da observação de paradoxos emergentes no campo de relações interorganizacionais. Por fim, concluo apresentando as lacunas oferecidas por este recorte teórico, o que nos permite conduzir posterior debate sobre o trabalho de campo e a teoria.

2.2 Trabalho Escravo e Seu Norte Conceitual

A conceptualização inicial do termo ‘trabalho escravo’ está conectada ao contexto em que foi desenvolvido, o que propiciou diversas definições. De acordo com o trabalho de Bales e Robbins (2001), existe uma discrepância e confusão dos conceitos que definem trabalho escravo, ou mais especificamente escravidão, usados como referência por órgãos internacionais, governos e universidades. Bales e Robbins (2001, p. 22) destacam que “the result is a definition highly reflective of its historical context”, o que leva a compreensão de que os conceitos adotados por diversas

organizações não dependem apenas do contexto em si, mas também do caráter temporal que sua definição implica.

No trabalho de Bales e Robbins (2001), os autores exploraram os conceitos de trabalho escravo ao longo do tempo e vinculados a acordos internacionais. Em princípio, um dos pontos tratados pela Liga das Nações foi a busca pela eliminação do trabalho escravo ou práticas relacionadas à escravidão por meio de um pacto entre nações soberanas, de acordo com Bales e Robbins (2001, p. 22). Este pacto firmou escravidão como uma violação dos direitos humanos básicos internacionalmente reconhecidos, se tornando uma lei *jus cogens*¹¹ assumida pelos estados.

Dentro deste acordo, a Corte Internacional de Justiça (ICJ) definiu que escravidão, prática relacionada a escravidão, e trabalho forçado podem ser em decorrência de crime de guerra quando cometido por um país que está em guerra com outro país, crime contra a humanidade quando cometido por funcionários públicos independentemente da circunstância na qual ocorre ou nacionalidade, e, por fim, crime internacional comum quando cometido por oficiais públicos ou pessoas privadas contra qualquer pessoa (Bassiouni, 1991 apud Bales; Robbins, 2001, p. 20). Neste ponto, os autores não englobam a possibilidade de conceituar o trabalho escravo conforme seu uso dentro de um mesmo país em decorrência dos interesses do capital e de significativa parcela dos setores estatal e privado.

2.2.1 Evolução do Conceito

Apesar de a escravidão ter sido abolida oficialmente em sua maioria no século dezanove, a prática de escravizar permeou os séculos vinte e vinte e um. Isto conduziu a articulação de órgãos internacionais na tentativa de amadurecer e refinar o conceito de escravidão.

Iniciando com a *Slavery Convention of League of Nations*, em 1926, escravidão foi definida como a condição de um indivíduo sobre o qual se exercem total

¹¹ Normas definitivas imperativas do direito nacional

ou parcialmente as características do direito de propriedade (Bales; Robbins, 2001, p. 27; Allain, 2008, p. 754). A este conceito, foi adicionado que se deve prevenir trabalho compulsório ou forçado que produza condições análogas à de escravidão (Bales; Robbins, 2001, p. 27; OHCHR, 2015), surgindo pela primeira vez o princípio da condição análoga. Ao atribuir a ideia de condição análoga à de escravo, ao invés de remeter à condição de escravo, isto denota a busca pela diferenciação entre a escravidão historicamente conhecida e a escravidão contemporânea.

Em 1930, a *Convention No. 29* definiu trabalho escravo como trabalho ou serviço exigido sob ameaça de sanção para o qual o trabalhador não tenha de disponibilizado espontaneamente. Ainda, a convenção define que, em termos práticos, isto pode conduzir a abuse de vulnerabilidade, restrição de movimentos, violência física e sexual, retenção de documentos ou pagamentos, condições de vida e de trabalho abusivos, jornada de trabalho excessiva, entre outros pontos (ILO, 2015, p. 8)

Em seguida, na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, ficou definido que “[n]inguém será mantido em escravatura ou servidão; a escravatura ou trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos” (OHCHR, 1948). Esta declaração ampliou a tentativa de cercear o trabalho escravo e contribuiu para evidenciar que o conceito de trabalho escravo engloba necessariamente servidão. Apesar disso, a única contribuição efetiva desta definição foi a universalização desta passagem específica atrelada aos direitos humanos.

Na *United Nations Supplementary Convention on the Abolition of Slavery*, de 1956, foram acrescentados ao conceito de escravidão até então conhecido as práticas de servidão por dívidas, servidão, casamento forçado ou servil, exploração de jovens para seu trabalho (Bales; Robbins, 2001, p. 27; Allain, 2008, p. 778; OHCHR, 1956; ILO, 2015). Com isso, o conceito de trabalho escravo passou a englobar questões antes não consideradas.

A servidão por dívidas, incluída no conceito, é a condição que resulta de um compromisso do devedor que deve prestar serviços pessoais como garantia de uma dívida que não caminha para sua quitação. Servidão foi incluída significando o acordo de viver e trabalhar na mesma terra pertencente a outro, sem haver a liberdade para mudar tal situação. O casamento forçado elenca a prática de prometer ou dar em

casamento a mulher para a quitação de uma dívida ou para obter receita advinda desta negociação, sem que a mulher tenha o direito de recusar tal procedimento. Por fim, a exploração de jovens para o trabalho diz respeito à prática de entregar o jovem abaixo de dezoito anos para um terceiro que não seja os pais ou o detentor da guarda.

Estes quatro pontos possibilitaram o desenvolvimento do conceito para especificar questões anteriormente negligenciadas. Além disso, ao englobar tais pontos, o conceito passou a forçar maior dedicação das partes responsáveis por combater trabalho escravo, sendo que o esforço de combater apenas o direito de propriedade sobre outrem não era mais suficiente.

Em 1966, na *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*, foi discutido o direito de qualquer pessoa ter a oportunidade de ganhar seu sustento via trabalho livremente escolhido ou aceito, tendo como ato adicional a necessidade de se tomar medidas apropriadas para salvaguardar este direito. Desta forma, esta aliança internacional trouxe para o conceito a responsabilidade de garantir a possibilidade de o trabalhador obter seu sustento mediante livre escolha de suas possibilidades. Portanto, situações em que o trabalhador possui apenas uma possibilidade de obtenção de sustento passaram a ser consideradas como trabalho escravo.

O *Rome Final Act*¹², de 1998, que consistiu na conferência de embaixadores para instituição da Corte Internacional Criminal, considerou o conceito de *enslavement* em seu termo '*jurisdiction, admissibility and applicable law*', tornando a escravização um crime contra a humanidade. Neste documento, a escravidão foi compreendida como "o exercício de qualquer ou de todos os poderes inerentes ao direito de propriedade sobre uma pessoa e inclui o exercício desse poder no âmbito do tráfico de pessoas, em particular mulheres e crianças"¹³ (Bales; Robbins, 2001, p. 27; ICC, 2016).

¹² Nomenclatura designada por Kevin Bales, chamada pelas Nações Unidas de *Final Act of the International Criminal Court*.

¹³ "Enslavement" means the exercise of any or all of the powers attaching to the right of ownership over a person and includes the exercise of such power in the course of trafficking in persons, in particular women and children

A consideração de escravidão ou escravização pela ICC trouxe à tona o propósito de combater o tráfico no âmbito da escravidão moderna, salientando ainda a preocupação específica com crianças e mulheres devido à maior vulnerabilidade destes.

Após dois anos do *Rome Final Act*, em 2000, houve o Protocolo de Palermo em que o tráfico de pessoas foi definido como a transferência de uma pessoa sem o consentimento desta para fins de exploração sexual, servil ou de órgãos.

Por “tráfico de pessoas” entende-se o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos (BRASIL, 2004b)

Ainda, o consentimento da vítima passou a ser tratado como irrelevante caso haja uso de um dos meios acima mencionados.

Em termos de contribuição para o conceito, este protocolo contribuiu para destrinchar as formas de tráfico de pessoas, seus meios de execução, e o objetivo final do tráfico. Ainda, a ideia de que o consentimento da vítima deve ser tido como irrelevante propiciou a tentativa de eliminar o tráfico de pessoas consentido por considerar que a vulnerabilidade da vítima pode torna-la condescendente com esta situação. Por fim, o protocolo trouxe também a contribuição para o caso de tráfico de crianças, que é considerado como tráfico qualquer transporte ou realocação da criança mesmo quando não há recorrência aos meios como coação, fraude, engano, entre outros.

De acordo com a ILO (2015, p. 6), a definição que consta no Protocolo de Palermo faz distinção entre tráfico e contrabando por considerar que no contrabando não há fraude, exploração ou coerção, ao passo que no tráfico há necessariamente um destes elementos.

A definição inicial, de 1926, enfatizou o direito de propriedade de uma pessoa sobre outra, contribuindo para o princípio da condição análoga. Isto traz o caráter moderno ou contemporâneo desta definição por diferenciá-la da escravidão existente até o século 19.

Resgato aqui, sumariamente, as discussões de definições e conceitos acima apresentados. Em 1930, foi incluído na definição o ato de trabalho ou serviço sem que o trabalhador tenha se disponibilizado espontaneamente. Em 1948, o conceito de servidão foi adicionado à definição de trabalho escravo. Além disso, a definição foi atrelada à ideia de Direitos Humanos. Em 1956, o conceito de servidão foi destrinchado em servidão por dívidas, casamento forçado ou servil, e exploração de jovens para o trabalho. Em 1966, a Aliança Internacional apontou a necessidade de se tomar medidas para que o trabalhador tenha oportunidade de ganhar seu sustento via trabalho livremente escolhido ou aceito. Em 1998, trabalho escravo de qualquer espécie passou a ser considerado como crime contra a humanidade, enfatizando ainda maior atenção e particularidade com mulheres e crianças. Em 2000, tráfico de pessoas foi adicionado à definição de trabalho escravo, sendo considerado como a transferência de uma pessoa sem seu consentimento, para fins de exploração sexual, servil ou de órgãos.

Nesta evolução temporal do conceito e definição, os órgãos competentes aperfeiçoaram a definição antes mais subjetiva para uma definição mais objetiva, a fim de possibilitar a execução de práticas para a erradicação do trabalho escravo. Desta forma, o conceito antes turvo consegue atualmente cercar o trabalho escravo de modo mais contundente.

Porém, apesar de diversas tentativas de encontrar o conceito ideal, até hoje ainda não há consenso entre órgãos internacionais do que seja trabalho forçado e escravo, conforme Bales e Robbins (2001). Phillips e Sakamoto (2011) atribuem a existência de trabalho escravo fundamentalmente devido a pressões de parte das cadeias produtivas sobre *players* menores, o que conduz ao uso deste tipo de trabalho em busca da competitividade. Ao associar a constatação de Bales e Robbins com Phillips e Sakamoto, temos que a falta de consenso entre órgãos internacionais se dá pelo fato de que contextualmente a exploração em um país não é considerada exploração em outro. Transversalmente, imigrantes vindos de países com pisos

salariais menores e piores condições de trabalho encontram melhores condições em países mais desenvolvidos quando comparado com seu país de origem, porém são condições piores quando comparados com o próprio país de destino. Em suma, a falta de consenso do que é trabalho escravo e forçado se dá principalmente pela diferença econômica e social existente entre os diversos países que compõem uma mesma cadeia produtiva, não havendo portanto ponto de referência comum para atribuir o que seja trabalho escravo e forçado, conforme evidenciado por Schwarz (2008).

No contexto legal brasileiro, trabalho escravo é o conceito mais amplo onde a definição de trabalho forçado está inserida, sendo que o Capítulo VI do Código Penal, que trata dos crimes contra a liberdade individual, aborda especificamente a redução do sujeito à condição análoga à de escravo, conforme a Lei nº 10.803 (BRASIL, 2003b):

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto

Ainda no Art. 149,

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido

I – contra criança ou adolescente

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

De acordo com Phillips e Sakamoto (2011), quando comparada com outras definições de ‘trabalho forçado’, a lei brasileira se apresenta mais ampla sem perder sua capacidade de especificidade e, por isso, com maior capacidade de circundar o conceito e lutar contra este problema, uma vez que apresenta em sua definição a inclusão de ‘condições degradantes de trabalho’. Diferentemente de outros conceitos, este termo permite definir trabalho escravo como também aquilo que coloca em xeque a dignidade do trabalhador ou seu desgaste físico e ou emocional.

Em se tratando da diferença conceitual entre trabalho escravo e forçado, percebemos que as convenções, alianças e demais atos internacionais abordaram de trabalho escravo e trabalho forçado ora como sinônimo e ora como complemento, tornando-os conceitos similares e sobrepostos. Porém, de acordo com a evolução conceitual apresenta anteriormente, temos que trabalho forçado se caracteriza como definição mais ampla, ao passo que trabalho escravo está dentro do conceito de trabalho forçado.

Conforme explicitado no Artigo 149 acima, o trabalho escravo diz respeito especificamente ao cerceamento e vigilância ostensiva do trabalhador, enquanto que trabalho forçado imputa também condições degradantes de trabalho e ou jornadas exaustivas. A amplitude do trabalho forçado permite, portanto, a investigação do cerceamento de liberdade, de condições degradantes de trabalho, a vigilância ostensiva ou jornadas exaustivas. Porém, novamente não há parâmetros para estipular o que é condição degradante e jornada exaustiva.

Discutido isso, a definição que predominará neste trabalho será a de trabalho forçado. O motivo inicial da adoção desta definição é a tentativa de alinhar com o conceito que direciona as atividades da OIT, visto que esta organização norteia as atividades de diversos *players* que serão estudados nesta tese, a exemplo da ONG Repórter Brasil, InPacto, Ministério do Trabalho e Empresa, e Comissão Pastoral da Terra. Apesar de estes atores se apoiarem fortemente na definição de trabalho escravo, todos se pautam nas diretrizes estabelecidas pela OIT, inclusive agindo em parceria e comum acordo em diversas frentes. O segundo motivo pelo qual cabe adotar a definição de trabalho forçado é que o Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Análogo à de Escravo, um dos pontos fundamentais do objeto de estudo deste trabalho, combate não apenas o cerceamento à liberdade e vigilância ostensiva do trabalhador, mas também condições precárias e degradantes de trabalho e jornadas exaustivas.

2.3 Definição de CSSP e debates possíveis

Com o intuito de subsidiar a discussão em questão, é essencial trazermos a definição de *Cross-Sector Social Partnership* e alguns de seus elementos que nortearão as discussões posteriores. Uma vez que os estudos de relações entre organizações dos três setores com propósito de mudança social tiveram início com os estudos de relações interorganizacionais, os elementos presentes na definição de CSSP apresentam bastante similaridade com os elementos presentes na definição de IOR (interorganizational relationships). Ainda, por ser um debate amplamente extenso e heterogêneo (Babiak, 2007), apresenta uma literatura também vasta com diversas correntes teóricas imbuídas nas tentativas de compreender tal pauta.

Quando trazido especificamente o termo ‘relações interorganizacionais’, Oliver (1990, p. 243) apresenta o conceito de IOR como conexões, fluxos e transações relativamente duradouros entre uma ou mais organizações em um determinado espaço. Situada na perspectiva teórica da dependência de recursos, Oliver segue o debate sobre as razões, condições e propósitos pelos quais as relações interorganizacionais se formam e se mantêm. Além destes elementos, a autora também elenca um quadro com seis tipos de relacionamentos considerando o conjunto de contingência crítica, representado pelos elementos assimetria, reciprocidade, eficiência, estabilidade e legitimidade. Os tipos de relacionamento destacados por Oliver são ilustrados na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Critical Contingencies: examples for six types of relationships

Type of Relationship	Critical Contingency				
	Asymmetry	Reciprocity	Efficiency	Stability	Legitimacy
Trade associations	Lobby state regulators	Promote collective good (e.g., trade shows)	Obtain economic advantages	Reduce legislative uncertainty (e.g., product standardization)	Enhance members' image
Voluntary agency federations	Increase collective power in fund-raising	Coordinate network affiliates	Achieve economies in collection and distribution of donations	Stabilize flow of donation to members	Increase members' community visibility
Joint ventures	Increase market power and entry barriers	Obtain synergies in technology, information sharing	Increase economies of scale	Share risks in entering new markets	Enhance profile in industry
Joint programs	Exert control over access to resources	Facilitate exchange of clients or personnel	Reduce costs of social service delivery	Share risks in mounting new programs	Demonstrate norms of cooperation
Corporate-financial interlocks	Influence sources of capital	Share knowledge and information	Reduce search costs for capital	Co-opt financial constituents	Project appearance of financial viability
Agency-sponsor linkages	Augment power relative to other agencies	Facilitate information exchange	Rationalize acquisition of funding	Reduce uncertainty in flow of funds	Increase agency's acceptance and prestige

Fonte: Oliver (1990, p. 249)

Ao desenvolver os tipos de relacionamentos entre organizações, Oliver foca majoritariamente nas organizações que compõem o setor privado. No entanto, é notável que os tipos de relacionamentos elencados pela autora estão baseados não apenas no aspecto econômico e na interface das organizações com o mercado. A autora apresenta também a interface de tais organizações com o setor estatal, embora isto esteja em segundo plano por não ser o foco do estudo e, por isso, desenvolvido pela autora de modo incipiente. Além disso, apesar de apresentar aspectos como intervenção governamental, *lobby*, regulações e *government sponsorship*, Oliver não reduz o setor estatal a um ator ou um conjunto de atores como é apresentado atualmente na literatura de IOR e Governança¹⁴.

Posteriormente, ainda em termos de interação entre organizações, Waddock (1991) apresentou o que ela definiu como parceria social ou *social partnership*. Embora esteja alinhada com a visão de Oliver no que diz respeito a organizações em interação dentro de um determinado espaço, Waddock (1991, p.

¹⁴ Para ver o processo de redução do Estado ou do setor estatal a um ator comum ou a um grupo de atores, ver por exemplo Peci, Pieranti e Rodrigues (2008), Rhodes (1994; 1996; 1999; 2007), Ezzamel (2006; 2008)

481-482) definiu parceria social como “[...] the voluntary collaborative efforts of actors from organizations in two or more economic sectors in a forum in which they cooperatively attempt to solve a problem or issue of mutual concern that is in some way identified with a public policy agenda item”.

Nesta definição, Waddock insere alguns aspectos cruciais que permitem afunilar o debate de IOR para algo mais específico. O primeiro aspecto trazido pela autora é o caráter voluntário das relações entre organizações, o que nos permite o entendimento de que organizações coagidas por outro ente não compõem uma parceria social. Além disso, a autora atribui o caráter de agência à organização, ao invés de atribuir apenas passividade ou resposta a um ambiente que determina a composição da relação interorganizacional. Assim, o caráter voluntário das organizações as torna capazes de construir o contexto na qual estão inseridas.

O segundo aspecto trazido por Waddock diz respeito aos setores da economia que fazem parte do campo de relação interorganizacional. Em sua definição de parceria social, a autora traz a necessidade de compreender parceria social enquanto interação de organizações que compõem dois ou mais setores, independente se são compostos pelos setores estatal e privado, ou estatal e terceiro setor, ou privado e terceiro setor, ou por meio de representantes dos três setores¹⁵. Desta forma, ao trazer a possibilidade de interação de dois ou três setores, a leitura de Waddock encontra a definição de arenas desenvolvidas por Selsky e Parker (2005), em que as interações organizacionais com propósito social podem ocorrer em quatro arenas distintas. Ao trazer os setores para o debate, presumindo que estão presentes ao menos dois dos três setores, Waddock aponta a necessidade de se compreender as relações entre organizações que possuem, a princípio, gênese e propósitos completamente distintos, como, por exemplo, o setor privado com foco em lucro e o setor estatal com foco na produção de bens e serviços comuns.

¹⁵ O entendimento de parceria social enquanto composta por organizações de dois ou mais setores traz consigo a escolha da autora pelo uso de “social partnership” ao invés de “public-private partnership”, conforme demonstrado na citação a seguir: “[...] although some of these partnerships do include public and private sector organizations, that it, businesses and government agencies, many include two or more private sector institutions. For example, businesses and private nonprofit [...]” (Waddock, 1991, p. 482)

O terceiro aspecto da definição atribuída por Waddock enfatiza o caráter cooperativo – ou colaborativo – das relações entre organizações. Neste ponto, este conceito assume que as organizações presentes neste contexto de relação interorganizacional possuem, voluntariamente, o propósito colaborativo entre si (Guo; Acar, 2005). Colaboração, de acordo com Lawrence, Hardy e Phillips (2002, p. 282), pode ser vista como “[...] a cooperative, interorganizational relationship that is negotiated in an ongoing communicative process and that relies on neither market nor hierarchical mechanisms of control”. Tomando por empréstimo a definição de Gray (1989, p. 5 apud Stone, 2000, p. 99-100), neste contexto, colaboração pode ser definida como “a process through which parties who see different aspects of a problem can constructively explore their differences and search for solutions that go beyond their own limited vision of what is possible”. Associando a definição de colaboração, feita por Gray, à definição de parceria social feita por Waddock, podemos reforçar o caráter ativo das organizações neste contexto que exploram suas diferenças e buscam complementaridade para alcançar determinado horizonte. Ainda, ao trazer a contribuição de Lawrence, Hardy e Phillips, a definição de colaboração atribuída pelos autores permite englobar um grande leque de arranjos colaborativos¹⁶, porém sem envolver aqueles arranjos que assumem estruturas hierárquicas ou de mercado tais como relações comerciais de suprimento ou relações de autoridade¹⁷.

O horizonte que as organizações buscam alcançar por meio de parceria social é concebido como uma preocupação mútua entre as organizações que compõem o campo de relacionamento. No entanto, Waddock (1991) advoga que esta preocupação mútua deve estar relacionada com algum item da agenda de políticas públicas, o que é corroborado por Bryson, Crosby e Stone (2006, p. 44), que assertam que a colaboração entre organizações dos diferentes setores – cross-sector collaboration – “[...] is increasingly assumed to be both necessary and desirable as a strategy for addressing many of society’s most difficult public challenges”. Desta forma,

¹⁶ Tais como consórcio, alianças, joint ventures, round tables, redes e associações (ver Lawrence, Hardy e Phillips, 2002)

¹⁷ As diferenças entre governança de mercado, governança hierárquica e governança em rede podem ser melhor exploradas de acordo com Powell (1990), especificamente nas páginas 298 a 305 e na Tabela 1 da página 300.

atribuímos à definição de *social partnership* a demanda pela interface com a esfera pública no que diz respeito à necessidade de entregar algum serviço ou cumprir alguma agenda pública que, dentro da perspectiva neoliberal, não depende somente do Estado para sua realização.

De forma sintética, podemos pontuar que CSSP são projetos formados explicitamente para lidar com questões sociais que engajam ativamente parceiros a trabalharem em conjunto de modo contínuo, conforme aponta Selsky e Parker (2005). Dentro desta concepção sumária, estão os elementos acima mencionados, sendo eles: o caráter voluntário das relações, com organizações que possuem capacidade de agência; o aspecto intersetorial das parcerias; o caráter colaborativo destas associações; o escopo situado dentro de uma agenda pública ou com intuito de benefício público. Tais relações são assumidamente ocorridas dentro de um leque de arranjos colaborativos horizontais, ou seja, que não assumem caráter hierárquico entre as partes tal como ocorre em relações de suprimento, abastecimento e trocas de mercado.

Ao desenvolver esta definição, faz-se necessário também compreender que termos como *social partnership*, *cross-sector social partnership* (CSSP) e *cross-sector collaboration* serão utilizados aqui de forma intercambiável. Embora estes termos impliquem em diversas formas de se entender as relações interorganizacionais, trazemos com eles a definição e os conceitos acima apresentados¹⁸.

Buscando subsidiar as discussões sobre CSSP no contexto brasileiro de erradicação do trabalho escravo, serão apresentados posteriormente conceitos provenientes da literatura que auxiliam na compreensão das informações obtidas no campo de pesquisa. Todos os elementos estão conectados com a definição acima desenvolvida, sendo eles: arenas de CSSP, atores, poder, e paradoxos organizacionais.

¹⁸ “As is typical in a new and evolving field, CSSP terminology varies; authors refer to social partnerships (Nelson & Zadek, 2000; Waddock, 1991; Warner & Sullivan, 2004), intersectoral partnerships (Waddell & Brown, 1997), social alliances (Berger et al., 2004), issues management alliances (Austrom & Lad, 1989), and strategic partnerships (Ashman, 2000).” (Selsky; Parker, 2005, p. 850)

Além disso, com base na exploração do campo de pesquisa por meio da observação de relações interorganizacionais para erradicação do trabalho escravo, busco complementar o conceito de CSSP acima definido, trazendo aspectos como a importância do espaço ocupado pelos atores neste campo, a complexidade do contexto em que CSSP é discutida, e o aspecto anuviado das relações intersetoriais e interface de um setor com os outros.

2.4 Arenas de Parcerias Sociais

Com o objetivo de situar as relações interorganizacionais para erradicação do trabalho escravo investigadas neste estudo, eu resgato o trabalho de revisão de Selsky e Parker (2005), com foco nas quatro arenas em que a CSSP pode emergir. Ao elencar as quatro arenas trazidas pelos autores, é possível localizar a rede estudada em uma das arenas, o que auxilia para compreender as peculiaridades de tal arena. Além disso, este debate também permite ilustrar que a definição das quatro arenas não é suficiente e que algumas contribuições serão dadas por meio da pesquisa realizada em campo, apontadas ao final deste capítulo e discutidas após a apresentação e análise do material de campo.

Como as CSSP surgem com o objetivo de endereçar problemas públicos ou metaproblemas (Parker; Selsky, 2004), comumente compartilham recursos e capacidades de diferentes setores (Seitanidi, 2008) a fim de mobilizar tais setores para que respondam às demandas destes metaproblemas (Waddock, 1988). Após observar a associação intersetorial, é possível classificar as CSSP em tipos (Seitanidi, 2008) ou em arenas (Selsky; Parker, 2005), de acordo com o conjunto de atividades que as organizações presentes na relação de colaboração exercem.

Neste sentido, temos duas classificações ou tipologias principais. A primeira, atribuída por Seitanidi (2008, p. 52) indica três tipos de CSSP que incluem “Business and public sector organizations 1. (Public-Private); Public sector and non-profit organizations 2. (Public-NPO); and, Business and non-profit organization 3. (Private-NPO)”. Esta tipologia desconsidera as parcerias entre os três setores – estatal, privado e terceiro setor, o que nos permite resgatar a segunda e mais completa

classificação, de Selsky e Parker (2005), em que os autores apontam a existência de quatro arenas onde a CSSP pode surgir: “the intersection of the business and nonprofit sectors, government and business sectors, government and nonprofit sectors, and at their conjoint intersection.” (Selsky; Parker, 2005, p. 851).

Embora no passado os problemas sociais e as atividades que visavam lucro eram consideradas por uma ótica monodimensional – na qual a primeira era comumente vinculada como de responsabilidade do setor estatal e a segunda atribuída normalmente ao setor privado, gradativamente estas responsabilidades se tornaram turvas ora tratadas como responsabilidade de um setor e ora tratadas como responsabilidade de outro (Sydow; Windeler, 1998; Bang; Sorensen, 1999; Dees; Anderson, 2003; Seitanidi, 2008; Babiak; Thibault, 2009; Bishop; Waring, 2016). Ainda, associada ao crescimento da perspectiva liberal (Peci; Pieranti; Rodrigues, 2008), a resolução de problemas sociais anteriormente destinada ao setor estatal passou gradualmente para o terceiro setor¹⁹ (Seitanidi, 2008), sendo a função de resolução atribuída, neste momento, ao setor estatal e ao terceiro setor. Com o surgimento da característica turva em termos de responsabilidade dos setores, a interface entre organizações de diferentes setores aumentou, dando espaço para o que Selsky e Parker (2010, p. 24) chamaram de interstício setorial, espaço este em que as parcerias entre setores são desenvolvidas e operadas, sendo este espaço a definição de arena. Desta forma, os metaproblemas passaram a ser endereçados comumente por organizações e atores dos três setores, em diferentes formas de associação e parceria

As quatro arenas onde as parcerias ocorrem foram definidas por Selsky e Parker (2005) com base no conjunto de atividades realizado pelas organizações que fazem parte de determinada parceria. Para tal, os autores consideram os setores privado, estatal e terceiro setor²⁰ para classificar as

¹⁹ Para compreender os argumentos pelos quais o terceiro setor passou a englobar as responsabilidades anteriormente tratadas normalmente pela esfera pública, ver Seitanidi (2008, p. 51) e seu argumento que engloba (a) o aspecto proativo do terceiro setor e (b) o desejo do setor estatal em remover [*hive off*] tais responsabilidades de sua esfera.

²⁰ Na literatura utilizada ao longo da discussão de CSSP, foram identificados os termos ‘setor estatal, privado e terceiro setor’, eventualmente intercambiáveis por termos tais como ‘organizações privadas, organizações com fins lucrativos, organizações lucrativas’; ‘organizações sem fins lucrativos, organizações não-lucrativas, organizações não-governamentais, sociedade civil organizada’, embora esta última seja utilizada de

organizações parceiras e seu setor de origem. Deste modo, se constituem enquanto arena os espaços em que ocorrem as parcerias sociais, sendo elas (1) a parceria entre organizações lucrativas e não-lucrativas; (2) parcerias entre governos e organizações lucrativas; (3) parcerias entre governos e organizações não-lucrativas; e (4) parcerias trissetoriais.

A parceria entre negócios com fins lucrativos e organizações sem fins lucrativos constitui a primeira arena caracterizada por Selsky e Parker (2005). De acordo com os autores, por meio dos trabalhos de McAdoo (2001) e Elbers (2004), uma onda de parcerias entre negócios do setor privado tomou corpo na década de 2000, com forte interface do terceiro setor seja na figura de apoiador das parcerias sociais dos negócios privados ou na figura de oposição declarada. De acordo com Murphy e Bendell (1999, p. XXX), embora as relações entre o setor privado e o terceiro setor tenham se apresentado de forma conflituosa entre as décadas de 1960 e 1980, os autores afirmam ter havido uma mudança neste padrão ao longo da década de 1990, o que culminou no surgimento de diversas parcerias formais entre organizações que fazem parte destes dois setores.

Neste processo de transição, Murphy e Bendell (1999, p. 2-3) apresentam alguns exemplos²¹ das relações conflitantes entre estes dois setores. No entanto, ao final da década de 1990, muitas organizações do setor privado se viram ‘coagidas’ a negociar com organizações do terceiro setor para resolução de problemas endereçados ao público maior. Nesta transição, emergiram alguns conselhos, fóruns, parcerias sociais e outras formas de relações interorganizacionais que cortam os dois setores, o que deu origem, ainda que incipiente, à Arena 1 – parcerias entre o terceiro

modo deslocado de seu conceito (e.g. Stadtler, 2017). Ainda, o setor estatal é compreendido como o setor de entrega de serviços públicos, devidamente aparelhado com o Estado. Desta forma, utilizaremos os termos ‘setores estatal, privado e terceiro setor’ de modo intercambiável com os demais. O setor público é chamado, também, de governo e Estado (e.g. Selsky e Parker, 2005), embora com certa falha conceitual. Por isso, adotaremos a nomenclatura ‘setor estatal’ como forma de englobar todas as dimensões do governo, e não somente a dimensão de fornecimento de serviços públicos.

²¹ Recortamos neste ponto alguns exemplos extraídos de Murphy e Bendell a fim de ilustrar relações conflitantes entre o setor privado e o terceiro setor. O primeiro exemplo foi o ataque do Greenpeace ao encontro do Business Council for Sustainable Development, o que culminou inclusive no livro *The Greenpeace Book of Greenwash*. O segundo exemplo usado pelos autores é o confronto entre a Shell e o Greenpeace, que tomou lugar em 1995.

setor e o setor privado²². Murphy e Bendell (1999) destacam também que no final da década de 1990 surgiram algumas iniciativas também no Sul Global.

Das especificidades desta arena, destacamos as agendas e preocupações que vão desde o nível local até o nível global. Em nível local e nacional, esta arena se destaca pela capacidade de se aproximar de pautas em contextos específicos, ao passo que, em âmbito global, costumam trabalhar por intermédio de organizações supranacionais cuja preocupação percorre dois ou mais contextos locais e nacionais, e mescla preocupação de diferentes agendas e em diferentes formas.

Dentro da Arena 1, geralmente as organizações do terceiro setor tendem a ser altruístas e atuarem com foco no bem comum dentro das agendas ambientais, econômicas e sociais. Por outro lado, as organizações do setor privado tendem a atuar em busca de seus próprios interesses. Nesta situação de diferentes prioridades entre organizações dos dois setores, as preocupações que emergem são diversas, tais como melhoria da imagem corporativa, capitalização das organizações do terceiro setor, um modo de influenciar mudanças sociais, e se tornarem atores institucionais mais influentes e legítimos em determinado contexto.

Em termos de agenda de pesquisa, as relações entre organizações do setor privado e do terceiro setor têm sido geralmente abordadas pela ótica que enfatiza a capacidade de agência das organizações do terceiro setor. Neste sentido, o setor privado tem sido referenciado como sujeito inapto no processo de relação intersetorial, ao passo que as organizações do terceiro setor têm sido vistas como possuidoras de alta capacidade de ação e influência sobre o setor privado, atuando como organizações que facilitam ou forçam a mudança dentro do setor privado (Seitanidi, 2008).

A segunda arena se refere às parcerias entre o setor privado e o setor estatal, de acordo com a tipologia de Selsky e Parker (2005). Este tipo de parceria, que ganhou volume a partir da década de 1970, está mais presente na forma de

²² Nesta tese, eu não entro nos fatores que motivam organizações do setor privado e do terceiro setor a se associarem em parcerias sociais para promoção de alguma pauta pública. Para tal, ver Murphy e Bendell (1999), Banerjee (2001), Aragón-Correa e Rubio-López (2007), Howard-Greenville, Hoffman e Bhattacharya (2007), Aguilera-Caracuel, Aragón-Correa e Hurtado-Torres (2011).

parceria público-privada (PPP)²³ por meio da associação do setor estatal e do setor privado, embora PPP também estejam presentes na Arena 3 que envolve o setor estatal e o terceiro setor, de acordo com os autores.

As parcerias público-privadas possuem premissas subjacentes para sua realização e estão associadas a compromissos político-ideológicos comumente norteados por uma perspectiva neoliberal²⁴ (Dixon; Dogan; Kouzmin, 2004; Miraftab, 2004; Peroni; Oliveira; Fernandes, 2009; Harlow et al, 2012; Misoczky; Abdala; Damboriarena, 2017). Algumas dessas premissas estão relacionadas com uma agenda orientada à eficiência da entrega de serviços públicos por meio de privatização, desregulamentação, terceirização e enxugamento do Estado – ou o repasse de parte das atividades concernentes ao setor estatal para serem executadas sob a égide do setor privado com fins lucrativos (Arena 2) ou sem fins lucrativos (Arena 3) (Selsky; Parker, 2005) – descentralização, tratamento do cidadão enquanto cliente, empreendedorismo como valor, gestão por resultados, e outros (Misoczky; Abdala; Damboriarena, 2017, p. 189).

Embora esta arena esteja comprometida com a agenda neoliberal na qual adota atividades antes concernentes exclusivamente ao setor estatal, esta arena se distancia de questões sociais, tendendo a se aproximar mais do desenvolvimento em termos de infraestrutura, e entrega de serviços públicos tais como energia e saneamento básico (Selsky; Parker, 2005, p. 854; Filgueiras, 2006, p. 186). Outros significados são atribuídos às PPP, tais como reforma do modo como o governo opera, transformação do modo de entrega do serviço público, deslocamento de risco do setor estatal para terceiros e aproximação entre governo e mercado (Selsky; Parker, 2005, p. 859). Neste sentido, as parcerias buscam, em princípio, utilizar a estrutura do setor

²³ Embora mais presente na forma de PPP, também podemos destacar formas que se diferem e outras que se sobrepõem ao modelo de PPP, tais como a gestão privada de bens comuns (Ostrom, 1990), as parcerias entre os setores estatal e privado para correção de falhas de mercado (Tirole, 2005 *apud* Misoczky; Abdala; Damboriarena, 2017), e concessões. Estas três formas citadas podem se diferir de PPP, no contexto brasileiro, por não demandar necessariamente contrato com as condições previstas em lei (BRASIL, 2004b).

²⁴ Ao passo que Dixon, Dogan e Kouzmin (2004) e Harlow et al (2012) investigam o contexto do norte global, Miraftab (2004) tem investigado neoliberalismo e privatização de serviços básicos no que a autora chama de Terceiro Mundo. No contexto específico brasileiro, podemos destacar Peci, Pieranti e Rodrigues (2008), Peroni, Oliveira e Fernandes (2009), Misoczky, Abdala e Damboriarena (2017)

privado para desenvolvimento e entrega de atividades para fins públicos, usando conhecimento, tecnologia e *expertise* providos pelo setor privado²⁵.

Dentro desta arena, emergem algumas tensões de ordem institucional, de acordo com Bishop e Waring (2016). Uma vez que o campo institucional que constitui esta arena é permeado por múltiplos campos que possuem sua lógica ora pautada na competição e ora enquanto uma lógica turva que mescla diferentes perspectivas, emergem tensões dentro da organização social pelo fato de haver a sobreposição de elementos organizacionais de diferentes lógicas. Estes elementos, quando orientados por diferentes lógicas dentro da relação interorganizacional público-privada, são referidos como a sobreposição de aspectos culturais, *design* organizacional, composição da força de trabalho e atividades organizacionais (Bishop; Waring, 2016, p. 4). Tais tensões, que surgem por meio da sobreposição de diferentes lógicas no mesmo espaço organizacional, emergem no escopo das práticas em nível micro que, de forma reflexiva, forma, reforma e transforma a estrutura social subjacente neste campo organizacional específico.

A terceira arena elencada por Selsky e Parker (2005) representa as parcerias entre governos e organizações do terceiro setor ou sem fins lucrativos. Também fruto de um projeto neoliberal²⁶, as parcerias entre o setor estatal e o terceiro setor buscam a entrega de serviços por estas últimas, serviços estes que antes eram concernentes ao Estado. Ao passo que, na perspectiva de Weir (2003), isso pode atentar contra a legitimidade, autoridade e autonomia do Estado, uma vez que pessoas atuam por meio do terceiro setor para cruzar as fronteiras políticas e defenderem seus interesses, por outro lado a criação de grupos da sociedade civil pode ser vista como uma forma de o Estado controlar o setor da sociedade civil, mesmo dentro desta agenda neoliberal (Hodgson, 2004).

²⁵ Ressalvo que, neste ponto, não cabe entrar no debate sobre as implicações das PPP para a sociedade e para o Estado e, por isso, enfatizo apenas as características e propósitos primários da Arena 2 que associa setor estatal e privado em parceria. Reforço que tais propósitos estão associados com a agenda neoliberal e com a abordagem do New Public Management (Filgueiras, 2006; Peci; Pieranti; Rodrigues, 2008; Peroni; Oliveira; Fernandes, 2009), sobre o qual não cabe aqui dissertar. Para ver o debate que trata da PPP do ponto de vista crítico e do ponto de vista de *mainstream*, ver Mitchell-Weaver e Manning (1991), Mirafteb (2004), e Bishop e Waring (2016), e outros.

²⁶ A discussão sobre este tipo de relação interorganizacional vista pela ótica da redemocratização foi abordada por Blauert (1995) com base em Bebbington et al (1993).

Dentro deste contexto de associação entre o setor estatal e o terceiro setor, podemos destacar o redesenho da fronteira entre estes dois setores. Ao passo que a sociedade civil era tradicionalmente vista como parte que não compunha a esfera pública, ela passa, a princípio, a fazer interface com os setores estatal e privado na forma de parcerias (Hodgson, 2004), embora fortemente atrelada a privatizações da entrega de serviços públicos que demandaram a revisão dos modelos de cooperação intersetorial (Brinkerhoff, 2002).

Apesar de parcerias entre o setor estatal e o terceiro setor representarem, a princípio, tal redesenho das fronteiras entre estes dois setores e também representarem um aspecto da redemocratização que busca incluir a sociedade civil como parte ativa, principalmente no âmbito da América Latina após a década de 1980 (Bebbington, 1993), este tipo de parceria pode ser atribuído ao que Hodgson (2004, p. 145) denominou de 'sociedade civil manufaturada'. Na leitura do autor:

Manufactured civil society refers to groups that are formed and funded, at least initially, through some type of state initiative. Often these groups are directly answerable to the state and have to address certain criteria and meet targets set by government. These groups are often multiagency, whereby statutory agencies are brought together with civil society groups to address specific needs. Although part of a national programme, these groups are located at community level and are often concerned with community regeneration and/or welfare issues. This type of 'manufactured' group, created as part of a government *raison d'être*, have a highly moralistic agenda concerned with imparting certain skills to produce 'rounded' individuals. The goal is often to enable individuals to develop as citizens and/or to encourage them to take an active interest in their community.

O termo 'manufaturada' indica que alguns destes grupos não emergem de forma orgânica, mas são projetados, criados e manufaturados pelo Estado, que insere nestes grupos a agenda governamental conectada à formação de políticas públicas também orientada pelo setor estatal.

Desta forma, na Arena 3 – parceria entre o setor estatal e o terceiro setor – temos a possibilidade de surgimento de grupos do terceiro setor para cumprir agendas anteriormente concernentes ao Estado, porém domadas pelo setor estatal para atender ao interesse comum; e temos também os grupos que emergem desde sua concepção por força do setor estatal. No entanto, cabe enfatizar também o papel

das agências financiadoras internacionais como promotoras do desenvolvimento do terceiro setor, ainda que associado ao setor estatal, para a execução de microprojetos de interesse perpassado do âmbito global para o âmbito local (Bayma et al, 1995).

A quarta arena é definida por Selsky e Parker (2005) como uma parceria entre os três setores – estatal, privado e terceiro setor, ou na linguagem de Seitanidi e Lindgreen (2010), é composta por interações sociais tripartite. A interação entre os três setores tem como intuito também o desenvolvimento de agendas compostas por questões sociais e busca atender tais demandas, que vão desde a entrega de serviços básicos até a erradicação do trabalho escravo – como é o caso da interação entre as partes investigada nesta tese.

O primeiro ponto fundamental sobre a quarta arena é referente aos líderes que a compõe. Neste caso, existe um enfoque ideológico dos líderes que creem que as soluções de problemas sociais complexos são mais prováveis de serem encontradas em ações conjuntas entre os setores estatal, privado e terceiro setor (Selsky; Parker, 2005). Este enfoque também é fruto da agenda neoliberal, conforme mencionado nas outras arenas anteriormente apresentadas.

Outro ponto fundamental são as características das parcerias trissetoriais. Embora existam diversas características que se assemelham às outras arenas, esta Quarta Arena apresenta uma característica que a distingue das demais. Isto porque nas relações entre os três setores surgem organizações que são ‘pontes’, conforme apresenta Selsky e Parker (2005, p. 863):

A distinguishing feature of trisector partnerships is the frequent presence of “bridging” organizations to convene or manage the cross-sector relationships. These structures help to create opportunities to improve the social issue, but conflicting participant demands can generate antagonism or tensions.

As demandas conflitantes que podem gerar antagonismos e tensões foram exploradas por Waddell (2000), em que este atesta a existência de inequidade entre as partes, principalmente nas parcerias representadas na Arena 4. A inequidade entre as partes não é absoluta, mas apresenta sua face por meio do desequilíbrio de poder, o que revela uma dinâmica frequentemente invisível de negociação entre as partes (Waddell, 2000, p. 117).

Observadas estas quatro arenas, esta tese pretende contribuir com alguns pontos não abordados em profundidade na literatura. O primeiro ponto que pretendo trazer, relacionado com a discussão de arenas, é o aspecto turvo das quatro arenas. A investigação de campo mostra que a rede observada possui interface com todos os setores, ao passo que tem como membros organizações e atores apenas do setor privado, terceiro setor e organização global²⁷. Este último elemento nos permite também indicar a segunda contribuição atrelada às arenas, que é a baixa exploração das relações interorganizacionais com a presença de órgãos internacionais, tais como OIT e INGOs. Outro ponto que cabe a discussão com base nas arenas está relacionado ao tratamento dado pela literatura, que aborda os setores de forma uníssona – como se, por exemplo, as relações interorganizacionais do setor estatal e do setor privado englobassem de forma homogênea os atores e organizações ali presentes – ao passo que apenas parte de cada setor presente em determinada rede. Por fim, o último ponto a ser discutido com base nas arenas diz respeito à sociedade civil manufaturada (Hodgson, 2004), cabendo também a discussão de Estado e setor privado manufaturados pela sociedade civil organizada, em uma relação em que todos se formam e são formados.

2.5 Principais Atores nas Parcerias Sociais

Dentro da perspectiva que advoga o aspecto dialógico entre agência e estrutura, cabe inicialmente ressaltar o plano conceitual de agência. Agência enquanto capacidade de agir remete à ação individual como algo subjetivamente propellido por “[...] desejos, intenções e finalidades explícitas, tácitas ou inconscientes [... e por] habilidades cognitivas, práticas e expressivas que capacitam tais agentes a intervir no mundo social e a imprimir suas marcas históricas intencionais ou não-intencionais no mesmo” (Peters, 2006, p. 7).

²⁷ O termo ‘organização global’ será tratado em profundidade em capítulo posterior. No entanto, previamente é possível apontar que se trata de organizações que não se encaixam na tipologia de setor privado, setor público ou terceiro setor – nem mesmo na tipologia de INGO, uma vez que estamos nos referindo a organizações com influência mundial tais como OIT, OMC, entre outras.

Embora a agência esteja inserida num arranjo social mais complexo, este tópico focará apenas nos elementos de agência trabalhados na literatura de CSSP e outros elementos complementares. A suspensão do conceito de agência e seus desdobramentos em bloco nos permite compreender o desenvolvimento teórico de agência atrelado à CSSP sem advogar, neste momento, sua conexão com a estrutura e com os arranjos sociais, conexão esta realizada ao final da revisão de literatura tomando como norte as partes inter-relacionadas entre agência e estrutura.

Dentro do debate de CSSP, existe a prevalência do discurso nos níveis teórico e empírico restrito à noção de efetividade e sustentabilidade das novas estruturas interorganizacionais e seus mecanismos. Neste sentido, este debate comumente não se aproxima das contribuições dos atores sociais para o processo de colaboração em todas as suas camadas, conforme argumentado por Williams (2002, p. 106) que aponta que “[...] this fixation at the organizational and inter-organizational domain levels understates and neglects the pivotal contribution of individual actors in the collaborative process”. Desta forma, tem havido esforços de trazer a discussão de atores para o debate de CSSP, embora tais esforços trabalhem o nível de agência por uma perspectiva unicamente objetivista, desenvolvendo tipologias de *champions*, *conveners*, *boundary spanners* e outros sem considerar o contexto²⁸.

No entanto, a dimensão de agência se constitui como essencial para compreender o processo de formação, reformação e transformação das relações no entorno das parcerias sociais. De acordo com Bryson, Crosby e Stone (2015, p. 652), “[e]ven when environmental conditions favor the formation of cross-sector collaborations, they are unlikely to get under way without the presence of more specific drivers or initial conditions.”. Isto demonstra a necessidade de compreender a dimensão dos agentes e, mais especificamente, alguns agentes-chave que contribuem para a formação das relações de colaboração por serem essenciais devido aos seus posicionamentos no campo e suas capacidades de agir.

²⁸ Para a discussão dos atores em CSSP, ver Wood e Gray (1991); Kalegaonkar e Brown (2000); Maguire, Hardy e Lawrence (2004); Noble e Jones (2006); Bryson, Crosby e Stone (2006; 2015); Crosby e Bryson (2010); Quick e Feldman (2014).

Estes atores-chave usualmente exercem papel de liderança na figura de patrocinadores, *champions*, *boundary spanners* e facilitadores que atuam na composição da estrutura e dos processos de colaboração:

[...] the leadership challenge in cross-sector collaboration may be viewed as a challenge of aligning initial conditions, processes, structures, governance, contingencies and constraints, outcomes, and accountabilities such that good things happen in a sustained way over time-indeed, so that public value can be created. (Bryson; Crosby; Stone, 2006, p.52)

Embora Bryson, Crosby e Stone (2006) apresentem os atores acima mencionados como cruciais no processo de mobilização de outros atores e organizações para lidar com a criação de valor público, é fundamental resgatar que as parcerias sociais e colaborações ocorrem por meio da interação dos diversos atores e organizações que, por sua vez, formam e transformam tanto a estrutura e o arranjo social de colaboração quanto as novas ações. Isto nos remete a um dos artigos seminais deste debate, de Wood e Gray (1991, p. 148) que usam “[...] the term *interactive process* to indicate that a change-oriented relationship of some duration exists and that all participating stakeholders are involved in that relationship”.

Na ótica de Wood e Gray, embora todas as partes estão envolvidas no relacionamento colaborativo, este relacionamento se dá tanto por aspectos que conectam os interesses dos sujeitos quanto por aspectos que diferenciam tais interesses. Desta forma, os interesses dos atores envolvidos podem mudar ou ser redefinidos ao longo do processo de colaboração. Este movimento de agentes em interação reflete também na estrutura e no arranjo social que pauta e alicerça toda a rede de colaboração e as interações desdobradas por meio de tal rede.

Este movimento dos agentes em interação é modificado e delineado conforme suas posições no campo e, principalmente, conforme a posição de atores-chave no campo. A posição dos atores-chave no campo remete à capacidade de agir que estes possuem em direção à ação coletiva e procurando estabelecer interações com outros atores no campo (Maguire; Hardy; Lawrence, 2004). Apesar de Maguire, Hardy e Lawrence (2004) argumentarem a importância da posição dos sujeitos no campo, eles argumentam apenas em direção a diferentes formas de poder que podem ser usadas para influenciar mudanças institucionais.

Porém, tomando por base a pesquisa de campo desta tese, não cabe abordar a capacidade de agir somente pela ótica da mudança institucional. Cabe resgatar também outros aspectos de agência que estão conectados com o arranjo social onde ocorre a colaboração. Tomando por empréstimo Peters (2006), estes aspectos são os desejos, intenções e finalidades explícitas, tácitas ou inconscientes, e as habilidades cognitivas, práticas e expressivas dos atores. Dentro do processo reflexivo entre agência e estrutura, estes elementos nos permitem compreender a conexão de determinados atores com o contexto no qual ocorre tal colaboração, contexto este que neste caso se remete aos setores estatal, privado e terceiro setor, e à pauta de erradicação do trabalho escravo.

Outro elemento pelo qual os atores serão investigados será pelo posicionamento destes no campo de prática. No entanto, diferentemente de Maguire, Hardy e Lawrence (2004) e de outros autores que estudaram o nível de agência dentro do debate da CSSP, resgato aqui a ideia de posicionamento trabalhada por Giddens (2003). Assumindo que os sistemas sociais possuem propriedades estruturais caracterizadas como relações “posição-prática”, Giddens (2003, p. 97) coloca que “[a]s práticas sociais são constituídas estruturalmente como interseções específicas de significação, dominação e legitimação que se relacionam com a tipificação dos agentes”. É necessário enfatizar que o posicionamento dos atores forma e é formado pelo contexto no qual o sujeito está inserido e, por isso, as interações entre os sujeitos se constituem como interações situadas no tempo e no espaço.

Desta forma, como modo de recorte para compreender a agência de determinados atores no processo de colaboração entre organizações para erradicação do trabalho escravo, os elementos explorados são as finalidades explícitas dos agentes, as finalidades percebidas durante a pesquisa de campo, as habilidades práticas e expressivas, legitimidade e legitimação de alguns sujeitos, e desequilíbrio de poder entre atores específicos.

Ainda como forma de recorte, apresentamos a seguir alguns aspectos de duas categorias de sujeito percebidas no campo: *boundary spanner* e *convener*. Por terem sido percebidos como os atores essenciais no processo de formação e transformação do arranjo colaborativo durante o trabalho de campo, estes grupos de atores foram situados enquanto chave para o entendimento da dimensão de agência.

No entanto, enfatizo que, apesar de tratados em bloco, para compreender tais grupos de atores e suas respectivas posições sociais é fundamental resgatar o 'plano relacional' dos atores, conforme indicado por Giddens (2000; 2003, p. 97).

Ao abordar os sujeitos como seres relacionais dentro de um processo reflexivo e dialógico, estes têm capacidade de conectar as dimensões de estrutura e de agência. Esta conexão se caracteriza como episódica, conceito este tratado aqui como central, ao lado do conceito de posicionamento, para compreender como ocorre a sobreposição entre os atores da rede e sujeitos de fora da rede, e as mudanças na rede e em seus agentes de medidas que estão fora da alçada da rede.

O episódio nos permite compreender tanto o aspecto de estrutura quanto o aspecto de agência. Definido como a designação de formas de mudança institucional e como sequência de mudanças que possuem um início, um curso de eventos e resultados especificáveis, está relacionado a toda a gama de atividade social (Giddens, 2003, p. 287; 439).

Ao analisar as origens de um episódio, ou série de episódios estudados de modo comparativo, várias espécies de consideração são ordinariamente relevantes. No mundo moderno, a expansão do distanciamento tempo-espaco de sistemas sociais, o entrelaçamento de diferentes modos de regionalização envolvidos em processos de desenvolvimento desigual, a preeminência de contradições como características estruturais de sociedades", a preponderância da historicidade como força mobilizadora da organização e transmutação social - todos esses fatores e outros mais fornecem um pano de fundo para se avaliarem as origens particulares de um episódio. (Giddens, 2003, p. 288-289)

Por isso, dois aspectos cruciais observados em termos de agência são o posicionamento de atores considerados chave dentro do campo organizacional e a conexão destes atores com os episódios ocorridos e especificáveis ao longo do trabalho de campo. Com a tomada do posicionamento e dos episódios, será possível compreender tanto as relações de poder entre atores-chave quanto a conexão destes com outras arenas²⁹.

²⁹ Embora a rede estudada se caracterize como "Arena 1", em que há a parceria entre o setor privado e o terceiro setor, existe a interface dos atores investigados com o setor estatal. Também, embora a rede investigada tenha forte presença do setor privado, este setor não é uníssono e não está todo representado dentro da rede. Desta forma, o posicionamento dos atores-chave no campo é considerado como de fundamental

De modo a ilustrar o entendimento de episódio, a Figura 1 apresenta alguns de seus elementos fundamentais:

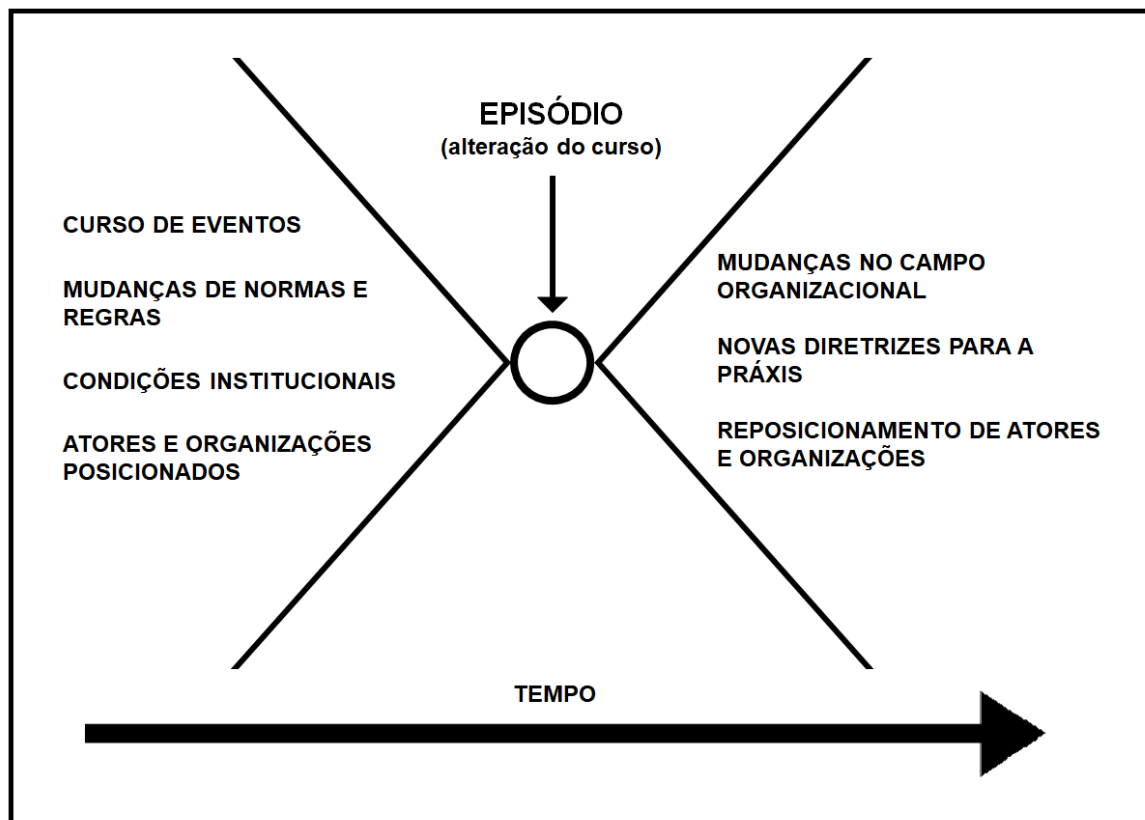


Figura 1 - Caracterização Episódica
Fonte: elaborada pelo autor com base em Giddens (2000; 2003)

Com estes pontos delineados, apresento a seguir as características de atores específicos de acordo com a literatura, aqui denominados como *boundary spanners* e *conveners*. O motivo de tal recorte é pelo fato de estas duas categorias de atores terem sido massivamente notadas no campo enquanto chave no processo de formação e transformação das relações interorganizacionais de colaboração, bem como em processos que desembocaram em episódios específicos cruciais para o combate do trabalho escravo. Estas duas categorias de atores são apresentadas aqui de forma descritiva, de acordo com a literatura, objetivando auxiliar na compreensão

importância para compreender como estes atores se relacionam com outras arenas e com o restante do setor privado. Ainda, os episódios ocorridos durante o meu trabalho de campo propiciaram mudanças nos atores-chave e estes, por sua vez, fizeram parte dos processos que acarretaram na composição de episódios.

de algumas características destes atores-chave e, posteriormente, auxiliar também na compreensão do trabalho de campo que foca tais atores.

2.5.1 *Conveners*³⁰

Um elemento fundamental que auxilia na investigação de redes de relações interorganizacionais são os *conveners*. É considerado por Wood e Gray (1991) como um facilitador na formação de parcerias e alianças, embora não seja necessário. Este tipo de ator foi identificado no campo de pesquisa, o que motivou trazer algumas perspectivas conceituais sobre tal, e que propiciará posterior debate vinculando a literatura de CSSP e de *conveners* à pesquisa de campo desta tese.

Este tipo de ator – individual ou organizacional – é considerado influenciador exógeno no processo de formação de redes (Wood; Gray, 1991). Na tentativa de entender a construção de redes entre atores organizacionais, Brass et al (2004) enfatizam que influências exógenas à rede emergem por meio de agências de fomento, agências governamentais, fundações e líderes de determinadas indústrias, sendo estes considerados *conveners* pelo autor, podendo estar presentes tanto na figura de organizações influenciadoras quanto de atores.

Em um campo organizacional em que não existem motivos aparentes para colaboração entre atores e entre organizações, os órgãos anteriormente mencionados, na figura de alguns atores, surgem como propiciadores ou catalisadores das redes, intervindo nestas e moldando-as conforme a demanda do campo (Brass et al, 2004) e diversos interesses que permeiam este campo. Neste sentido, *convener* pode ser compreendido como influenciador das partes envolvidas, com o reconhecimento de que o *convener* cria estruturas e experiências que podem dar condição aos atores para resolverem suas questões (Block, 2009 *apud* Hayward, 2010). Assim, apesar de considerados exógenos, os *conveners* têm a capacidade de “[...] identify and bring all the legitimate stakeholders to the table” (Gray, 1989, p. 71

³⁰ Neste ponto, embora eu utilize os conceitos apresentados por Wood e Gray, não cabe resgatar a tipologia construída pelos autores sobre *conveners*, uma vez que a tipologia por si não contribui para a construção teórica e analítica desta tese. Para compreendê-la, ver Wood e Gray (1991).

apud Wood; Gray, 1991, p. 150), tendo como foco estabelecer, legitimar e guiar a aliança colaborativa.

Entre as características dos *conveners*, estão: as capacidades de induzir a participação das partes envolvidas; possuir legitimidade em nível micro entre as partes envolvidas, tendo autoridade para organizar o campo; capacidade de agir de modo imparcial para não perder credibilidade frente às partes; capacidade de explorar aspectos colaborativos da rede; habilidade de identificar partes relevantes para comporem a rede, de modo que tenham legitimidade a ponto de serem percebidos como capazes de atuar em colaboração (Gray, 1989, p. 121-122 *apud* Wood; Gray, 1991, p. 150).

Dentro das características anteriormente mencionadas, os *conveners* podem ser pensados de acordo com o tipo de intervenção e o tipo de influência que exercem nas redes. De acordo com Wood e Gray (1991), os modos dominantes e atributos centrais dos *conveners* podem ser classificados em legitimação, facilitação, *mandate*, e persuasão, conforme destacado na Tabela 2.

Tabela 2 - Dominant Modes and Central Attributes of Conveners for Various Types of Interventions and Influence

Dominant Modes and Central Attributes of Conveners for Various Types of Interventions and Influence		
<i>Type of Intervention</i>	<i>Type of Influence by Convener</i>	
	<i>Formal</i>	<i>Informal</i>
Requested by stakeholders: Convener is responsive ^a	Legitimation: Convener is perceived as fair (e.g., Logsdon's case involving storage tanks)	Facilitation: Convener is trusted (e.g., Nathan & Mitroff)
Initiated by convener: Convener is proactive	Mandate: Convener is powerful (e.g., Roberts & Bradley; Pasquero)	Persuasion: Convener is credible (e.g., Golich; Selsky; Logsdon's case involving traffic congestion)

Fonte: Wood e Gray (1991, p. 152)

Com estes elementos compondo o quadro de referência dos *conveners*, sua investigação permite a compreensão de parte do campo organizacional na qual a rede está situada. Isto pode ser desdobrado em aspectos históricos e culturais que, juntos com os atores que compõem a rede, atuam em dois momentos. O primeiro momento, tomando por empréstimo a abordagem da

estruturação de Giddens (2000; 2003), conduz o contexto para um episódio ocorrido no campo, especificável e visível, que articula diversos atores para o acontecimento deste episódio. O segundo momento diz respeito ao relacionamento dos *conveners* com demais atores no campo interorganizacional após o acontecimento de determinado episódio. Além disso, de acordo com Wood e Gray (1991), é possível investigar as bases de influências dos *conveners* com o objetivo de compreender a diferença que isso traz para a rede.

Desta forma, os *conveners* estão situados no nível micro por meio de atores específicos que compõem instituições externas às redes, porém com interface direta junto a estas. Isto permite que a rede obtenha influência dos *conveners* na posição de atores externos e que ocupam outros espaços no campo interorganizacional, criando a sobreposição entre organizações que não necessariamente possuem interesses diretos na parceria social. Também, os *conveners* podem estar localizados (a) temporalmente anterior ao surgimento das redes de colaboração, (b) durante seu amadurecimento, e (c) ao longo da trajetória da rede.

Ao trazer os *conveners* para o debate, é possível elucidar os momentos anteriormente mencionados, bem como conectar tanto os membros da rede quanto atores e instituições que exercem influência exógena³¹. Esta capacidade está atrelada ao poder dos *conveners*, que conseguem voltar a atenção para um problema público comum e também legitimar tal problema frente aos demais atores (Bryson; Crosby; Stone, 2006).

Além do aspecto de poder e capacidades de agir dos *conveners*, há também a diferenciação entre autoridade formal e informal destes atores-chave. De acordo com Purdy (2012), enquanto a primeira exerce controle sobre recursos e tem a capacidade de direcionar formalmente a participação de determinados atores, a segunda pauta suas ações em sua credibilidade, conhecimento ou carisma para convencer as outras partes. Isto é complementado por Kalegaonkar e Brown (2000, p. 3), que mencionam que:

³¹ Tomamos aqui a liberdade de fazer distinção entre interno e externo, endógeno e exógeno, porém reconhecendo que as fronteiras entre estas dimensões são turvas e às vezes confusas. Além disso, reconhecemos também a bagagem teórico-conceitual que estas palavras implicam.

In order to successfully get an intersectoral initiative off of the ground, it is important to have conveners who are credible to all involved. Such conveners help relevant parties frame the issue so that mutual interests are reflected in the initiative, balance power differences that are likely to exist, and invest in building relationships.

Nesta passagem provida por Kalegaonkar e Brown, estão presentes os aspectos (1) de relação entre as diversas partes envolvidas, (2) credibilidade dos *conveners*, (3) processo de construção do relacionamento entre as partes visando a consolidação da parceria social, e (4) as diferenças de poder entre os atores deste campo. A diferença de poder entre os atores será discutida neste referencial, tratando-a como *power imbalance* – ou desequilíbrio de poder entre as partes.

Ainda de acordo com Kalegaonkar e Brown, os *conveners* são atores-chave por serem considerados ponte uma vez que atuam enquanto agentes catalíticos que conectam atores céticos em relação à cooperação entre si.

Dos elementos trabalhados na literatura de CSSP e ou de colaboração interorganizacional, Dorado e Vaz (2003) indicam que os estudos sobre os *conveners* ainda são escassos. De forma complementar, os estudos existentes buscam desenvolver uma tipologia destes atores-chave. Também, ao abordarem tais atores, denotam ora o ambiente externo às parcerias sociais e ora o ambiente interno destas. Desta forma, apontamos isto como uma lacuna, buscando construir a compreensão dos *conveners* enquanto formadores institucionais que tiveram forte influência em, e de, episódios específicos para composição da parceria social em torno da pauta de trabalho escravo. Também, ao notar tais lacunas, buscamos trazer o contexto para dentro do debate dos *conveners*, bem como a relação destes atores com tal contexto.

Como forma de complementar o entendimento dos agentes e da conexão entre as parcerias sociais e seu contexto, ocorrido principalmente por meio de atores-chave, apresentamos a seguir o grupo de atores denominados *boundary spanners*. Conforme Bryson, Crosby e Stone (2006) denotam, os *conveners* podem ser apresentados também como *boundary spanners*, com capacidade de se envolverem em múltiplas arenas permeadas pelo problema comum tratado pela parceria social. Esta colocação se torna fundamental uma vez que, conforme observado no campo de pesquisa, alguns atores da parceria social investigada

ocupam o papel de *spanners* e *conveners*, às vezes em momentos distintos e às vezes com sobreposição de papéis.

2.5.2 Boundary Spanners

Dos atores que costumam trabalhar diretamente com a ampliação das redes estão os tipos classificados por Thompson (1967 *apud* William, 2002) como *networkers*, *brokers*, *civic entrepreneurs*, *collaborators* e *boundary spanners*³². William (2002) atribui a expansão das fronteiras da rede e a interlocução entre setores aos *spanners* que, de acordo com Feldman et al (2006), desenvolvem e coproduzem diferentes ações de expansão das relações de colaboração por meio da adoção de diversas bases de *expertise* e conhecimento. Esta capacidade de expansão das fronteiras, realizada por dentro da rede de colaboração (Gander; Haberberg; Rieple, 2007), é o que torna os *boundary spanners* atores-chave no processo.

No contexto da CSSP, os *spanners* estão comumente vinculados a determinadas pautas, tais como promoção de saúde pública, desenvolvimento de políticas contra pobreza, segurança pública (Williams, 2002) e erradicação do trabalho escravo, conforme visto no campo de pesquisa. O envolvimento do *spanner* com tais pautas está atrelado a suas atividades de expansão e amadurecimento das relações interorganizacionais para colaboração, uma vez que o cerne da colaboração social entre setores são estas pautas.

Para promover e consolidar as relações de colaboração entre as partes, os *spanners* exercem atividades específicas com atribuições tais como: (a) a construção de pontes entre as partes envolvidas, ocupando *bridging positions* uma vez que isto permite o intercâmbio de recursos dos diversos grupos que compõem a rede de colaboração (Maguire; Hardy; Lawrence, 2004, p. 658); (b) a criação de

³² No mesmo sentido de Thompson, cabe apontar brevemente o significado destes termos: *networkers* como aqueles que buscam encontrar pessoas que possam ser úteis ao longo da formação de uma rede; *brokers* como aqueles sujeitos que transitam entre duas redes com propósitos antagônicos; *civic entrepreneurs* como aqueles sujeitos que buscam a expansão de negócios sociais em comunidades que demandam por serviços básicos, no entanto não são atendidas pelo Estado; *collaborators* como aqueles sujeitos que buscam atuar junto ao adversário, embora tenham feito parte, inicialmente, da rede oposta; e, por fim, *boundary spanners* como aqueles sujeitos que buscam expandir as conexões da rede, porém com uma conotação mais aprofundada nesta tese, conforme elucidado neste tópico.

boundary experiences, definidas como atividades compartilhadas e construídas conjuntamente entre as partes da CSSP, o que promove um senso de comunidade e transcendendo barreiras entre os participantes (Feldman et al, 2006, p. 94); e (c) a criação de *boundary objects* – tais como elementos de base para o desenvolvimento da colaboração, relatórios de pesquisa, textos, gráficos e imagens – o que permite cruzar as fronteiras entre os diversos conhecimentos e formas de conhecimento existentes dentro do espaço colaborativo de uma CSSP e que, na colocação de Carlile (2002, p. 452), atua como “[...] a semantic boundary [that] provides a concrete means for individuals to specify and learn about their differences and dependencies across a given boundary”. Como fruto de tais atividades, emerge a *coprodução* de ações destinadas à pauta adotada como norteadora das relações de colaboração entre as partes, coprodução esta que ocorre por meio da atividade central do *spanner* em conectar processos e estruturas da CSSP, cabendo ao *spanner* a função-chave de mediar transações tanto de recursos quanto de informações, e mediar eventuais impasses inerentes às partes (Alter; Hage, 1993)

Tais atividades dos *spanners* permeiam o dia a dia e as rotinas da CSSP, embora estas atividades sejam construídas e executadas sob um terreno e condições previamente estabelecidas, na visão de Noble e Jones (2006, p. 897):

Boundary *spanners*, on the other hand, do become intimately involved in the day-to-day relationship-building activities and operations within the developing partnership. The actions of senior management thereby create the conditions within which boundary-spanning managers must subsequently work. Boundary *spanners* work at the interface and span the boundary between the partner organizations. In our study they tended to assume responsibility for the PPP's overall management and became critical components in its overall success or failure. These amounted to key functions for managers who, in our study, occupied only middle manager positions in their respective organizations, or at least managerial positions below those of project champions.

Embora tais atividades sejam cruciais para compreender a dimensão dos atores envolvidos na CSSP, também é fundamental resgatar alguns aspectos de surgimento dos *spanners* no processo colaborativo. Conforme presente na passagem de Noble e Jones, o trabalho dos *spanners* se inicia em um campo construído por outros atores, tais como gerentes de topo (Noble; Jones, 2006) e ou *conveners* (Bryson; Crosby; Stone, 2006). Os *conveners* são indivíduos com poder e

credibilidade frente aos outros atores a ponto de possuírem as capacidades necessárias para criar as condições de atuação do *spanner* (Noble; Jones, 2006; Bryson; Crosby; Stone, 2006). Assim, o primeiro aspecto sobre o surgimento do *spanner* no campo de colaboração entre organizações diz respeito à criação destas condições, realizada por outros atores tais como *conveners* e *sponsors*.

Outro aspecto vinculado ao surgimento dos *spanners* está relacionado com o volume de trocas entre as partes (Gray, 1985; Oliver, 1990; Alter; Hage, 1993). Embora esta afirmação esteja próxima de uma abordagem da teoria de custo-transação, ela é apresentada aqui como um dos elementos que permite o surgimento da figura do *spanner* no cenário de CSSP. Ao advogar que o volume de trocas entre as partes reflete na demanda por um *spanner*, ressalto que estas trocas são relacionadas ao aumento do fluxo de informações entre as partes que possuem um problema público comum e à necessidade de criação de *boundary objects* e *boundary experiences*, pontos estes que concernem ao *spanner*.

Uma vez que os *spanners* se constituem como ponto focal que propicia a troca de informações e a difusão de conhecimentos na CSSP, este atua com a função de fortalecer as conexões entre os atores a fim de possibilitar tais trocas e difusão. Uma vez que estas atividades do *spanner* são atividades críticas, o *spanner* passa a ocupar um espaço no campo de colaboração que demanda legitimidade deste ator frente às outras partes (Maguire; Hardy; Lawrence, 2004). A legitimidade deste ator-chave propicia a formação da colaboração entre as partes, de acordo com Gray (1989). No entanto, tal legitimidade se diferencia no campo de colaboração, uma vez que diferentes *spanners* possuem diferentes posicionamentos neste campo.

De forma complementar, não é apenas o posicionamento do *spanner* no campo que mostra sua legitimidade diante à rede. Outro aspecto é em relação à forma de contratação deste *spanner*. De acordo com Noble e Jones (2006), existem poucas evidências da contratação do *spanner* por interesse expresso e voluntário deste, mas há a interferência de gestores seniores neste processo que consideram ou não o *spanner* apto para exercer tal atividade de acordo com suas experiências ou pelo fato de este ser o próximo na linha sucessória de organizações parcerias para ocupar cargo de gerência e, por isso, alocado à função de *spanner*. Desta forma, a legitimidade do *spanner* pode estar vinculada também à legitimidade do ator que o

contratou e ou ao *convener*; também, pode estar vinculada à transparência do processo, e à interface que este contratado possui junto às demais partes envolvidas.

Por outro lado, a legitimidade do *spanner* também está relacionada ao caráter formal ou informal de sua atribuição, de acordo com Feldman et al (2006)³³, que notaram a existência dos aspectos ‘formal e informal’ e ‘temporário e permanente’ do papel do *spanner*. De forma complementar, Maguire, Hardy e Lawrence (2004, p. 661) colocam que as atividades do *spanner* enquanto algo *ad hoc* e informal propiciam a formação de um cenário de contestação entre os atores da comunidade.

De forma sintética, os *spanners* são pontos focais para a troca e difusão de informações e conhecimentos, que atuam no fortalecimento das conexões entre as partes envolvidas na parceria social. Mais que isto, os *spanners* também são os principais responsáveis por endereçar um problema público no âmbito da CSSP ou um metaproblema (Parker; Selsky, 2004). Por tais atribuições, este ator-chave depende de sua legitimidade frente a outros atores, o que contribui ou mina para o fortalecimento das conexões entre as partes; e depende também do espaço que ocupa no campo.

Embora o norte teórico desta tese parta do pressuposto da reflexividade entre agência e estrutura e entre os atores pertencentes àquele campo, a abordagem de *spanners* trazida acima não conecta os aspectos da estrutura com os aspectos da agência e vice-versa, tratando legitimidade do *spanner* e suas atribuições de fortalecimento das relações interorganizacionais como aspectos isolados em um campo frouxo. Por isso surge a lacuna de tratar os *spanners* enquanto pontos indissociáveis do contexto e das relações com outros atores para a construção de sua própria legitimidade bem como da estrutura existente sob a parceria social. Outro aspecto que emerge enquanto lacuna é a possibilidade de tratar o surgimento do *spanner* enquanto um episódio específico durante o processo de formação e consolidação da CSSP, fruto do amadurecimento das relações entre as partes

³³ Importante destacar que os autores enfatizam o caráter formal ou informal para organizações que atuam como *boundary spanners*, ao invés de focarem nos atores-chave denominados *boundary spanners*. Porém, tomamos a liberdade, com base na experiência de campo, de trazer estes elementos para o nível de agência especificamente.

envolvidas e melhor endereçamento de um problema público ou de um metaproblema (Parker; Selsky, 2004).

2.6 Capacidade e Poder

Na literatura de CSSP, existe a retórica que indica que as organizações buscam resolver ou encaminhar problemas sociais por meio do trabalho conjunto entre setores, o que Selsky e Parker (2010) denominam como *working together across sectors*. Dentro desta concepção de trabalho conjunto, existem diversos exemplos de parceria de sucesso e modelos gerenciais para se atingir sucesso, estes discutidos dentro da ótica de CSSP. No entanto, Selsky e Parker (2010) enfatizam que alguns autores têm questionado esta retórica de organizações que trabalham juntas e unidas, e a pouca ênfase dada a tópicos críticos tal como *poder* quando vinculado ao debate de relações interorganizacionais e ou CSSP. As abordagens convencionais buscam investigar soluções de curto prazo, melhorias de sintomas sociais, arranjos institucionais e de governança perfeitos, mas, por outro lado, negligenciam a dimensão do poder e das capacidades no campo das relações interorganizacionais (Lotia; Hardy, 2009; Huxham; Beech, 2009) e no campo das parcerias sociais intersetoriais (Selsky; Parker, 2010).

No campo das pesquisas em relações interorganizacionais, poder e capacidade são dois elementos entre tantos possíveis que podem ser debatidos. No entanto, embora existam diversas referências a estes elementos nos debates sobre organizações, que englobam diversas formas de olhar poder e capacidades (Clegg, 1989), este tópico ainda é pouco explorado tanto na área de relações interorganizacionais quanto, mais especificamente, em CSSP (Huxham; Beech, 2009; Selsky; Parker, 2010), uma vez que os estudos que mencionam poder e capacidades não o explora em profundidade. Isto é acentuado quando observamos as muitas e diversas abordagens para se compreender poder no âmbito das organizações e das relações interorganizacionais, conforme será apresentado neste capítulo.

Para estender o debate teórico e, em outro capítulo, vinculá-lo com o estudo de campo, é fundamental destacar que a compreensão de poder e

capacidades é tratada aqui, a princípio, como a forma de influenciar ou controlar outros agentes ou organizações, e também como forma de resistir à tentativa de influência de outros³⁴. Dentro deste breve conceito que advém de um vasto campo³⁵, cabe considerar poder em algumas óticas, sendo elas: *power over*, *power to*, e *power for*; que nos permite iniciar o debate sobre poder e os desdobramentos deste na literatura de CSSP (Huxham; Beech, 2009), tal como poder e capacidades.

Ressalto também o caráter relacional do poder, ao passo que suas relações ocorrem entre pessoas que compartilham, espacial e ou temporalmente, o mesmo contexto; poder também é tratado como relacional, porém no sentido da relação entre as dimensões de agência e estrutura (Giddens, 2000; 2003). A relação de poder entre sujeitos é sobre a capacidade de atuar de outro modo ao intervir no mundo social e também a possibilidade de abster-se de tal intervenção. Neste sentido, a agência – o ato de agir – está diretamente vinculado com as capacidades do sujeito, capacidades estas que, dentro da perspectiva dialógica, permitem ver e compreender as relações de poder entre os sujeitos que ocupam determinado cenário de interação (Giddens, 2003, p. 17-18). Ainda, é importante enfatizar que esta forma de compreender poder se distancia das formas relacionais que atribuem às relações de poder o caráter comportamental, em que o poder de determinado grupo tem efeito no comportamento de outro grupo³⁶.

Após a compreensão do aspecto relacional do poder, retomo a identificação de três formas básicas de ver o significado do poder no contexto de relações interorganizacionais. A primeira forma diz respeito ao poder como uma necessidade organizacional para obter controle em suas relações com outros atores e organizações. Esta forma atribui ao poder o caráter de ser possuído por algo ou alguém, objetificando-o e tratando-o como observável independente das relações entre as partes. A segunda forma entende poder como fruto positivo de um

³⁴ Cabe ressaltar que nesta tese não trataremos do debate acerca de micro-poder observado pela investigação do discurso, mas trazemos a concepção ampla de micro-poder enquanto táticas de poder, formas de resistência, e a habilidade de sujeitos às relações de poder existentes entre eles e na rede de poder dentro da CSSP.

³⁵ As diversas formas de compreender poder no âmbito das organizações podem ser vistas em Clegg (1989).

³⁶ Esta perspectiva pode ser vista no trabalho de Pfeffer (1997).

relacionamento produtivo entre organizações, sendo o poder aqui também tratado como uma posse. A terceira forma relaciona poder com *empowerment* [empoderamento], tratando-o como algo processual, desenvolvido por meio das interações – tanto as que buscam desenvolver as capacidades coletivas quanto as que buscam abster-se ou resistir a ações contrárias a estas capacidades. De forma complementar, o interesse desta terceira forma:

[...] lies in the notion that collaborative inter-organizational relationships are a means through which members of traditionally less powerful groups or organizations [...] in society can be supported to equalize or even reverse the power imbalance between themselves and traditionally more powerful actors (Huxham; Beech, 2009, p. 555-556)

Atrelado a estas formas de significar poder, há quatro abordagens de poder endereçadas por pesquisadores que investigam relações interorganizacionais e compõem agendas de pesquisa. Vinculadas a estas, indico de antemão a relação destas abordagens teóricas com minha contribuição, tomando por base a pesquisa de campo.

A primeira abordagem de poder vinculada com relações interorganizacionais indica que as partes envolvidas precisam de poder para influenciar os objetivos conjuntos e a forma como estes são buscados e atingidos, havendo a tentativa de controle dos resultados da parceria. Esta agenda de pesquisa não será englobada nesta tese pelo fato de observarem o poder como algo tangível, passível de mensuração e gerenciável, o que não condiz com a visão onto-epistemológica que orienta esta tese.

A segunda agenda de pesquisa busca compreender as relações de poder entre grupos, organizações e até mesmo redes como um todo como unidade de análise para discutir poder. Nesta agenda, Huxham e Beech (2009) afirmam que existe pouco esforço para compreender poder atrelado aos sujeitos e também os fluxos de poder entre as organizações e dentro destas. Isto consiste em uma lacuna de pesquisa, uma vez que, ao investigar também os *conveners* e os *boundary spanners*, é possível compreender o fluxo de poder e também a capacidade de agência dos sujeitos que compõem a CSSP investigada, tendo as caracterizações episódicas (Giddens, 2003) como objeto de análise para compreender tais fluxos e capacidades.

A terceira agenda pode ser subdividida em duas frentes. A primeira frente indica que as questões de poder são passíveis de investigação enquanto conflitos de interesse entre as organizações, uma vez que determinada organização busca controlar as outras quando na presença de propósitos conflitantes. A outra frente indica a existência de atores que possuem uma posição de vantagem (*upper hand*) que controla recursos e influencia os propósitos da CSSP (Ansell; Gash, 2007), mesmo em cenários em que não há conflitos. No entanto, a lacuna que buscamos preencher nesta agenda é a aceitação da visão que indica a existência destes atores com posição de vantagem (*upper hands*) dentro da mesma CSSP, porém itinerantes conforme os episódios ocorridos no campo, que alteram o fluxo de poder; a outra discussão atrelada a esta agenda é a possibilidade de investigar as questões de poder mesmo em cenários em que não há conflitos de interesses entre organizações, sendo estas questões definidas tanto por sujeitos com maior capacidade que outros quanto também por episódios ocorridos no campo.

A quarta agenda sugerida por Huxham e Beech (2009, p. 559) indica as questões de poder como algo desacoplado de lentes ou raízes teóricas, porém em termos práticos implica no pressuposto da existência de assimetria, desequilíbrio ou inequidade de poder em todas as relações interorganizacionais. Nesta agenda existe a ampla aceitação de que a equidade de poder é algo inatingível pela própria natureza das questões de poder (Lister, 2000; Huxham; Beech, 2003) e ou pelas diferenças em termos de capitais que os sujeitos possuem e posicionamento dos sujeitos no campo (Bourdieu, 2013; Everett; Jamal, 2004). Também, esta lente parte do pressuposto de que as relações de poder estão situadas nas arenas em que ocorrem as interações entre organizações de dois ou três setores, tal como argumentado por Selsky e Parker (2005) e Purdy (2012). De forma complementar, existe a possibilidade de contribuir com o argumento de que os episódios que ocorrem no campo são um dos componentes que restringem a consecução de equidade de poder ao longo das relações interorganizacionais. Assim, este argumento se complementa às outras duas visões sobre inatingibilidade da equidade de poder mencionadas neste parágrafo.

Apresentadas algumas das lacunas existentes nestas agendas, cabe destacar também o objeto de análise que nos permite compreender as questões de poder. Conforme mencionado anteriormente, os episódios ou as caracterizações

episódicas podem permitir alterações nos fluxos de poder dentro da CSSP, uma vez que, de modo recursivo, as dinâmicas de poder são tanto *inputs* quanto *outputs* de interações entre participantes (Selsky; Parker, 2010). Para compreender esta mudança de fluxo, foram observados enquanto unidade de análise alguns agentes da rede, principalmente *conveners* e *boundary spanners*, que servem como conectores principais dos episódios que ocorrem no campo e a CSSP, conectores estes que permitem observarmos a redistribuição de poder e rearranjo de suas relações e seus fluxos. Assim, sumariamente, são observados membros da CSSP e episódios do campo, ambos compreendidos de modo recursivo e reflexivo.

Para seguir com as contribuições neste tópico, emerge a necessidade de compreender poder enquanto *power over*, *power to*, e *power for*. Embora estas abordagens sejam tratadas de forma separada na literatura³⁷, temos como intuito consolidá-las por meio da interlocução destas três formas de poder com a dimensão organizacional – sobreposição de partes da mesma CSSP, em que alguns atores ou organizações controlam outros; entre partes da mesma CSSP e ou atores externos a ela, em que determinadores atores legitimam a capacidade e o poder de agência de outros; e colaboração entre as partes que formam um grupo, em que há um empoderamento coletivo, quando comparado com outro(s) grupo(s). Desta forma, as abordagens de *power over*, *power to*, e *power for* se conectam por meio do contexto, tendo a CSSP como eixo e variando conforme o *zoom* dado ao longo da investigação³⁸, podendo ter foco nos indivíduos, entre organizações que compõem a CSSP, e entre membros da CSSP e outros que não a compõem.

Por fim, ao advogar o conceito de episódios, podemos contribuir atribuindo às questões de poder um caráter líquido e “itinerante”, uma vez que, conforme surgem novos episódios no campo atrelados às práticas da CSSP, ocorrem

³⁷ A exemplo de Bryson e Einsweiler (1991), Byrne (2001), Emerson (1962), Provan e Skinner (1989), e outros, citados por Huxham e Beech (2009).

³⁸ Neste sentido, nos apoiamos em Giddens (2003) por meio da suspensão metodológica que nos permite articular diferentes visões do mesmo fenômeno, e também em Nicolini (2009) que permite alterações no foco dado ao objeto por meio da troca das lentes teóricas e reposicionamento no campo, o que nos permite compreender o fenômeno em questão por meio de diferentes *zooms*. No entanto, cabe ressaltar que dissociamos a ideia de Nicolini sobre *zooming in and out* da ideia de investigação da prática local e instituições, embora tratemos *zooming in and out* como forma de compreender os pedaços constitutivos do fenômeno organizacional e social.

alterações nos (a) fluxos de poder dentro desta e entre esta e outras redes, (b) nos mapas e redes de poder, (c) nas relações e configurações de poder e (d) nas capacidades individuais.

2.7 Paradoxos Organizacionais

Sendo ponto essencial do referencial teórico desta tese, este capítulo apresenta inicialmente o contexto da discussão de paradoxo e ambiguidade, e conceitos relacionados, atrelados aos estudos organizacionais e, mais especificamente, ao debate de relações interorganizacionais. Em seguida, apresento e defino os conceitos que permeiam este debate. Conectados a estes conceitos, resgato seus aspectos ontológicos acerca dos níveis micro e macro engendrados nos âmbitos de ambiguidade e paradoxos. Ainda, são trazidos os tópicos emergentes que nortearão a análise do material obtido no campo de pesquisa, tais como as quatro estratégias – ou respostas estratégicas – de investigação de paradoxos (Poole; Van de Ven, 1988), tensões latentes e salientes (Smith; Lewis, 2011); naturezas, abordagens e impactos das compreensões de paradoxos (Schad et al, 2016); as dimensões *discurso, condições sócio-históricas, e presença de múltiplos* (Putnam; Fairhurst; Banghart, 2016). Em seguida, eu apresento os elementos que serão tratados nesta tese como essenciais para conduzir este debate, discutindo sobre paradoxos e ambiguidades em nível supraorganizacional com reflexo nas relações interorganizacionais me baseando na ideia de estruturação (Giddeis, 2003). Por fim, eu indico quais os *gaps* teóricos que este capítulo pretende abarcar após a análise do *corpus* de pesquisa obtido no campo.

2.7.1 Paradoxos em Perspectiva

Atualmente, temos presenciado espaços sociais que nos distanciam das condições sociais mais lineares e estáveis do passado. Devido à velocidade com a qual emergem inovações, a hipercompetitividade ganha corpo, e a sociedade se constrói como um espaço cada vez mais complexo e dinâmico, surgem paradoxos enquanto elementos que permeiam a vida social e organizacional (Smith; Lewis, 2011;

Fairhurst et al, 2016). Apesar de ser considerado por alguns autores como uma palavra clichê, a ideia e as implicações de *paradoxo* se transformaram em algo normal – *the new normal* (Handy, 1994; Ashcraft; Trethewey, 2004, ambos citados por Putnam; Fairhurst; Banghart, 2016) – e têm moldado os círculos de debate teórico em diversas áreas.

No âmbito das organizações, ambiguidade e paradoxo têm sido vistos como promotores de tensões e criatividade, simultaneamente. Contrário à perspectiva moderna de uma gestão racional e científica, ambiguidade e paradoxo têm sido considerados como elementos chave para se compreender os desafios organizacionais que existem no mundo após a modernidade (Lewis, 1998). Deste cenário, emergem fatores como pluralidade organizacional excessiva, quando comparada ao passado, e mudanças rápidas seguindo caminhos não-lineares (Smith; Lewis, 2011). Além disso, a presença simultânea de situações opostas parece ser inconsistente, mas tem se tornado parte das práticas organizacionais, não podendo mais ser vista como uma exceção (Poole; Van de Ven, 1989; Clegg; Cunha; Cunha, 2002).

De acordo com Lewis (2000, p. 760):

[...] individuals, groups, and organizations [are] inherently paradoxical, embroiled in tensions and reinforcing cycles at their very core. Abandoning the notion that change is a smooth, linear, and planned journey, these researchers have examined how contradictions both hamper and encourage organizational development.”

Ao passo que paradoxo e ambiguidade, e tensões e contradições decorrentes destas, passaram a fazer parte do campo organizacional, a teoria organizacional tem feito um movimento para tentar acompanhar e compreender este fenômeno, explorando sua natureza, abordagens possíveis, e impacto nas organizações. Devido à complexidade da organização atual, paradoxo tem se transformado não apenas em um elemento organizacional, mas também em uma lente teórica que permite compreender a organização contemporânea (Smith; Lewis, 2011), servindo como uma lente que permite investigar “[...] surprising findings and seemingly absurd aspects of organizational life” (Lewis, 2000, p. 774). Neste sentido, pesquisadores debruçados na teoria organizacional têm buscado usar o

conhecimento sobre paradoxos e contradições para compreender uma vasta gama de fenômenos organizacionais (Fairhurst et al, 2016).

Este amplo campo de possibilidades por meio dos paradoxos foi apontado por Poole e Van de Ven (1989) como promissor, na academia, para se compreender a multiplicidade da vida organizacional. No entanto, Cameron e Quinn (1988, citado por Lewis, 2000, p. 760) enfatizaram que, ao explorar paradoxo, as pesquisas neste domínio deveriam ir além das noções extremamente simplificadas e polarizadas de paradoxo para se tornarem capazes de reconhecer e investigar a complexidade, diversidade e ambiguidade da vida organizacional. Nesta gama, tem emergido tentativas para se definir construtos e aparato teórico em paradoxo, relacionamentos paradoxais aplicados a determinados fenômenos, e também o uso do paradoxo como uma perspectiva para se teorizar no âmbito dos estudos organizacionais (Schad et al, 2016). Isto, por sua vez, tem aberto espaço para a discussão posterior de paradoxo como uma meta-teoria, capaz de perpassar escolas e teorias organizacionais, e auxiliar nas dimensões metodológicas, epistemológicas e ontológicas dos estudos organizacionais (Lewis; Smith, 2014; Schad et al, 2016).

Neste contexto, Schad et al (2016, p. 3) assertam que o uso de paradoxo como uma meta-teoria pode ser uma forma poderosa de se compreender a ciência das organizações, uma vez que oferece explanação melhor e mais profunda de construtos, relações e dinâmicas que circundam o campo organizacional e suas tensões, ao passo que também permite aperfeiçoamento teórico das diversas correntes existentes nos estudos organizacionais. Como complemento essencial, Lewis e Smith (2014, p. 17) indicam que:

A paradox perspective assumes that understandings emerge over time, created from the juxtaposition of opposing forces and focused via actors' cognitions and social constructions. Not only are we proposing new theoretical tools and constructs but also a fundamental rethinking of the assumptions underlying organizational theory. We believe that such transformational shifts will result in greater insight and more relevant prescriptions.

Por conta das capacidades da lente de paradoxo como uma meta-teoria, os estudos de relações interorganizacionais também poder ser beneficiados por tal, uma vez que, de acordo com Babiak e Thibault (2009), as parcerias entre

setores e as relações interorganizacionais formam e são formadas por um campo complexo repleto de ambiguidades, tensões e paradoxos.

De modo complementar, Lewis (1998, p. 146) asserta que conceitos como ambiguidade e paradoxo nos permite compreender problemas que surgem em decorrência das relações interorganizacionais entre setores. No entanto, estes problemas comumente são atrelados às dimensões de agência e ou organização / inter-organização quando tratados no âmbito das relações interorganizacionais. Neste sentido, o domínio em que ocorrem ambiguidades e paradoxos considerado por pesquisadores tem estado relacionado com discussões tais como sujeitos presentes em múltiplas parcerias (Crosby; Bryson, 2010), tensões presentes na dimensão do sujeito (Putnam; Fairhurst; Banghart, 2016), e ambiguidades setoriais (Lewis, 1998).

Apesar das dimensões já elencadas na teoria, me atenho à dimensão da estrutura social e de outros domínios que não estão diretamente conectados às relações interorganizacionais, tendo como foco paradoxos que ocorrem sobre e fora das relações interorganizacionais, e tratando estes paradoxos como o ponto conector de dois ou mais domínios, ligados por episódios paradoxais que ocorrem no campo. No entanto, me debruço nos conceitos e debates já desenvolvidos sobre este tema, do qual eu tomo a abstração conceitual e conecto com a ideia de estrutura social, paradoxo em outros domínios e principalmente caracterizações episódicas paradoxais.

2.7.2 Conceitos Essenciais Relacionados a Paradoxos

Dos conceitos abarcados aqui, tais como paradoxo, pluralismo, dualidade e tensões, estes estão interligados, conectados e também mesclados. Isto ocorre pelo uso intercambiável destes termos como sinônimos conceituais (Smith, 2000), por sua apresentação enquanto apenas situações que ocorrem no campo porém sem conexão conceitual (Putnam; Fairhurst; Banghart, 2016), e pela falta de clareza conceitual (Smith; Lewis, 2011). Ainda, muitos teóricos organizacionais investigam estes elementos sem anuncia-los como algo presente no campo de pesquisa (Lewis, 1998). Por isso, faz-se necessário defini-los enquanto conceitos que norteiam a compreensão de parte do material de campo desta tese, e também seus desdobramentos – tais como as suas características fundamentais.

Os paradoxos são compostos por elementos contraditórios, porém interrelacionados dentro de um mesmo campo. Quando estes elementos são suspensos separadamente, a presença de cada um em separado parece fazer sentido em determinado campo. No entanto, quando aparecem simultaneamente no mesmo campo, são considerados absurdo, inconsistentes e ou irracionais. Estes paradoxos são construídos por indivíduos quando estes reconhecem tendências ou elementos opostos, contraditórios no campo e ao atribuir sentido a um mundo complexo, ambíguo e em constante mudança, polarizando os elementos de determinada realidade ou ocultando sua complexa inter-relação (Lewis, 2000; Smith; Lewis, 2011).

Uma vez que paradoxo persiste ao longo do tempo (Smith; Lewis, 2011), sua natureza dual fica mais evidente por ser constituído por dois elementos presentes no campo que estão interrelacionados, em constante interação, e refletem um em outro, dentro de uma relação recursiva (Schad, et al, 2016). Esta relação cíclica entre forças opostas que compõe um paradoxo, de acordo com Lewis (2000), é constituída por partes que não necessariamente estão presentes no âmbito da estrutura, mas estão comumente no âmbito da agência, tais como contradições em termos de sentimentos, mensagens, demandas, identidades, interesses ou práticas.

No campo organizacional, os paradoxos se referem a características contraditórias nas organizações, que existem simultaneamente neste campo e produzem resultados inesperados geralmente acompanhados de inconsistências³⁹. Neste passo, Putnam, Fairhurst e Banghart (2016, p. 12) adicionam uma característica ao conceito de paradoxo definido por outros autores (e.g. Lewis, 2000; Lewis; Smith, 2014; Clegg; Cunha; Cunha, 2002; Eisenhardt, 2000): “Our definition adds an additional feature to the concept of paradox; that is, interdependent and mutually exclusive opposites reflect back on and impose on each other.” Paradoxo organizacional é tratado, por estes autores, como algo inerente à organização e presente dentro da organização.

Em tempos turbulentos, o paradoxos são percebidos com maior frequência (Schad et al, 2016), dada sua relação de latência e saliência (Smith; Lewis,

³⁹ Coletânea de exemplos nas obras de Johansson e Stohl (2012) e Cheney (2001), citados por Putnam, Fairhurst e Banghart (2016).

2011). Esta relação advoga que paradoxos organizacionais são mantidos latentes até que surjam eventos atrelados a escassez, mudanças radicais e ou pluralidade no campo organizacional, condições estas que fazem o paradoxo se tornar saliente. Sob estas condições, atores também presentes neste campo organizacional atribuem sentidos e modificam suas práticas na tentativa de conciliar situações que não são conciliáveis, até que se depare com a situação paradoxal no âmbito da organização – situação denominada como paradoxo saliente.

Na relação de latência e saliência, um elemento crucial auxilia os paradoxos organizacionais a se tornarem salientes e presenciados pelos atores organizacionais. Este elemento, a pluralidade, envolve a multiplicidade de visões de atores organizacionais em relação a determinada situação que ocorre no campo organizacional, fazendo com que emergjam processos inconsistentes, retóricas que competem entre si, e expansão do cenário de incerteza (Smith; Lewis, 2011). De acordo com Eisenhardt (2000, p. 703), “[p]luralism in ideas, among people, within organizations, and across industries is a crucial driver of change, even as that very change significantly alters pluralism”. O pluralismo está presente em cada polo do paradoxo, ou seja, o polo A é plural em si mesmo, assim como o polo B; no entanto, cada polo do paradoxo, plural em si e interconectado com o outro polo, se caracteriza como haste de uma relação dual.

A dualidade é constituída na literatura como um dos elementos integrantes do paradoxo. Conceituada por Putnam, Fairhurst e Banghart (2016, p. 5) como “[t]he existence of opposite poles, dichotomies, binary relationships that are able to create tensions, but can be separated”, autores como Giddens e Bourdieu⁴⁰ apontaram dualidade como a relação de elementos contraditórios, emergindo desta relação o caráter recursivo e temporal dos paradoxos, uma vez que um polo influencia no outro e vice-versa e um polo depende do outro para se sustentar dentro da ideia de paradoxo.

Outras duas características de dualidade dizem respeito aos elementos contraditórios como mutuamente constituídos e ontologicamente

⁴⁰ Embora citados por Schad et al (2016), o debate sobre dualidade pode ser encontrado em Giddens (2000; 2003, p. 30-33; 351-357) e Bourdieu (2013, p. 72-78)

inseparáveis (Schad et al, 2016). Neste sentido, no âmbito da dualidade os elementos contraditórios estão engendrados em uma estrutura que é o meio e o resultado da conduta que ela recursivamente organiza (Giddens, 2003, p. 32); e tais elementos contraditórios são inseparáveis em sua natureza, uma vez que, se separados, deixam de constituir a dualidade e de compor o paradoxo. Assim sendo, também está presente no conceito de dualidade o seu caráter contraditório que, segundo Giddens (2003, p. 229), define a oposição destes elementos, a negação de um ao outro, e, por outro lado, a mútua dependência destes elementos em sua essência. Esta relação de elementos opostos, duais, cria tensões, conforme definidas abaixo.

As tensões, consideradas por Smith e Lewis (2011) como o cerne da pesquisa organizacional, emergem quando membros de determinada organização se deparam com dilemas, dualidades e paradoxos no leque de suas ações possíveis, havendo neste sentido demandas conflitantes. Tais tensões comumente são representadas na forma de estresse, ansiedade, desconforto existentes ao longo do processo de tomada de decisões e escolhas. Diferente das dualidades, as tensões têm um repertório de ações que se encontram em dilemas '*either/or*' em que uma alternativa deve ser escolhida (Putnam; Fairhurst; Banghart, 2016; Schad et al, 2016).

Paradoxo, bem como pluralismo, dualidade e tensões, não permite a mistura das possibilidades ou um ponto médio entre elas, e, por isso, cria caos ou conduz os sujeitos à beira deste na tomada de decisão (Eisenhardt, 2000). Por um lado, esta situação conduz a problemas práticos; por outro, abre a possibilidade de teorizar o espaço organizacional (Poole; Van de Ven, 1989) ou interorganizacional (Crosby; Bryson, 2010; Putnam; Fairhurst; Banghart, 2016), capitalizando o pluralismo existente dentro da dualidade (Eisenhardt, 2000, p. 703).

No âmbito dos sujeitos, os paradoxos não se tornam salientes e as tensões existentes no campo não desencadeiam automaticamente em ações, mas podem permanecer latentes por anos, de acordo com Knight e Paroutis (2016). Neste sentido, uma das formas de entender como os atores se tornam conscientes sobre os paradoxos existentes é compreender o processo pelo qual eles fazem sentido destes paradoxos. Outra forma da transição do paradoxo latente para o saliente é, de acordo com Knight e Paroutis (2016), a identificação de condições exacerbadas de

pluralidade, escassez e mudanças, feita pelos atores, o que Smith e Lewis (2011) denominaram de cognição paradoxal.

Como resultado, Poole e Van de Ven (1989)⁴¹ identificaram que os sujeitos se debruçam em quatro estratégias, sendo elas (a) aceitação / oposição, (b) separação espacial, (c) separação temporal, e (d) síntese.

Such tensions can be regarded as paradoxes of social theory, and four different modes of working with paradoxes can be distinguished: (1) accept the paradox and use it constructively; (2) clarify levels of analysis; (3) temporally separate the two levels; and (4) introduce new terms to resolve the paradox. (Poole; Van de Ven, 1989, p. 562)

Em (a) aceitação, Poole e Van de Ven (1989) indicam que não cabe ignorar o paradoxo existente, mas sim juxtapor os elementos contraditórios. Em (b) separação espacial e (c) separação temporal, os autores apontam a possibilidade de encontrar conexões entre os elementos contraditórios e como se dá sua interrelação, uma vez que os elementos se encontram em diferentes níveis de análise. A diferença entre separação espacial e temporal fica evidenciada uma vez que na separação espacial a distinção ocorre em relação aos níveis (e.g. micro-macro; parte-todo; indivíduo-sociedade) ou ao *locus* físico ou social; e a separação temporal considera que “one horn of the paradox is assumed to hold during one time period and the other during a different time period” (Poole; Van de Ven, 1989, p. 566).

Outra dimensão complementar para compreender paradoxos no contexto organizacional é relacionada com as *abordagens constitutivas*, que elencam cinco dimensões constitutivas para se investigar paradoxos, as quais são *discourse*, *developmental actions*, *socio-historical conditions*, *presence in multiples*, e *práxis*, e estão relacionadas com cinco tradições metateóricas⁴² na qual selecionamos voluntariamente a tradição *estruturação* (Putnam; Fairhurst; Banghart, 2016).

[...] structuration research focuses on the relationship between systems and structures grounded in socio-historic processes,

⁴¹ É importante enfatizar que os autores se referiram principalmente aos paradoxos teórico-metodológicos para se investigar o mundo organizacional, sendo que a abstração para as práticas organizacionais foi feita por Smith e Lewis (2011, p. 385), embora esta possibilidade de abstração tenha sido indicada pelos primeiros autores (ver Poole e Van de Ven (1989, p. 566))

⁴² As tradições metateóricas são process-based systems, structuration, critical, postmodern, and relational dialectics (Putnam; Fairhurst; Banghart, 2016, p. 1)

especially in the actions and interactions that produce and reproduce systems (i.e., groups, organizations, institutions) and structures (Putnam; Fairhurst; Banghart, 2016, p. 41).

Das cinco dimensões constitutivas, destaco *presence of multiples* e *socio-historical conditions* pelo fato de que ambas se conectam com a ideia de suspensão e separação temporal e espacial, tratadas por Poole e Van de Ven (1989). As condições socio-históricas dizem respeito a tensões enraizadas em um contexto histórico específico e que nos permite compreender como um paradoxo do passado, já dissolvido, está conectado com práticas e situações organizacionais atuais. De modo complementar, a presença de *multiples* representa uma variedade de tensões que podem ocorrer simultaneamente, estar localizada em múltiplos níveis organizacionais, e através de múltiplas fontes (e.g. circunstâncias, eventos, atores, etc) (Putnam; Fairhurst; Banghart, 2016, p. 15-16).

Após discutido o tópico sobre paradoxo e atento à investigação do campo já realizada, surgem algumas possibilidades de contribuição com esta literatura. A primeira contribuição é com relação à forma como paradoxo é tratado dentro da teoria organizacional. Embora aspectos estruturantes e da estrutura sejam classificados, são pouco explorados para se compreender paradoxo, uma vez que este se restringe quase exclusivamente ao lado interno da organização. Ao identificar que a literatura pouco considera a sobreposição de campos organizacionais, advogamos nossa principal contribuição neste campo, que diz respeito ao paradoxo existente no campo organizacional ou em outras esferas da vida organizacional. Assim, nossa contribuição neste tópico diz respeito à existência de paradoxos no campo organizacional A que são capazes de interferir no campo organizacional B, conforme é apresentado em profundidade na discussão entre teoria e campo.

A segunda contribuição também está atrelada ao fato de a literatura ter maior foco nos paradoxos intraorganizacionais. Neste sentido, buscamos contribuir com a literatura de paradoxo, porém observando paradoxos que existem no campo interorganizacional, ou seja, presentes nas relações interorganizacionais.

Para discutir estas duas lacunas teóricas, eu me debruço na ideia de separação temporal e espacial dos paradoxos (Poole; Van de Ven, 1989) e na ideia de suspensão da conduta dos agentes (Giddens, 2003). Desta forma, busco compreender como os paradoxos estão presentes nas relações interorganizacionais

investigadas, observando em quais níveis estão, em quais espaços refletem, e qual a sua natureza. Para tal, observo três momentos: o primeiro momento diz respeito à origem dos paradoxos neste campo organizacional específico; o segundo momento diz respeito à transformação dos paradoxos em episódios, que culminam no terceiro momento que diz respeito às transformações ocorridas nas relações interorganizacionais investigadas decorrentes destes episódios.

2.8 Conclusão: Lacunas Teóricas

Neste tópico, eu sintetizo os aspectos teóricos desenvolvidos neste capítulo e aponto as contribuições que serão desenvolvidas por meio do debate no Capítulo 5 desta tese. Também no Capítulo 5, serão conectados os tópicos apresentados na revisão de literatura a fim de oferecer capacidade explicativa à pesquisa de campo e vice-versa. As lacunas apresentadas a seguir possuem duas origens. A primeira origem está relacionada com a observação da teoria e do campo, sendo que neste último foi possível visualizar fenômenos não contemplados pela literatura. A segunda origem está exclusivamente no âmbito teórico, sendo possível conectar abordagens paralelas em um quadro único que auxilia na compreensão das parcerias sociais intersetoriais.

As lacunas, advindas da revisão teórica, indicam os debates que serão realizados posteriormente. Cada lacuna e contribuição possível foi alocada em um grupo, formando três grandes grupos de lacunas, o que nos permitirá, no Capítulo 5, a discussão associada dos elementos de cada grupo. Os três grandes grupos foram denominados aqui de (1) parceria social, organizações e arenas, (2) sujeitos e o campo, e (3) tensões, capacidades e paradoxos. O primeiro grande grupo apresenta discussões em direção das organizações, seu caráter voluntário para adesão à parceria, e seu propósito colaborativo; propósito das organizações de cada setor e suas relações com a arena principal e a contra-arena; a compreensão teórica da parceria social como uma associação de organizações que não possuem capacidades ou poder suficientes para atender a seus objetivos e, por isso, formam a parceria; e,

por fim, a composição das quatro arenas e a inclusão da dimensão internacional em torno da pauta social da parceria.

O segundo grande grupo aborda os atores, suas posições de vantagem, suas capacidades de fortalecer laços e legitimar pautas, e sua função catalítica. Abordamos atores de um modo geral relacionados com sua posição de vantagem, e, especificamente, *conveners* e *boundary spanners* atrelados à CSSP. Além destes pontos, também é resgatado, por meio do recorte da literatura, o caráter exclusivamente voluntário dos sujeitos vinculados à parceria social, sendo que neste ponto buscamos mostrar também a relação dos sujeitos com episódios e paradoxos, e a estrutura como fator delimitador da ação, bem como a estrutura e os episódios como formados pelos sujeitos e formadores destes sujeitos. Para tal, os quatro pontos desta discussão serão permeados com a perspectiva que associa os atores aos episódios e paradoxos.

O terceiro grupo envolve aspectos tais como as tensões inerentes a cada arena, formas de alteração dos fluxos de poder e capacidades, e paradoxos presentes no campo. Neste sentido, cabe trazer argumentos que englobam as tensões enquanto algo inerente a cada arena e também às duas arenas relacionadas, existência de alterações do fluxo de poder dentro da parceria social e das organizações que a compõem porém com o argumento de que os paradoxos e episódios alteram estas tensões, e paradoxos como algo interno às organizações porém também como algo presente no campo e que existe em determinada parte do campo e influencia outra parte deste mesmo campo.

CAPÍTULO 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 Introdução

Este capítulo é dedicado a elucidar os aspectos metodológicos que nortearam esta tese. Nesta introdução, eu relato algumas alterações no curso do processo de pesquisa. Em seguida, apresento a orientação onto-epistemológica desta tese. Posteriormente, apresento os procedimentos utilizados para obtenção das informações no campo de pesquisa e os pontos focais de pesquisa. Também, apresento os procedimentos utilizados para compreensão das informações obtidas no campo de pesquisa. Por fim, destaco as limitações enfrentadas ao longo do processo de pesquisa, e alguns caminhos que esta pesquisa poderia ter tomado.

Tendo desde o princípio a pesquisa qualitativa como norte metodológico, inicialmente parti para o campo de pesquisa tendo a *Grounded Theory* como estratégia de pesquisa, baseado em Glaser e Strauss (1967), Corbin e Strauss (1990), Charmaz (2005), Suddaby (2006), Strauss e Corbin (2008). Com base nesta estratégia de pesquisa, iniciei os trabalhos de campo onde eu realizei observações e entrevistas abertas por dezoito meses findado em Maio de 2017, o que consistiu em aproximadamente cento e vinte encontros. Surgidos os primeiros materiais fruto das observações e entrevistas, busquei codifica-los e categoriza-los conforme os procedimentos indicados por Strauss e Corbin (2008). Este processo, explicitado por ser não-linear, me permitiu idas e vindas no campo de pesquisa no qual eu obtive um amadurecimento, ao longo do tempo e devido à codificação e à categorização, dos pontos que deveriam ser focados. No entanto, é importante enfatizar que os procedimentos da *Grounded Theory* foram utilizados principalmente para organização, categorização e leitura do material obtido no campo de pesquisa, e como forma recursiva de idas e vindas no campo de pesquisa, não sendo utilizada para teorizar sobre os dados ou se debruçar no aspecto hipotético-dedutivo desta abordagem teórico-metodológica.

Outro aspecto que norteou a pesquisa de campo desde o princípio foram as oito ‘grandes tendas’ elaboradas por Tracy (2010) – os oito critérios de qualidade em pesquisa qualitativa. Os critérios desenvolvidos por Tracy (2010) –

worthy topic, rich rigor, sincerity, credibility, resonance, significant contribution, ethical, meaningful coherence – foram observados ao longo da elaboração de toda a pesquisa, desde o início das atividades de campo até a busca por contribuições teóricas relevantes.

3.2 Orientação Onto-Epistemológica

Partindo da premissa destacada por Burrell e Morgan (1979) e resgatada por Morgan e Smircich (1980) de que as abordagens da ciência social estão alicerçadas em um conjunto de pressupostos ontológicos, epistemológicos e de natureza humana, há a necessidade de evidenciar quais pressupostos basicamente guiaram esta pesquisa.

Inicialmente, o pressuposto ontológico deste trabalho está associado à perspectiva que compreende a realidade como socialmente construída. Neste sentido, o mundo social se forma e reforma como um processo contínuo, criado e recriado em cada encontro entre indivíduos que, por sua vez, possuem bagagem de significados que possibilitam a mudança e (re)formação da realidade (Morgan; Smircich, 1980).

Este pressuposto ontológico traz consigo a ideia de que a realidade social é construída por intermédio de linguagem, rótulos, ações e rotinas. Ainda,

Symbolic modes of being in the world, such as through the use of language, may result in the development of shared, but multiple realities, the status of which is fleeting, confined only to those moments in which they are actively constructed and sustained. (Morgan; Smircich, 1980, p. 494)

Uma vez que a realidade é aqui compreendida como socialmente construída, havendo, portanto, os desdobramentos acima mencionados, a forma mais adequada de se capturar tais momentos ativamente construídos é por meio da observação dos sujeitos em interação entre si, e a relação destes sujeitos com a estrutura social. O que justifica a observação dos sujeitos durante o momento de interação entre si é o fato de que esta perspectiva traz consigo a ideia de que os atores não são apenas intérpretes da realidade e não criam seus próprios significados de

firma isolada. Conforme apontado por Morgan e Smircich (1980, p. 494), os indivíduos atuam juntos na criação de uma realidade compartilhada.

Por outro lado, essa criação é uma construção subjetiva que desaparece quando os indivíduos cessam esta construção ou a sustentação daquilo que foi construído. Isso, por sua vez, justifica o uso de entrevistas. Apesar de a realidade ser socialmente construída por meio de significados compartilhados, quando esta interação cessa, os indivíduos continuam a carregar ações e rotinas daquele momento, além de linguagem e rótulos que permitem cercar o fenômeno investigado.

“The epistemology that views reality as a social construction focuses on analyzing the specific process through which reality is created.” (Morgan; Smircich, 1980, p. 497). Desta forma, ao observar este processo de construção, é possível compreender o processo de formação das relações interorganizacionais que permearam o campo de pesquisa, bem como a interação dos sujeitos com a estrutura social acima destes.

Neste ponto, nos debruçamos na perspectiva ontológica e epistemológica de Giddens (2003), em sua ideia de *estruturação*. Neste sentido, partimos da ideia de que os sujeitos presentes no campo de pesquisa são parcialmente livres para escolherem suas ações, embora também sejam moldados por forças sociais. Assim, a estruturação, ou seja, o processo e capacidade de estruturas reproduzirem sistemas, permite o entendimento de que as estruturas sociais são constituídas pela capacidade humana em agir e também, ao mesmo tempo, são um elemento orientador da ação humana. Isto, por sua vez, está atrelado ao significado de sistema dado por Giddens, que indica que sistemas são as atividades dos sujeitos, situadas no tempo e no espaço, o que nos permite identificar algumas das práticas que moldam a estrutura social e alguns elementos da estrutura social que moldam as práticas dos sujeitos, de forma recursiva e reflexiva ao longo do tempo.

Desta forma, além de compreender o mundo social como uma construção social e coletiva, também está presente a conexão do micro e macro em uma mesma investigação social, uma vez que a perspectiva da estruturação – estrutura e ação – permite romper com a dicotomia moderna destes polos. Assim,

estão presentes no lado microssocial as interações sociais diárias em que ocorrem as práticas e são refletidos os costumes e regras da estrutura, que é o lado macrossocial.

Devido a esta orientação onto-epistemológica, a trajetória de pesquisa foi redefinida uma vez. Em um primeiro momento, o intuito era investigar a erradicação do trabalho escravo. Para isto, me aproximei do campo de pesquisa buscando olhar este processo de erradicação que, pelos motivos dos meus conhecimentos prévios e forma de leitura do campo, mais tarde se tornou um caso observado. Após rotulação e categorização de parte do *corpus*, percebi que o processo de erradicação se constituiu como uma pauta específica que colecionava disputas, visões de mundo e práticas organizações em torno de si. Por este motivo, adotei como problema de pesquisa a tentativa de compreender as relações interorganizacionais em torno da pauta de erradicação do trabalho escravo, relações estas bastante próximas da literatura sobre CSSP, sendo esta última selecionada para prover o norte teórico desta tese.

3.3 Formação do *Corpus* de Pesquisa

3.3.1 Observações

Giddens (2003, p. 165) pontuou que as qualidades estruturais presentes no sistema social investigado são originadas a partir da conduta dos atores em microssituações, havendo ainda a situação de co-presença – presença em dois ou mais espaços organizacionais – o que justifica a disseminação de informações e construção de situações por meio de interações sobrepostas. Transpondo este conhecimento para o campo de pesquisa, em termos de métodos, as qualidades estruturais presentes no espaço investigado podem ser observadas pelas microssituações, uma vez que os atores estão em contato direta ou indiretamente por meio de uma agenda ou pauta comum ou associada.

Ainda, de acordo com o autor, os atores sociais ficam posicionados no campo e entrelaçados em alguma medida, sendo que tal posicionamento e entrelaçamento são formados nos episódios. De forma pontual, os episódios são eventos com começo e fim passíveis de delimitação em que os atores interagem

propiciando alguma mudança específica na estrutura social (Giddens, 2003, p. 287). Segundo o autor (2003, p. 289), estes episódios, que no caso aqui investigado se constituem como os encontros dos atores, permitem de alguma forma a mudança social profunda ou superficial. Giddens indica que, ao observar tais episódios, é possível compreender o entrelaçamento dos atores, a preeminência de contradições e a transmutação social.

No mesmo sentido, Van de Ven (1979, p. 23) destaca que os estudos de relações interorganizacionais podem ser baseados em três pontos, sendo eles: (1) identificando populações de agências relevantes que consistem em uma rede; (2) identificando pessoas chave de cada agência que possuem conhecimento sobre as relações com outros agentes; e (3) por meio da coleta de dados, solicitando a cada agente abordar sobre os outros agentes da rede.

Desta forma, para atender ao propósito desta pesquisa, o que interessa pontualmente em termos de obtenção de informações de campo é acompanhar reuniões com os atores que discutem as diretrizes para erradicação do trabalho escravo. Sendo assim, uma das formas de obtenção das informações de campo foi a observação de reuniões, seminários, palestras e outras formas de encontros dos atores presentes no campo.

Para conduzir as observações, foram praticadas basicamente duas estratégias. A primeira estratégia condizia em exercer o papel de ‘sombra’ da *boundary spanner* da rede investigada. Ao identificar esta figura no campo de pesquisa como uma das figuras articuladoras e chave de toda a parceria social investigada, e com sua devida permissão, eu a acompanhei em diversas reuniões internas. Estas reuniões contavam com a presença de representantes das organizações associadas e, eventualmente, de figuras convidadas por algum motivo além do propósito administrativo da CSSP. As pautas destas reuniões variavam entre reuniões ordinárias de planejamento e capacitação sobre pontos específicos que permeiam a pauta do trabalho escravo. Nesta dimensão interna, a atividade de ‘sombra’ da *boundary spanner* me permitiu entender, em um primeiro momento, a dinâmica da CSSP, os atores principais que a compõem, e as relações da CSSP com órgãos externos a esta. Em um segundo momento, foi possível olhar a forma como a

CSSP lidava com os paradoxos existentes dentro da própria CSSP, no campo organizacional mais amplo, e também em campo organizacional paralelo.

A segunda estratégia foi observar eventos de maior dimensão, também com o consentimento dos *spanners* e de toda a instituição. Estes eventos consistiam em encontros que abrangiam não somente a CSSP investigada, mas também diversas outras organizações e figuras públicas. Estes eventos observados, em sua maioria, foram realizados por iniciativa da própria CSSP. No entanto, eventos realizados por outras fontes e que contavam com a presença desta CSSP também foram investigados.

As observações realizadas por meio desta segunda estratégia cobriram dois pontos específicos. O primeiro ponto foi a observação de eventos com presença massiva do setor privado, embora também presentes figuras do setor estatal e do terceiro setor; o segundo ponto foi a observação de eventos com a presença massiva do setor estatal – dos níveis municipal (São Paulo) e nacional, com forte presença do terceiro setor e baixa adesão do setor privado. A observação destes eventos de maior dimensão me permitiu compreender as relações da CSSP investigada com outras esferas, sejam estas do setor estatal, privado ou terceiro setor.

Como estes eventos, comumente, agregavam figuras representantes de organizações que já possuem alguma aproximação com a pauta do trabalho escravo, não foi possível presenciar as tensões entre atores e organizações que buscam alterar a dinâmica de combate. Por outro lado, as reuniões internas, da primeira forma de observação, permitiram compreender estas tensões, embora eu reconheça que esta compreensão se deu exclusivamente sob a visão apenas de um lado da moeda.

3.3.2 Entrevistas

As entrevistas em profundidade foram realizadas em duas etapas. Após observação do campo por três meses, escolhi três sujeitos informantes para serem entrevistados na primeira etapa, tendo como foco entender as dinâmicas internas da CSSP, e a relação desta com atores e organizações que não compunham seu quadro de associados uma vez que esta relação não pôde ser contemplada por meio de observação em sua maior parte.

Com a observação inicial do campo, e tomando por base a ideia de *key informants* de Kumar, Stern e Anderson (1993), consegui entender que duas figuras eram cruciais para compreender as dinâmicas internas da CSSP, sendo que uma destas figuras é tratada nesta pesquisa como a principal *boundary spanner* da CSSP. Também, a segunda pessoa fazia parte do quadro de funcionários da estrutura da parceria e, por isso, também acompanhava todas as reuniões – desde o âmbito de diretoria até reuniões no âmbito de prospecção de novos parceiros. A terceira figura, crucial para entender a dinâmica do campo interorganizacional de erradicação do trabalho escravo, foi considerada nesta pesquisa como um informante-chave que tinha, no momento do trabalho de campo, a posição de um dos principais *conveners* da parceria investigada. Estes sujeitos foram escolhidos de modo proposital, conforme a possibilidade indicada por Lincoln e Guba (1985).

Nesta primeira etapa, eu elaborei pontos chave a serem abordados ao longo da entrevista, adaptados conforme o informante. Alguns dos pontos abordados nas três entrevistas da primeira etapa foram: trajetória profissional; início das atividades nesta CSSP; propósito da CSSP; atividades que executa junto à CSSP; relação da CSSP com outras organizações do terceiro setor, e também com os setores estatal e privado; processo de inclusão de novos parceiros; eventuais conflitos de interesse dentro da CSSP; eventuais contradições presentes dentro da CSSP e também no espaço organizacional; conceito de trabalho escravo utilizado pela CSSP, e eventuais divergências do conceito; eventuais discordâncias entre o conceito brasileiro e o conceito da OIT; formação de políticas públicas para erradicação e a influência da CSSP e dos *conveners* na formação destas; outros atores chave e como estão conectados.

Com as três entrevistas realizadas e pouco mais de três meses realizando observações, parte do material obtido no campo de pesquisa foi codificada e categorizada. Ao longo dos outros quatorze / quinze meses de observação, e acompanhado da codificação e categorização do *corpus* de pesquisa, conforme explicitado no tópico seguinte, foram emergindo do campo de pesquisa tópicos que permitiram guiar o quadro teórico desta pesquisa. De modo recursivo, conforme as categorias emergiam e o quadro teórico era desenvolvido, os tópicos eram aprofundados por meio da realização de entrevistas com a *spanner* da CSSP. Estas

entrevistas, no entanto, foram conduzidas no formato de *bate-papo*, com caráter informal e fluido, o que permitia aprofundar os tópicos já emergidos e também o surgimento de eventuais novos tópicos. Diferentemente da primeira etapa, esta etapa não consistiu na gravação e transcrição das entrevistas, mas foi consolidada como parte do diário de campo em que eu destaquei os principais pontos das conversas informais com a *spanner*, afunilando cada vez mais, ao longo do tempo, em tópicos que se concretizavam como pontos norteadores desta tese, conforme podem ser visualizados no Capítulo 2 de revisão da literatura.

3.3.3 Documentos

Durante a pesquisa de campo, uma forma complementar utilizada para a composição do *corpus* de pesquisa foi a obtenção de documentos em meios eletrônicos relacionados com três pontos cruciais, sendo eles: (1) o tema do trabalho escravo; (2) a CSSP investigada; e (3) atores e organizações presentes no campo de pesquisa. Para levantamento destes documentos, usei tanto mecanismos de busca da internet quando ferramentas de alertas de novas informações sobre determinados tópicos encontradas na internet. O processo de levantamento de documentos na internet foi cíclico, uma vez que, ao passo que novas possibilidades de descoberta em determinado documento eram identificadas, eu seguia em busca de materiais sobre aquele tópico emergente.

Outro aspecto relacionado foi a obtenção de documentos por meio de sujeitos informantes. Neste sentido, tanto com o propósito de exploração do campo quanto com o propósito de aprofundamento de determinados tópicos e categorias emergentes das análises, sujeitos do campo de pesquisa disponibilizaram uma vasta gama de materiais escritos e audiovisuais, tais como filmagens de conferências, relatórios técnicos, conteúdo jornalístico de baixa tiragem, material publicitário e informacional, e semelhantes.

Em um movimento de idas e vindas, e triangulação dos procedimentos de investigação do campo de pesquisa, os documentos permitiram, em primeira via, compor tópicos para as entrevistas e guiar a observação de campo. Neste momento da pesquisa, ainda amadurecido e com pouca quantidade de códigos e categorias formados, o foco vinha sendo especificamente as políticas de erradicação

do trabalho escravo. Em segunda via, conforme eu percorria o tempo investigando o campo de pesquisa por meio de observação e pesquisa, emergiam nas palavras dos sujeitos informantes diversos elementos dos quais eu desconhecia e, por isso, recorria também ao levantamento documental sobre determinado ponto mencionado.

Embora a triangulação dos procedimentos de formação do *corpus* tenha sido essencial para amadurecimento tanto deste *corpus* quanto de sua análise, a etapa documental serviu de forma acessória. Isto se deu porque a maior gama das categorias formadas na análise foi obtida a partir dos sujeitos informantes e da observação e abstração das conexões entre atores e organizações mencionados no campo. No entanto, embora um procedimento acessório, foi crucial para o aprendizado das terminologias e entendimento inicial do campo que me permitiram compreender o conteúdo dos encontros observados, além de possibilitar a refutação ou asserção das visões construídas ao longo da investigação de campo.

Desta forma, o *corpus* fruto da pesquisa de campo foi composto por documentos – materiais escritos e audiovisuais, entrevistas com sujeitos informantes considerados como atores-chave dentro da CSSP, e observação dos diversos encontros ocorridos ao longo do período em campo. Este *corpus* foi analisado conforme os procedimentos mencionados no tópico a seguir.

3.4 Procedimentos de Análise do Corpus

Após o trabalho desenvolvido no campo de pesquisa, foram produzidas aproximadamente quinhentas páginas de conteúdo relacionado ao campo. Neste material, estavam contidas entrevistas transcritas, notas das entrevistas, conteúdo e notas das entrevistas e *bate-papos* não gravados, notas das observações realizadas no campo, e documentos acessórios que permitiram melhor entendimento da realidade investigada. Adicionados a este material, também foram incluídos materiais institucionais, notícias veiculadas pelo *website* da CSSP investigada, e

informações eletrônicas que permitiam identificar episódios e paradoxos contidos no campo de pesquisa.⁴³

O procedimento de categorização das informações obtidas no campo foi realizado em duas etapas ao longo e após toda a pesquisa de campo. Ao adotar a categorização de primeira e segunda ordem, nos alertamos para o aspecto de rigor qualitativo que, segundo Gioia, Corley e Hamilton (2012, p. 20), se inicia com a escolha pela abordagem de categorização. Conforme os autores destacam, as análises de primeira ordem são as análises que estão centradas nos informantes e, por isso, parte para a elaboração de códigos e termos baseados nos materiais que expressam as falas dos informantes; já a análise de segunda ordem está centrada no pesquisador como elaborador de conceitos, temas e dimensões. Desta forma, a análise dos materiais obtidos no campo permite evidenciar as vozes do pesquisador e dos informantes, além de consistir em uma análise qualitativa mais rigorosa.

Taken together, the tandem reporting of both voices—informant and researcher—allowed not only a qualitatively rigorous demonstration of the links between the data and the induction of this new concept, sensegiving, but also allowed for the kind of insight that is the defining hallmark of high-quality qualitative research (Gioia; Corley; Hamilton, 2012, p. 18)

Nas análises de primeira e segunda ordem, foram utilizados dois procedimentos, tomando como base Strauss e Corbin (2008). O primeiro procedimento realizado foi a codificação aberta. Este processo interpretativo de codificação (Corbin; Strauss, 1990) me permitiu quebrar as informações brutas em rótulos, sendo que isto foi feito conforme a similaridade e diferença da informação. Nesta etapa, foram atribuídos o que Corbin e Strauss chamam de rótulos conceituais, o que permitiu agrupar diversos trechos do material bruto para, posteriormente, formar categorias e subcategorias. Paralelo à rotulação na etapa de codificação aberta, também foram inseridos memorandos como forma de registrar possíveis caminhos para análise, interpretações e caminhos para exploração de tópicos emergentes no campo. Como resultado desta primeira análise do material de campo, obtive

⁴³ Este *corpus* de conteúdo foi trabalhado por meio de CAQDAS, especificamente Atlas T.I., com atenção às contribuições e limitações desta tecnologia ao longo da análise e interpretação de dados (Bringer; Johnston; Brackenridge, 2004; Sinkovic; Alfoldi, 2012).

aproximadamente cento e cinquenta rótulos, e diversos memorandos para posterior exploração de determinados tópicos no campo.

Posteriormente, seguindo para a codificação axial, eu relatei as categorias e subcategorias que surgiram no procedimento anterior. Esta etapa permitiu um afinamento do *corpus* de pesquisa, conduzindo para categorias mais amplas de investigação – *higher-order themes* – o que auxiliaram para maior compreensão do fenômeno estudado. Esta etapa foi a responsável por maior abstração das informações obtidas em campo, e contaram com o que Gioia, Corley e Hamilton (2012) apontaram como categorização de segunda ordem, permitindo o surgimento de categorias mais abrangentes, temas para posterior discussão e análise das informações obtidas no campo de pesquisa, e dimensões que permitam compreender algumas variações que ocorreram no campo de pesquisa ao longo da investigação.

Embora na redação este processo pareça linear, isto se deu de modo recursivo. Conforme algumas categorias surgiam por meio das codificações, a investigação do campo era reforçada em cima de tais categorias. Além disso, fruto das observações e entrevistas ao longo do tempo, novas codificações abertas foram realizadas e novas categorias surgiram. Após o término da investigação do campo de pesquisa, surgiram seis grandes temas que subsidiaram toda a pesquisa. Estes temas foram: arenas de relações interorganizacionais; *conveners*; *boundary spanners*; relações de poder; paradoxos dentro da CSSP; paradoxos em campos organizacionais paralelos com influência no campo principal.

Dentro de cada tema, existem categorias que permitem apresentar em profundidade o que houve no campo durante a pesquisa, e quais os desdobramentos de cada tema, conforme evidenciado no capítulo subsequente. Para tal, eu me apoiei em três contribuições teórico-metodológicas, sendo elas de Giddens (2003) e Nicolini (2009). A perspectiva da estruturação, de Giddens, me permitiu observar alguns aspectos dentro de cada tema e entre os temas, sendo estes aspectos as características das estruturas e dos sujeitos, e a relação reflexa entre eles. De modo complementar, a contribuição de zooming in and out, de Nicolini, me permitiu a troca de lentes teóricas – principalmente entre lentes micro e lentes macro – para investigar os movimentos das relações interorganizacionais e, posteriormente,

seletivamente reposicionar cada elemento encontrado no campo. Não menos importante, também me debrucei sobre a ideia de *episódios*, de Giddens, o que me permitiu enxergar pontos cruciais que motivaram as mudanças da dinâmica no campo de pesquisa e serviram como eixo principal de categorização do *corpus* e descrição deste *corpus* de modo estruturado no capítulo subsequente.

Também é importante enfatizar que a análise dos materiais elaborados por meio da investigação do campo de pesquisa possibilitou a alteração do tema central desta pesquisa. Inicialmente, a proposta era adotar como tema central a tentativa de erradicação do trabalho escravo por meio dos esforços de parte do setor privado. No entanto, conforme as análises eram realizadas, fez mais sentido discutir as relações interorganizacionais que ocorrem em parcerias sociais intersetoriais, passando este tema a ser o foco desta pesquisa.

3.5 Limitações da Pesquisa

Após findada a pesquisa de campo, cabe apontar duas limitações que, se preenchidas em pesquisas futuras, pode contribuir em outros âmbitos com os estudos de *cross-sector social partnership* e também com as investigações sobre trabalho escravo no Brasil. A primeira limitação diz respeito ao procedimento de coleta e análise de conteúdos do campo de pesquisa. Embora em tenha inserido no processo de coleta e análise alguns documentos considerados essenciais, não foi realizada uma tentativa exaustiva de analisar informações disponíveis na mídia, em bancos de dados e na própria CSSP, informações estas no formato de documentos. Desta forma, em pesquisas subsequentes, pesquisadores que queiram estudar fenômeno e caso parecidos podem se debruçar sobre um arcabouço que contenha um *pool* de documentos e que permita seguir com coleta destes documentos e análise documental, mesmo que por meio dos mesmos procedimentos metodológicos e sob o mesmo olhar teórico.

Outro aspecto que diz respeito às limitações em termos de métodos está relacionado com a investigação de outras arenas de CSSP. Embora esta pesquisa apresente outros campos organizacionais e interorganizacionais paralelos

como influenciadores do campo principal, eu não me debrucei sobre o que eu denominei de *contra-arena*. Uma das contra-arenas foi evidenciada pelo trabalho de Monteiro e Fleury (2014), porém com foco nas redes de políticas para erradicação do trabalho escravo. O que eu denominei de contra-arena é a associação de organizações e atores de dois ou três setores da sociedade – setor estatal, privado ou terceiro setor – cujo propósito é alterar os mecanismos institucionais de combate ao trabalho escravo tais como a Lista Suja e a previsão em lei do conceito e sanções aos usuários de trabalho escravo. Neste sentido, para compreender as dinâmicas das CSSP com maior profundidade, caberia investigar duas parcerias com propósitos distintos (e.g. uma parceria social para erradicação do trabalho escravo tal como investigado nesta pesquisa, e outra parceria com propósito de minar esta primeira ou que sejam concorrentes em termos de *advocacy*).

Apresentado o capítulo metodológico com os principais elementos que nortearam a investigação da CSSP, as formas como o material de campo foram analisadas, a orientação onto-epistemológica desta tese, e as limitações produzidas pela escolha dos métodos, o próximo capítulo se debruça sobre a apresentação e análise das informações obtidas no campo de pesquisa, que será, posteriormente, discutida à luz do quadro teórico adotado.

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO *CORPUS*

4.1 Introdução

Este capítulo visa apresentar o material de campo obtido ao longo desta pesquisa. Este material é apresentado conforme os temas, categorias e subcategorias resultantes do procedimento de análise, conforme explicitado no capítulo metodológico. Assim, perpassam temas, categorias, subcategorias, rótulos conceituais desenvolvidos por meio de categorias analisadas em conjunto, e elementos presentes no campo.

Após realizada a análise do material de campo, adotando o procedimento explicitado no capítulo metodológico, surgiram cinco grandes temas, sendo eles: episódios ocorridos no campo; arenas das relações interorganizacionais; *conveners* e *boundary spanners*; capacidades e poder; e paradoxos emergidos no campo. Estes temas serão apresentados abaixo conforme as categorias que estão conectadas com eles. Para isso, este capítulo de apresentação do material de campo analisado está dividido em cinco tópicos que correspondem às grandes categorias – episódios; arenas de relações interorganizacionais; atores atrelados à CSSP; capacidades e poder; paradoxos. Por sua vez, cada uma destas categorias busca explicitar subcategorias construídas no decorrer da análise, bem como tópicos e rótulos conceituais desenvolvidos por meio da associação de categorias vinculadas a diferentes temas.

A primeira grande categoria, e talvez a mais importante ao lado dos paradoxos por permear todas as outras, apresenta os episódios. De forma sumária, são apresentados os episódios que antecedem a formação da CSSP investigada e que conduziram à sua formação, e episódios que surgiram após a formação desta CSSP. Nesta categoria, são ilustrados os episódios que possibilitaram mudanças identificáveis nas práticas que percorrem as arenas, e mudanças nas rotinas dos *conveners* e dos *spanners*. Também são apresentados episódios que, posteriormente, foram caracterizados e categorizados como paradoxos.

A segunda categoria – arenas das relações interorganizacionais – apresenta a arena formada no entorno da pauta de combate do trabalho escravo.

Neste sentido, são trabalhados tópicos como os aspectos e composições dos setores privado, estatal e terceiro setor em cada arena, o propósito da arena, os campos interorganizacionais constituídos no formato de arena, e as *contra-arenas* em cenário nacional.

A terceira categoria trabalhada neste capítulo é sobre os atores. Neste tópico, são apresentadas as descrições dos principais atores que estavam presentes, de algum modo⁴⁴, no campo de pesquisa. Posteriormente, são descritos e analisados os *conveners*, considerados nesta pesquisa como os sujeitos que tiveram forte influência no surgimento da CSSP investigada. Em seguida, é apresentada a figura considerada como a principal *boundary spanner* presente nesta CSSP. Também neste tópico, são apresentadas as formas de relacionamento entre *conveners* e *spanners*, e destes com sujeitos que não pertenciam à arena onde a CSSP está situada. Por fim, eu mostro a postura e o posicionamento, e outras formas de associação, destas principais figuras com os episódios ocorridos no campo⁴⁵.

A quarta categoria apresentada está relacionada com as capacidades e poder presentes em nível de sujeito e em nível de organizações. Para elucidar esta categoria, são apresentados e detalhados aspectos como as capacidades institucionais e de *advocacy* de sujeitos e organizações, poder e conflitos entre sujeitos e ou organizações, e as posições de vantagem de determinados atores e organizações que são itinerantes conforme os episódios e os paradoxos que surgem no campo.

Por fim, a quinta e última grande categoria apresentada neste capítulo diz respeito aos paradoxos que surgiram antes e durante a pesquisa de campo. Neste sentido, são elencadas as categorias que permitem compreender os paradoxos atrelados à CSSP, e o rótulo conceitual *sobreposição entre paradoxos e elementos da CSSP*.

⁴⁴ Destaco que alguns atores estavam presentes ‘de algum modo’ porque alguns dos atores elencados neste tópico não fizeram parte física ou temporalmente das mesmas situações, mas, devido a outras formas de conexão, estavam de algum modo relacionados.

⁴⁵ Como um dos *spanners* não estava presente quando ocorreram episódios que antecedem a formação da CSSP, esta será tratada apenas em relação aos episódios que ocorreram após a formação da CSSP.

Também relacionado a este capítulo, cabe enfatizar dois importantes pontos. O primeiro diz respeito ao descarte de materiais obtidos no campo e analisados à luz do método adotado. Embora eu tenha tentado trazer todas as particularidades e generalizações da CSSP investigada, e temas e situações relacionadas a esta, alguns elementos codificados, categorizados e transformados em grandes categorias não puderam ser trazidos para este capítulo pela ausência parcial ou total de conexão com o problema de pesquisa central desta tese.

O segundo ponto está relacionado com a fusão de temas, categorias e subcategorias. Ao passo que esta pesquisa tinha seu *corpus* formado, de modo recursivo entre campo, análise do material e teoria, alguns elementos e dimensões encontrados na análise foram fundidos entre si até encontrarmos os pontos elucidados neste capítulo. Parte deste conteúdo pode ser encontrada, de modo sumário, no Apêndice A. A parte lá apresentada diz respeito à última etapa de análise antes da definição dos grandes temas e categorias percorridos neste capítulo, estando, de algum modo, conectados com os *higher-order themes*, e já fazem parte da análise de segunda ordem que cabe ao pesquisador (Gioia; Corley; Hamilton, 2012). Dos rótulos apresentados, muitos foram renomeados conforme minha aproximação com a literatura de *cross-sector social partnership*, porém sem perder a essência de sua característica e suas descrições conforme a construção baseada na Teoria Fundamentada nos Dados, o que teve efeito apenas na sobreposição dos rótulos que eu atribuí nome com os rótulos ou *insights* oferecidos pela literatura.

4.2 Episódios

Este tópico tem caráter descritivo dos principais episódios ocorridos entre 1992 e 2016⁴⁶, que culminaram na formação e sustentação da CSSP investigada. O principal objetivo da descrição deste material é apresentar primeiramente a linha do tempo destes episódios e, posteriormente, os esforços

⁴⁶ Episódios anteriores podem ser vistos em INPACTO (2016), INPACTO (2017), REPÓRTER BRASIL (2016; 2017).

advindos dos setores estatal, privado e terceiro setor tanto para erradicar o trabalho escravo no país quanto dificultar⁴⁷ sua erradicação.

Os episódios apresentados aqui foram classificados como advindos dos setores estatal, privado ou terceiro setor, ou da associação de dois ou mais destes setores. Dos quarenta e um episódios analisados em profundidade, vinte e sete são estendidos descritivamente. Desta forma, torna-se possível ilustrar heterogeneidade de cada setor quando relacionado a determinado episódio, e também sua complexidade. Esta heterogeneidade, considerada como inconsistência em alguns episódios, nos permitirá a posterior análise das arenas, das posturas dos *conveners* e *spanners*, o surgimento e complexidade de campos organizacionais paralelos, e principalmente a existência de paradoxos, sendo que estes pontos tiveram influência direta tanto na concepção quanto na sustentação da CSSP investigada.

A escolha destes episódios está atrelada a dois motivos principais. O primeiro motivo diz respeito à relevância das situações ocorridas entre os anos de 1992 e 2016, considerando que episódios anteriores a 1992, embora tenham influência na construção do cenário nacional de erradicação do trabalho escravo, não tenham sido cruciais na formação do cenário que permitiu o surgimento da CSSP investigada. O segundo motivo está atrelado a episódios que alteraram contundentemente as práticas e ações de combate do trabalho escravo, num primeiro momento, e que tiveram a capacidade de influenciar diretamente na constituição da CSSP investigada, sendo tais episódios considerados catalíticos⁴⁸ em um efeito cascata não-linear. Além disso, a seleção dos episódios discutidos aqui foi realizada em construção com a CSSP investigada, na figura de sua *spanner* e por meio das rodadas de entrevistas realizadas com esta e com um dos *conveners*.

⁴⁷ Nesta pesquisa, parto do pressuposto que alguns episódios e determinadores atores do setor estatal e do setor privado dificultaram o enfrentamento ao trabalho escravo pelas vias institucionais e de mercado. A ótica que eu tomo para partir da ideia de “dificultação” é a tentativa de derrubada de mecanismos institucionais que permitiam a consolidação do enfrentamento. Embora isto possa soar como excessiva proximidade com um dos lados desta moeda e suspensão, neste momento, das diretrizes de pesquisa acadêmica elencadas por Tracy (2010) e Nicolini (2009), o que não o deixa de ser, eu também considero os aspectos de denúncias exercidos a esta dificultação por órgãos tais como OIT e CIDH.

⁴⁸ Termo emprestado da Química, que aqui denota que determinados episódios aceleraram a movimentação das relações que ocorreram no campo investigado.

4.2.1 Episódios antecedentes à formação da CSSP

O primeiro episódio tratado nesta pesquisa é datado do ano de 1992. O Programa de Erradicação do Trabalho Forçado e do Aliciamento de Trabalhadores, também conhecido pela sigla PERFOR⁴⁹, foi criado com o intuito de erradicar qualquer tipo de trabalho que pudesse ser caracterizado como trabalho forçado ou qualquer prática de aliciamento de trabalhadores. Para tal, previa ações como o aperfeiçoamento da fiscalização, melhoria das condições de trabalho, aperfeiçoamento dos instrumentos institucionais que auxiliavam na repressão do trabalho forçado e do aliciamento de trabalhadores.

Este episódio, representado na figura deste decreto, se destaca nesta pesquisa por ter englobado duas forças de dimensões distintas. A primeira dimensão está relacionada a pressões de órgãos internacionais – tais como OIT e CIDH – exercidas sobre o Estado brasileiro para que desenvolvesse aparatos legais de combate, institucionalmente imputados. A segunda dimensão deste episódio se destaca pela formação de uma comissão interministerial que, embora conduzida pelo Ministério do Trabalho e da Administração, era praticada por órgãos tais como Secretário Nacional do Trabalho, Departamento Nacional de Fiscalização do Trabalho e do Departamento Nacional de Relações do Trabalho, Ministério Público Federal, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Secretaria de Polícia Federal e do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

Neste sentido, este episódio englobou organizações internacionais que exerceram suas capacidades multilaterais de influência para movimentar o Estado brasileiro, o que desaguou no Decreto que deu origem ao primeiro programa de combate do trabalho escravo no Brasil. Assim, sumariamente, estavam presentes e em contato órgãos internacionais e parte do Estado brasileiro de modo direto, o que culminou também, entre outras coisas, no surgimento da Instrução Normativa Intersecretarial, em 1994, que dispunha sobre os procedimentos de inspeção do trabalho na área rural atendendo às demandas contra o trabalho forçado e aliciamento de trabalhadores no meio rural.

⁴⁹ De acordo com BRASIL (1992), a sigla correspondente a este decreto é PERFUR. No entanto, de acordo com BRASIL (1995), a sigla referenciada é PERFOR, além de ser o nome convencionado nos documentos de instituições tais como Repórter Brasil e InPacto.

Posteriormente, tomando por base sessenta e um trabalhadores resgatados, no ano de 1994 as organizações internacionais CEJIL e Americas Watch, associadas com a CPT representaram, por intermédio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, petição formal⁵⁰ contra o Estado brasileiro devido à negligência com relação aos trabalhadores em situação análoga à de escravo, uma vez que o Estado brasileiro, segundo a petição, não respondeu adequadamente às denúncias realizadas.

Este evento foi tratado aqui como um dos principais episódios por ter sido um dos pontos essenciais que conduziram o Estado brasileiro a induzir a formação da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, que viriam a surgir respectivamente nos anos de 2002 e 2003. Isto se deu devido à inter-relação de órgãos internacionais com um órgão do terceiro setor brasileiro, o que na verdade se caracteriza pela composição de uma ONG brasileira e duas INGOs. Embora as três estejam intimamente ligadas neste episódio, também esteve presente o Estado brasileiro, porém na figura de coadjuvante por não ter sido uma das figuras essenciais que culminou para o surgimento deste episódio, apesar de o Estado brasileiro ter sido uma espécie de receptor das denúncias, ter assumido internacionalmente a responsabilidade e se comprometido a traçar novos planos de ação, conforme ilustrados em dois episódios que ocorreram nos anos de 2002 e 2003.

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel, criado em 1995, vem servindo como um instrumento institucional de repressão ao trabalho escravo. Ligado à Secretaria de Inspeção do Trabalho, que pertence ao MTE, tem sido composto por auditores fiscais do trabalho, Polícia Federal e parte do MPT. No mesmo ano, foi criado o GERTRAF – Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado, criado pelo Governo Federal.

O surgimento do GEFM e do GERTRAF, juntos e no mesmo ano, se constituíram como um episódio que canaliza o amadurecimento do Estado em relação à luta pela erradicação do trabalho escravo. Este episódio contou somente com a

⁵⁰ Mais informações sobre a petição podem ser vistas em COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (2003) e CEJIL (2016)

presença de figuras do Estado, sem nenhum tipo conhecido ou representado nesta pesquisa de intervenção do terceiro setor ou do setor privado.

Embora não esteja relacionado somente com o combate ao trabalho escravo, a criação do Instituto Observatório Social foi um dos principais episódios investigados nesta pesquisa. Conforme será visto posteriormente, esta organização foi uma das propulsoras da criação da CSSP investigada, sendo considerada uma das quatro figuras *conveners* estabelecidas por esta pesquisa. Em sua criação, em 1997, o IOS tinha como foco as relações trabalhistas que permeavam multinacionais atuantes no Brasil, por meio do monitoramento destas multinacionais e elaboração de indicadores de trabalho decente relacionados às atividades produtivas de diversos setores no Brasil. Seu surgimento se deu por impulso de quatro organizações brasileiras do terceiro setor, e duas organizações internacionais também do terceiro setor, sendo elas respectivamente CUT, DIEESE, CEDEC, Rede Unitrabalho, e FNV (central sindical dos Países Baixos) e DGB (central sindical alemã). Desta forma, o surgimento do IOS enquanto um episódio chave para criação da CSSP investigada ocorreu sob a égide especialmente do terceiro setor nacional e internacional, tendo em si a essência de organizações sindicais ou correlatas que buscam, a princípio, a proteção dos trabalhadores.

Um dos primeiros episódios a emergir do setor privado foi a condenação criminal da Fazenda Alvorada, no Pará, flagrada utilizando da mão de obra escrava. Embora tenha sido um episódio pontual, se tornou um marco por ter sido a primeira condenação desta espécie, e também a primeira condenação direcionada a um ente do setor privado no Brasil fruto do uso do trabalho escravo. Este episódio, ocorrido em 1998, foi constituído principalmente pelos órgãos do Estado responsáveis por fiscalização e julgamento, e pela organização privada com fins privados condenada criminalmente, o que permitiu abrir precedentes para condenações semelhantes a organizações do setor privado ou pessoas físicas, desde que tipificadas conforme a regulamentação institucional formada até aquele momento.

Dois outros grandes episódios selecionados nesta pesquisa foram o surgimento do Instituto Ethos de Responsabilidade Social e da ONG Repórter Brasil, respectivamente em 1998 e 2001, ambos considerados nesta pesquisa como dois dos quatro principais *conveners* para a fundação da CSSP investigada. O Instituto Ethos,

criado por parte do empresariado – parcela significativa do setor privado brasileiro embora caracterizada como componente do terceiro setor, tinha como objetivo primário dar suporte para o setor privado desenvolver políticas e práticas de responsabilidade social corporativa em seus negócios. Por outro lado, a Repórter Brasil, também parte do terceiro setor, foi criada com o objetivo de produzir conteúdo e investigações que permitissem identificar quaisquer violações aos direitos dos trabalhadores.

Embora aparentem estar desconexos na linha do tempo do amadurecimento do combate ao trabalho escravo, a criação destas duas organizações foi considerada nesta pesquisa como episódio essencial para criação da CSSP investigada e também para surgimento de outros episódios que serão abordados posteriormente. Assim, o episódio de surgimento destes *conveners* foi marcado pela forte presença do terceiro setor, na figura da Repórter Brasil e do Instituto Ethos em si, bem como pela forte presença do setor privado canalizada também pelo Instituto Ethos.

Em decorrência da evolução do cenário de combate ao trabalho escravo no país, em 2003 foi lançado o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil⁵¹. Seu lançamento se constitui como um dos mais importantes episódios por ter englobado o setor estatal, o terceiro setor e um órgão internacional. Guiado pela Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa, este episódio contou com a presença de organizações não governamentais, com a OIT, e com entes dos três poderes do Estado. Alguns dos órgãos não pertencentes ao Estado que tiveram participação efetiva no desenvolvimento do Plano Nacional, além da OIT, foram a OAB, CPT, Serviços Sociais autônomos, CUT, CONTAG e outras partes da sociedade civil organizada.

Outro fator que o faz ser um dos marcos no combate e um episódio incisivo é sua capacidade de moldar práticas dos três setores da sociedade. Isto se deu pelo fato de o Plano Nacional ter atuado no aprimoramento de algumas frentes, tais como aprimoramento dos grupos de Fiscalização Móvel, aprimoramento da estrutura da ação policial, melhoria da estrutura administrativa do MPF e do MPT para

⁵¹ Documento integral disponível em BRASIL (2003).

combate do trabalho escravo, entre outras ações. De forma ampla, este episódio culminou no atendimento das demandas do Estado e do terceiro setor, bem como nas exigências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos conforme descrito em episódio anterior. Por outro lado, o setor privado, embora não tenha participado ao longo da construção deste episódio, sofreu influência deste, uma vez que o Plano Nacional buscou também desenvolver, por meio do BACEN e do MF/STN, mecanismos de impedimento para obtenção de crédito por parte de organizações usuárias de trabalho escravo.

No mesmo ano de criação do Plano Nacional, teve também a criação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE). Fruto das exigências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, conforme mencionado no segundo episódio descrito, e pressão de parcela significativa do terceiro setor, a criação desta comissão se deu como um episódio específico que permitiu o redesenho do campo institucional de combate ao trabalho escravo por ter articulado não somente o setor estatal e o terceiro setor, mas também organizações da sociedade civil que representavam parte significativa do setor privado. Vinculado especificamente à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, esta Comissão foi composta também, naquele momento, por oito ministérios, e diversas organizações da sociedade civil, entre as quais eu destaco intencionalmente as que seguem: CNA, CNI, CONTAG, Repórter Brasil, Instituto Ethos, CPT, e OIT.

Desta forma, a CONATRAE contava com a representação massiva do setor estatal e do terceiro setor, sendo que parte das organizações da sociedade civil que compunha a Comissão estava diretamente atrelada à iniciativa privada. Conforme será explicitado posteriormente, este episódio, apesar de ter trazido parcela significativa de representação do setor privado, é um dos elementos essenciais para compreender um dos paradoxos existentes no campo organizacional na qual a CSSP está inserida.

Também em 2003, a movimentação no campo institucional culminou em mais um episódio, que foi a criação da Lista Suja – cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições de escravidão. Por meio de uma portaria interministerial entre o Ministério do Trabalho e Previdência Social e o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, a Lista Suja foi criada

com a observância de duas convenções da OIT. Neste sentido, este episódio surgiu no bojo do setor estatal, tendo a OIT apenas como uma interface, ao invés de atuante incisiva neste processo.

A criação da Lista Suja se constituiu como um dos principais episódios por ter canalizado o campo institucional anterior à sua formação e influenciado, após a sua publicação, diversas alterações das práticas do setor privado. Em torno da Lista Suja, que se consolidou como um dos principais mecanismos de combate ao trabalho escravo, surgiram diversas situações que se constituem, sob esta análise, como parte das relações de poder da CSSP e também como paradoxos, como serão apresentados em profundidade posteriormente.

Acompanhados à criação da Lista Suja, surgiram outros movimentos no campo institucional tais como: a alteração do Art. 149 do Código Penal Brasileiro, em 2003, que permitiu a tipificação mais precisa dos casos de trabalho escravo flagrados; a publicação, em 2004, da matéria Escravos do Aço⁵², que apresentava o intenso uso de trabalho escravo na cadeia produtiva do aço – atrelado ao carvão e ferro-gusa, e que impulsionou forte mobilização do setor do aço e carvoeiro e de significativa parte do setor privado; e, também em 2004, foi lançada a carta compromisso pelo fim do trabalho escravo na produção de carvão vegetal, assinadas pelo setor siderúrgico, CUT e FIESP. Estes eventos associados foram o que culminou em um dos maiores episódios descritos neste período, que foi a criação do Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo – PACTO.

Este PACTO se deu com força no setor privado, no qual empresas brasileiras e multinacionais aqui atuantes se comprometiam em não negociar com eventuais parceiros tipificados pelo uso de trabalho escravo e componentes da Lista Suja. Este episódio ocorreu como uma agregação dos esforços e episódios anteriores advindos dos setores estatal, privado e do terceiro setor, e culminou no reposicionamento principalmente das figuras do setor privado frente ao combate de trabalho escravo, tendo como mecanismo chave uma espécie de boicote às organizações e pessoas físicas cadastradas na Lista Suja.

⁵² Veras e Casara (2004)

Apesar de ter sido um pacto realizado essencialmente pelo setor privado, também contou com a presença de empresas públicas, e sua criação foi impulsionada pela OIT, Instituto Ethos, Repórter Brasil e IOS. Estes órgãos compuseram o Comitê de Coordenação e Monitoramento do Pacto, uma espécie de comitê gestor que alimentava seus signatários e imputava os compromissos do Pacto a tais signatários. Assim, este episódio alterou as práticas das organizações produtivas envolvidas, uma vez que tais organizações eram monitoradas anualmente pelo comitê gestor.

Além das características apresentadas, segundo investigado no campo de pesquisa, o Pacto conduziu (1) à mobilização de parte significativa do setor privado para combate do trabalho escravo, na qual as organizações alteraram suas práticas produtivas e de responsabilidade social, e (2) à formação posterior e associação de uma pequena parte do setor privado que se viu prejudicado pelo Pacto e, por isso, constituiu uma *contra-arena*, conforme será detalhado no próximo capítulo.

Entre os anos de 2007 e 2013, dentre os episódios ocorridos, cabe mencionar especificamente dois que auxiliaram no amadurecimento do campo institucional, após o lançamento do Pacto. Destes episódios, o primeiro foi o lançamento de resultados da segunda pesquisa sobre o trabalho escravo no país, que apresentava um mapa completo da situação de escravidão no país. Este relatório⁵³, publicado pela OIT e realizado sob coordenação de L. Sakamoto, até então membro da Repórter Brasil, foi composto essencialmente por figuras do terceiro setor e do órgão internacional, porém com interface, em termos de colaboração, do setor estatal.

O segundo episódio após a formação do Pacto foi o lançamento do 2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo⁵⁴, publicado pela CONATRAE. A publicação deste plano foi tratada como um episódio acessório, por ter reiterado as políticas, ações e práticas de combate já em andamento. No entanto, este episódio reforça a presença do setor estatal atrelado à OIT e ao terceiro setor, sendo que este último estava presente também na figura de representante do setor privado por intermédio da CNA.

⁵³ OIT (2007).

⁵⁴ Documento disponível em BRASIL (2008).

4.2.2 Episódios posteriores à formação da CSSP

Após forte amadurecimento do campo institucional, repleto de reposicionamento de diversos atores e organizações frente às políticas e práticas de combate ao trabalho escravo que permearam os três setores da sociedade e órgãos internacionais, foi fundado em 2013 o Instituto Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (InPacto). Uma vez que o Pacto, episódio apresentado anteriormente, já apresentava mais de quatrocentos signatários, seu comitê gestor, formado pelo Instituto Ethos, OIT, IOS e Repórter Brasil, decidiu pela criação de um instituto capaz de gerir o pacto e dar maior autonomia às práticas de combate vindas do setor privado.

A criação do InPacto foi tratada nesta pesquisa como um episódio crucial por ter canalizado em um só ponto a maior parte das mudanças institucionais que impactaram o setor privado. Neste sentido, a mobilização de diversas empresas em torno da pauta de erradicação do trabalho escravo, impulsionada principalmente por alterações do aspecto institucional em nível de governo e reposicionamento de grande parte do setor privado frente a estas mudanças, foi tratada aqui nesta pesquisa como um marco nas relações interorganizacionais para erradicação do trabalho escravo.

Outro aspecto fundamental foi que, além do Pacto, a criação do Instituto foi considerada como um divisor de águas no setor privado. Apesar de o InPacto ter englobado somente as organizações que a ele se associaram, ao invés de englobar todos os signatários do Pacto, o setor privado passou a ter uma espécie de representação consolidada para promover as políticas e práticas organizacionais de combate. Assim, após sua criação, parte significativa do setor privado ressignificou suas práticas de responsabilidade social, atentas às formas de produção, comercialização e obtenção de insumos, tendo como base os mecanismos institucionais desenvolvidos principalmente pela interface do setor estatal com o terceiro setor e que deram novas diretrizes para a práxis⁵⁵.

⁵⁵ Práxis é tratada aqui, com base em Giddens (2003) e Cohen (1999) como os aspectos da ação situados, voluntários, conscientes, tendo como base as regras sociais do lugar onde a ação está situada e que serve como elemento de produção e reprodução da vida sócia.

Posteriormente, entre os anos de 2014 e 2016, ocorreram diversos micro episódios que deixaram o campo de relações interorganizações com maior presença de paradoxos e ambiguidades em relação à incidência já existente. Estes micro episódios estão relacionados à “Batalha da Lista Suja”, uma categoria construída no decorrer das análises e que permeia, de algum modo, os cinco grandes temas apresentados neste capítulo.

Neste conjunto de episódios, estavam presentes o setor estatal e o terceiro setor, com interface no setor privado. No entanto, embora em diversos outros episódios estes setores não tenham se apresentado em tom uníssono, neste conjunto de episódios isto se fez mais evidente, além de proporcionar o surgimento de paradoxos, conforme analisado no último tópico deste capítulo.

O primeiro evento deste conjunto de episódios foi a suspensão da Lista Suja, em 2014, pelo ministro do STF Ricardo Lewandowski, em resposta a uma ação movida pela ABRAINC, parte do setor privado, contra a Lista Suja. Das empresas membro da ABRAINC, existia naquele momento figuras cadastradas na Lista Suja. Enquanto a Lista estava suspensa, as organizações do terceiro setor CPT, Instituto Ethos e InPacto – sendo estas duas últimas com grande interface junto ao setor privado, enviaram, em 2015, carta de repúdio à liminar emitida pelo ministro Lewandowski para suspensão da Lista Suja.

Um terceiro evento neste conjunto de episódios foi a movimentação da ONG Repórter Brasil, em 2015, para tentar construir uma lista semelhante e paralela a esta, sendo que as informações de empresas e pessoas físicas condenadas pelo uso de trabalho escravo foram obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI)⁵⁶. No entanto, é fundamental frisar que esta lista paralela não tinha caráter institucional e era considerada não oficial, portanto as práticas de organizações, principalmente as práticas do setor financeiro tais como a liberação de crédito, não podiam ser embasadas nesta lista. Apesar de ser não oficial, foi observado que organizações associadas à CSSP investigada mantiveram suas políticas e práticas de não negociar com os cadastrados na Lista Suja, embora tenha havido tentativas de

⁵⁶ Uma vez que empresas e pessoas físicas foram denunciadas, julgadas e condenadas pelo uso de trabalho escravo, estas informações podem ser obtidas via Lei de Acesso à Informação (LAI), o que possibilitou com que surgisse uma lista suja não oficial.

negociação por parte dos cadastrados e tentativas de driblar as sanções impostas por parte do empresariado, tentativas estas que foram negadas pelas associadas.

Outro evento vinculado à batalha da Lista Suja foi a edição de uma portaria interministerial pelo governo federal para recriar a Lista Suja, então suspensa. Tendo como instrumento legal de sua obtenção a Lei de Acesso à Informação, este trâmite foi baseado no evento anterior. Neste evento, estavam presentes diretamente o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, auxiliados pela Advocacia Geral da União no que tange às justificativas atreladas à revogação da portaria anterior, por parte do ministro Lewandowski. Este evento contou também com suporte da CONATRAE, OIT, InPacto, Repórter Brasil e outras figuras do terceiro setor com ou sem interface junto ao setor privado. Ao final deste evento, a publicação da nova Lista Suja passou a ser incumbência do MTE.

Em evento, parte deste conjunto de episódios, em maio de 2016, a ministra do STF Carmen Lúcia revogou a medida liminar que impedia a divulgação da Lista Suja. No entanto, mesmo com a medida que autorizava a divulgação da Lista e com a nova portaria que permitia sua formação via LAI e sua publicação, o MTE não a publicou. Por este motivo, novamente parte do terceiro setor, na figura da Repórter Brasil e InPacto, se mobilizou e solicitou, via LAI, que o MTE compilasse os nomes cadastrados, permitindo sua divulgação e disponibilização para a sociedade.

2016 – Presidente Rousseff sanciona nova portaria sobre a Lista Suja (duas listas: dos empregadores flagrados e comprometidos (TAC); dos empregados que não se comprometeram (sem TAC))

4.2.3 Episódios em Análise

Com o recorte de vinte e sete episódios descritos nos dois tópicos anteriores, destaco quatro pontos que foram analisados e extraídos para comportar a apresentação e análise nos próximos cinco tópicos e subsidiar o debate teórico em capítulo subsequente. Desta análise, são destacados quatro pontos fundamentais, que são: (1) evolução do combate ao trabalho escravo, que inclui a trajetória do maturação institucional para o combate e a maior presença, ao longo do tempo, de mecanismos para sua erradicação; (2) incidência de episódios antes e depois da

criação do Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, e a participação dos setores estatal, privado e terceiro setor ao longo do intervalo de tempo analisado; (3) heterogeneidade dos setores, o que subsidia a construção da análise sobre as arenas e paradoxos; e (4) reposicionamento de atores e organizações conforme a ocorrência de episódios.

No recorte de tempo analisado, entre 1992 e 2016, houve a evolução do combate ao trabalho escravo, evidenciada ao olharmos os episódios descritos. Ao longo deste intervalo de tempo, houveram episódios que permitiram mudanças no campo institucional, marcadas principalmente pelas alterações do conceito de trabalho escravo e seu aperfeiçoamento para tipificação, e regras específicas para a tipificação e culpabilização de usuários de trabalho forçado no país.

Outro aspecto crucial evidenciado na apresentação dos episódios selecionados foi a formação de mecanismos para combate ao trabalho escravo. Conforme os episódios iniciais ocorriam, o campo ganhava maturidade e conduzia a outros episódios de maior influência neste mesmo campo, de modo recursivo ao longo do tempo. Assim, nos primeiros episódios se vê a construção de mecanismos de combate, porém desassociados, de certa forma, uns dos outros. Também, os mecanismos existentes no início do recorte de tempo recebiam pouco apoio de organizações inter-relacionadas, geralmente sendo orientados por um ou poucos órgãos. Posteriormente, conforme novos episódios surgiam no campo, os mecanismos de combate se tornavam mais amadurecidos por serem construídos por meio da presença de mais órgãos e geralmente por intermédio da relação de ao menos dois setores da sociedade. A exemplo disso, foi o fortalecimento das equipes móveis de fiscalização do trabalho escravo, as portarias interministeriais que deliberavam sobre esta pauta, a formação da CONATRAE e, mais forte ainda, o surgimento do Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

Algo que se pode notar ao longo da leitura dos episódios é a incidência de eventos e marcos presentes antes e depois da criação do Pacto Nacional, e a característica das relações interorganizacionais que permearam os episódios antes e depois de sua criação. Em um primeiro momento, antes da criação do Pacto, ficou notável a maior presença do setor estatal e forte presença do terceiro

setor na composição das relações interorganizacionais que culminaram em episódios ou nas relações que seguem logo após os episódios.

Por outro lado, logo antes do surgimento do Pacto Nacional e também posterior à sua criação, é visível a maior presença do setor privado e de organizações do terceiro setor que possuem forte interface com empresas; no entanto, cabe enfatizar que, nesta fase pós Pacto, a presença do setor estatal e do terceiro setor não foi diminuída. Desta forma, é possível visualizar que, num primeiro momento, o setor estatal e o terceiro setor ocupavam mais espaço nas pautas de combate, sendo que, ao longo do intervalo de tempo e principalmente após a criação do Pacto, o setor privado também ocupou espaço nesta arena.

A incidência de episódios existentes antes e depois da criação do Pacto é notável. Ao longo do intervalo de tempo analisado, surgiam episódios em um intervalo de tempo mais espaçado entre um e outro, ao passo que, logo antes e posteriormente à criação do Pacto, os episódios ocorreram de modo mais concentrado. Isto nos abre dois debates possíveis, que serão visualizados em capítulos seguintes. O primeiro debate é sobre os interesses por detrás da pauta de trabalho escravo, em que, quando os mecanismos de combate e os aspectos institucionais de erradicação eram incipientes, determinados setores da sociedade não se mobilizavam; conforme estes mecanismos são maturados e o campo institucional se torna mais preciso em relação ao combate, organizações afetadas começam a se mobilizar, seja para atender às novas demandas do campo ou para buscar a redução dos mecanismos de combate. O outro debate é sobre o surgimento de uma grande incidência de episódios e eventos que formam, quando relacionados e analisados sob a luz das contribuições de Poole e Van de Ven (1988), paradoxos e ambiguidades no campo e nas organizações ali presentes, modificando suas práticas e ações conforme esses paradoxos se relacionam.

Outro aspecto extraído da apresentação dos episódios e de sua análise é a característica heterogênea dos setores estatal, privado e terceiro setor. Conforme observado por meio da análise dos episódios, ao longo do tempo a maior incidência de episódios se acentua e, com isso, acaba por convocar novos atores e organizações para o campo. Desta forma, surgem dentro de um mesmo setor atores e organizações que buscam propósitos diametralmente distintos no que tange à pauta

de trabalho escravo. Embora fosse de se esperar que isso fosse mais evidente no setor privado, por meio da investigação dos episódios é possível entender o setor estatal como o mais heterogêneo, embora o setor privado também o seja. Por outro lado, o terceiro setor aparece como homogêneo quando relacionado com a pauta de trabalho escravo, visualizado, por exemplo, nas relações interorganizacionais de organizações tais como CPT, Repórter Brasil, Instituto Ethos, e InPacto, que, apesar dos dois últimos terem forte interface com o setor privado, se apresentam caminhando na mesma direção que os dois primeiros no que tange ao combate ao trabalho escravo.

Por fim, por meio da análise destes episódios, também se torna visível o reposicionamento de atores e organizações ao longo do intervalo de tempo analisado. Atores e organizações já posicionados no campo, porém esparsos, passaram a compor, após a criação do Pacto, mais parcerias entre si que anteriormente. Nesta mesma linha de raciocínio, atores e organizações que, antes da criação do Pacto, eram alheios, indiferentes e distantes das pautas de erradicação do trabalho forçado, passaram, após a criação do Pacto, a se posicionar neste campo. No entanto, o posicionamento de atores e organizações alheios não se deu exclusivamente em favor da pauta de erradicação do trabalho escravo pela via institucional já estabelecida, debate este que será explicitado e analisado no tópico seguinte.

4.3 Arenas das Relações Interorganizacionais

Um dos temas essenciais para compreender o espaço em que ocorre relações interorganizacionais em torno da pauta de trabalho escravo é o que chamamos de arena, sendo um tema advindo da literatura, porém que comporta categorias emergidas por meio da análise do material coletado em campo.

Para discutir este tema, apresento duas categorias atreladas, sendo elas: arena de erradicação do trabalho escravo; e contra-arena, sendo a última essencialmente emergida da análise, e não encontrada na literatura. Atrelados à discussão de cada arena, estão as descrições dos setores que as compõem e sua

heterogeneidade, o propósito de cada arena, e o resgate dos episódios discutidos no tópico anterior que permitiram sua formação, ao mesmo tempo em que foram formados pelas figuras presentes em cada arena. Assim, na primeira arena, considerada a principal, eu discuto as figuras presentes, o propósito de sua formação, o surgimento de organizações internacionais não contempladas pela literatura, e a CSSP investigada estando situada nesta primeira arena. Na segunda arena, denominada aqui de complementar, eu trato do seu caráter acessório à pauta de combate ao trabalho escravo, sua característica de contribuição indireta para esta pauta, as pautas desenvolvidas por esta segunda arena, e sua relação com a arena principal. O último elemento discutido nesta seção é a contra-arena, por meio da qual eu apresento seu propósito, algumas das figuras que a compõe, sua postura frente aos mecanismos de combate ao trabalho escravo, e principalmente sua forte capacidade de influenciar as ações dos sujeitos e organizações que compõem a CSSP e a primeira arena como um todo.

Nesta discussão, trato também a relação dos episódios com as arenas. Neste sentido, eu busco apontar os episódios como formadores das arenas, e, por outro lado, as arenas como formadoras dos episódios. Conforme evidenciado pela pesquisa de campo, isto se constituiu como um processo recursivo que ocorreu ao longo do tempo. Assim, traduzindo a ideia de recursividade de Giddens (2003) para o contexto desta pesquisa, podemos ter que as ações que produzem a estrutura ao longo da história são guiadas pela mesma estrutura que elas criaram, e assim por diante, num processo espiral [conforme indicado na Nota de Rodapé 8].

4.3.1 Arena Principal

Esta arena é considerada a principal nesta pesquisa por dois motivos. Primeiramente, as arenas na forma como são apresentadas na revisão de literatura estão atreladas necessariamente com pautas que endereçam um problema público geralmente relacionado com a busca por mudanças ou soluções a este problema. Neste caso, esta arena endereça especificamente a pauta de erradicação do trabalho escravo no país.

Outro aspecto que a torna a arena principal é o fato de que a CSSP investigada está situada dentro desta arena. Ao longo da pesquisa de campo e sua

análise, foi possível construir o caráter abstrato das arenas e da contra-arena, conforme as observações e entrevistas eram realizadas. Assim, esta arena foi destacada como a principal pelo fato de que a CSSP observada foi considerada como o eixo primordial que permite a conexão dos demais elementos advindos das outras arenas.

Com o amadurecimento do campo ao longo dos últimos vinte e cinco anos, conforme demonstrado da descrição dos episódios, a pauta de combate ao trabalho escravo no Brasil ganhou corpo por intermédio da participação de diferentes atores e organizações. Conforme esta pauta era amadurecida devido ao surgimento de novas figuras atreladas a ela, isto possibilitou o surgimento de uma arena de combate do trabalho escravo no país. Sua formação ocorreu, e vem ocorrendo, devido aos episódios que surgiram e ainda surgem no campo, o que permite a aproximação o afastamento de determinadas figuras a esta pauta. Como exemplo de seu amadurecimento, o episódio que culminou na formação do Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo permitiu o fortalecimento desta arena de combate, uma vez que diversas figuras, antes alheias à pauta de erradicação do trabalho escravo, se aproximaram de tal pauta e auxiliaram no amadurecimento da arena.

De acordo com a pesquisa de campo e até o momento de sua finalização, esta arena estava sendo composta por cinco grupos de organizações e atores, que representam os setores estatal, privado e terceiro setor, porém também com representação de órgãos internacionais. Estes grupos foram encontrados por meio da categorização das organizações e atores que compõem esta arena principal, e são identificados como (1) fiscalizadores, (2) desenvolvedores de mecanismos institucionais, (3) mobilizadores do setor privado, (4) produtores de conteúdo, (5) promotores de *advocacy*. Em termos de dimensão, evidenciamos que as categorias de atores e organizações que compõem esta arena possuem dois polos, que são (a) agentes e organizações de campo, e (b) atores e organizações mobilizadores, porém também com a presença de (c) atores e organizações intermediários. No dimensionamento dos atores e organizações presentes nesta arena, alguns foram alocados em mais de uma dimensão devido ao seu múltiplo caráter e capacidade diversificada de agência. De modo sistemático, os elementos da arena principal estão representados na Figura 2.

GRUPOS	SIGNIFICADO	POLO
Fiscalizadores	Figuras que atuam com intervenção direta junto aos trabalhadores escravizados ou que prestam suporte para a ação destes	A
Desenvolvedores de mecanismos institucionais	Responsáveis por desenvolver mecanismos que permitem o combate ao trabalho escravo, com a devida atenção à legislação e às demandas dos setores da sociedade	A / C
Mobilizadores do setor privado	Figuras que buscam mobilizar o empresariado para que este passe a compor a arena de erradicação do trabalho escravo no país	B
Produtores de conteúdo	Organizações que geram conteúdos tanto sobre os trabalhadores escravizados quanto sobre o perfil dos usuários de trabalho escravo	B / C
Promotores de <i>advocacy</i>	Figuras que influenciam as decisões do corpo legislativo, executivo e judiciário, e também influenciam na formação de políticas públicas para erradicação do trabalho escravo	B

Figura 2 - Elementos da Arena Principal
Fonte: Elaborado pelo autor

O polo (a) engloba sujeitos e organizações desta arena que atuam diretamente no combate ao trabalho escravo, por meio do enfrentamento que lida com o resgate dos trabalhadores escravizados, com a reinserção social destes, com seu amparo legal, e também com o desenvolvimento de mecanismos que permitem o desenvolvimento eficiente das ações anteriormente mencionadas. Nesta dimensão, estão as figuras categorizadas como (1) fiscalizadores e (2) desenvolvedores de mecanismos institucionais, que representam aqueles que fazem a atuação nos espaços em que se identificou trabalho escravo e aqueles que buscam, por meio do aparato legal, institucional e operacional do Estado, oferecer as condições para a atuação do primeiro.

O polo (b) engloba sujeitos e organizações que atuam enquanto mobilizadores de setores da sociedade para que se aproximem das pautas de trabalho escravo e de seus esforços pela erradicação. Este é o ponto focal em que se

encontram as categorias compostas por sujeitos e organizações tais como (3) mobilizadores do setor privado, (4) produtores de conteúdo, e (5) promotores de *advocacy*. Assim, é neste polo que se encontram os responsáveis por mobilizar parte da sociedade e influenciar setores estratégicos para a promoção do trabalho decente. Das formas de ação que se encontram neste polo, estão a produção de conteúdo que permite conhecimento das causas e consequências da escravidão contemporânea no país e que auxiliam na argumentação dos atores e organizações que atuam diretamente com captação de outras figuras do campo para que passem a compor esta arena principal. Estes atores e organizações geralmente têm interface com os setores estatal e privado, e, em sua maioria, são compostos por figuras do terceiro setor.

Também existe uma estaca intermediária entre os polos (a) e (b), que consiste no ponto focal de atores e organizações que, embora já relacionados aos polos acima apresentados, também fazem parte deste terceiro elemento da dimensão da arena principal. Nesta estaca, estão presentes os (2) desenvolvedores de mecanismos institucionais e (4) produtores de conteúdo. Dos mecanismos institucionais para erradicação do trabalho escravo, não são todos que figuram o combate direto à escravidão e ou atuam por meio de suporte direto às equipes de fiscalização. Assim, atores e organizações categorizados como intermediários também auxiliam na construção de elementos tais como a Lista Suja, ou a produção de conteúdo tal como o perfil dos usuários de trabalho escravo no país. Por isso, esta estaca é composta essencialmente por organizações e atores advindos do setor estatal e do terceiro setor, não havendo nenhuma figura surgida do setor privado, embora os atores presentes nesta parte da arena principal tenham eventualmente a capacidade de criar ou canalizar episódios que acabam tendo conexão com o setor privado.

Além das categorias emergentes destacadas acima, é fundamental retomar o ponto mencionado sobre a presença de organizações internacionais. Além dos setores estatal, privado e terceiro setor, organizações internacionais tais como OIT e INGOs estão presentes nesta arena, já devidamente alocadas nas categorias e dimensionadas nos polos às quais correspondem. As organizações internacionais atuam como um dos elementos de construção destas arenas, porém, também são

apresentadas como pontos conectores com arenas de erradicação do trabalho escravo que vão além do território nacional. Neste sentido, organizações com interface internacional têm a possibilidade de atuar nas frentes de combate que compõem esta arena principal, e também colocar esta arena em contato com outras arenas que não possuem pautas necessariamente atreladas ao trabalho escravo. Tal como observado no campo, das organizações internacionais destacadas por meio das observações, a OIT permite evidenciar no cenário internacional os mecanismos brasileiros de combate, dando a esta arena principal uma projeção internacional. Isto, por sua vez, pode ter desdobramentos nas práticas de combate adotadas por outros países, bem como em questões complexas de boicote e barreiras comerciais erguidas por países desenvolvidos em relação a países em desenvolvimento. Assim, de modo sumário, estão presentes nesta arena parte dos setores estatal, privado e terceiro setor, também com a presença de órgãos internacionais que permitem interface desta arena principal com figuras de outros países.

A CSSP investigada, por sua vez, está fortemente presente nesta arena. Na figura de promotora de *advocacy* e mobilizadora do empresariado, a CSSP é composta essencialmente por figuras do setor privado e do terceiro setor com a presença de um órgão internacional, ao passo que a arena como um todo é composta pelos três setores e organismos internacionais. Das organizações que buscam exercer o papel de *advocacy* e também daquelas que procuram mobilizar o setor privado para erradicação do trabalho escravo, esta CSSP se posiciona como uma organização essencial dentro desta arena e como uma das principais figuras no processo de conexão de diferentes setores e de catalisadora das relações interorganizacionais para erradicação da escravidão no país.

De modo complementar, ressalto aspectos observados no campo de pesquisa que permitem visualizar, ao menos em parte, os grupos ilustrados na Figura 2. O primeiro grupo, fiscalizadores, foi observado indiretamente. A menção a estes atores era constante ao longo de reuniões assistidas, principalmente em encontros com a presença de auditores fiscais do trabalho, de comissões com foco no combate do trabalho escravo tais como a COMTRAE de São Paulo e a Conatrae. Em termos de conteúdo das falas, foi ressaltada a importância deste grupo enquanto enfrentamento direto do trabalho escravo, sucateamento da estrutura de combate,

riscos relacionados às ações de combate, e a demanda por maior aproximação entre este grupo e o grupo de atores que desenvolvem mecanismos institucionais para combate.

O grupo de desenvolvedores de mecanismos institucionais foi observado também principalmente nos encontros que contavam com a presença de parte do setor estatal. Neste ponto, foram observadas as interações entre atores com capacidade para desenvolver mecanismos institucionais de combate, ilustrado, por exemplo, no acompanhamento de reuniões da COMTRAE em que a comissão traçava metas e procedimentos concretos para erradicação, além de desenhar ações de pressão institucional junto ao poder legislativo local em São Paulo a fim de validar métodos de combate e sanções a pessoas físicas e jurídicas flagradas como usuárias do trabalho escravo.

O grupo de mobilizadores do setor privado foi observado nos encontros entre o empresariado e organizações do terceiro setor que buscavam, naquele momento, a adoção de práticas comuns das empresas e certo grau de alinhamento entre as partes a fim de promover ações coletivas e individuais de combate. Isto pode ser ilustrado na observação de uma empresa do setor do varejo têxtil em reunião definida com uma organização do terceiro setor, encontro este em que foram traçadas ações concretas para eliminação de possíveis focos de trabalho escravo na cadeia produtiva desta empresa. Na mesma ordem, também foram acompanhadas ações de duas empresas multinacionais varejistas que buscavam definir meios de 'limpeza' de suas cadeias produtivas a fim de eliminar eventuais empresas terceirizadas que poderiam vir a usar trabalho escravo em suas atividades. Além destes dois episódios, foram observados outros diversos encontros entre empresariado e terceiro setor. Assim, observei a existência de figuras específicas capazes de articular o empresariado para seguir com ações coletivas contra o trabalho escravo e ações individuais de cada empresa também para seguir com a limpeza de cadeias produtivas. A princípio, foram observados especificamente dois articuladores que compunham, naquele momento, o terceiro setor, e um ator que compunha o quadro de uma organização internacional. No entanto, ao longo do tempo, foi observado o surgimento de uma liderança capaz de mobilizar grande parte do setor privado. Esta liderança era parte, naquele momento, do empresariado, e transitava

por diversos segmentos do empresariado com a capacidade de mobilizar o setor privado que já compunha a arena de erradicação, bem como trazer outros atores e organizações para esta arena. A fim de ilustrar especificamente este grupo, destaco um trecho de uma das entrevistas realizadas:

Em um momento uma organização cuidava [do Pacto], e isso demandava muita energia, o dinheiro vinha sempre da [organização], vinha sempre do custo das ONGs e aí começou a ficar surreal. Esse recurso nunca dava para cobrir tudo, cada vez a empresa queria um seminário a mais, uma reunião a mais, vem falar com fulano, vem falar com ciclano, e isso foi ficando muita coisa pra ausência de equipe. Geralmente quem participava eram pessoas de ponta das organizações, era o [convener 1], era o [convener 2], era o [convener 3], era o presidente do [organização do terceiro setor]. (Entrevistado 1)

Em termos do grupo de produtores de conteúdo, foram observadas as interações da arena de erradicação com organizações específicas produtoras de conteúdo. Estas organizações trabalhavam com a produção de dados e relatórios técnicos que, por sua vez, subsidiavam a tomada de decisão do empresariado e a definição de políticas públicas por parte do grupo de desenvolvedores de mecanismos institucionais. A fim de ilustrar, resgato uma observação específica em que um membro do DIEESE esmiuçou dados e informações referentes à situação do trabalho escravo no Brasil, seguido da apresentação de um jornalista especializado na obtenção e disseminação deste mesmo tipo de dado. Ambos, além de apresentar estatísticas e aspectos qualitativos do trabalho escravo no país, também ilustraram possíveis ações que poderiam ser realizadas pelo empresariado a fim de erradicar o trabalho escravo, havendo neste momento a presença de um membro componente do grupo de mobilizadores do setor privado que fez a conexão entre os dados e ações possíveis para combate, ações estas dedicadas e conduzidas pelo empresariado ali presente. Com o intuito de ilustrar especificamente uma ação dos promotores de conteúdo, segue trecho de uma das entrevistas realizadas:

Então a partir de um dado oficial do Governo que falou, vamos descobrir quem é que está na outra ponta ou nesses elos da cadeia, certamente nós vamos chegar a [resultados importantes], mas precisamos saber quem são e precisamos ter as evidências para poder chamar essas empresas para tomar uma ação, para conhecer

suas cadeias. Então a gente fez esse primeiro mapeamento, na verdade, a partir de um primeiro mapeamento que [organização] e o [convener] fizeram. (Entrevistado 3)

Por fim, o grupo de promotores de *advocacy* foi observado tanto nas reuniões entre o empresariado quanto nas reuniões de comissões do poder público voltadas para a erradicação. Estas figuras, identificadas ao longo do trabalho de campo, tinham redes de contatos no poder público local em São Paulo bem como no âmbito nacional e, por isso, tinham a possibilidade de influenciar no andamento de votações contra ou a favor da Lista Suja. Além disso, os atores parte deste grupo foram observados também nos momentos em que definiam planos de ação direcionados ao poder público. Por fim, estes atores, por intermédio de suas capacidades e redes de contato frente ao poder público, foram observados em contato direto com figuras públicas a fim de promover a criação de novos mecanismos institucionais de combate.

4.3.2 *Contra-Arena*

A começar pela nomenclatura adotada, a ideia de *contra-arena* surgiu após a revisão da literatura. Uma vez que as arenas de relações interorganizacionais possuem necessariamente, de acordo com a literatura, uma pauta social ou o endereçamento a problemas sociais, não seria possível atribuir a esta grande categoria o nome de arena. Também de modo abstrato, esta arena possui como propósito o papel de questionar os mecanismos legitimados de erradicação do trabalho escravo, portanto se distanciando das tentativas de combate já enraizadas no campo institucional conforme apresentado no decorrer dos episódios. Após a identificação de diversas figuras que atuavam com este propósito e, por isso, tinham a capacidade de reconfigurar a CSSP investigada, surgiu a grande categoria anteriormente denominada *mixed arena* e que é apresentada aqui como *contra-arena* como uma forma de tornar a percepção de suas ações diametralmente oposta à arena principal.

Ainda, como o intuito desta pesquisa é compreender as relações interorganizacionais a partir da investigação da CSSP selecionada, não cabe aqui

discutir em profundidade os propósitos desta contra-arena⁵⁷. Por isso, nos ateremos a apresentar e categorizar elementos da contra-arena que induziram à reconfiguração das relações interorganizacionais da arena principal, e principalmente da CSSP investigada, e reconfigurasse também a ação dos sujeitos que as compõem. Esta categorização foi possível principalmente tomando por base a observação de eventos compostos por figuras da contra-arena, por meio da análise de documentos, e também por meio de sujeitos informantes, embora caiba enfatizar que este último elemento foi secundário na formação das categorias aqui apresentadas.

Após a categorização das figuras que compõem esta arena, construímos cinco grupos principais: (1) atores e organizações usuários de trabalho escravo, (2) atores e organizações cadastrados na Lista Suja, (3) figuras representativas, (4) figuras receptoras, e (5) elos comerciais. Estes cinco grupos representam, no total, parte do setor privado, parte do setor estatal, e algumas figuras internacionais. Estão categorizados neste grupo somente os elementos que, de algum modo, tiveram influência para reconfigurar a arena principal e ou alterar o fluxo de ações dos sujeitos da primeira arena. O significado de cada grupo pode ser visualizado conforme exposto na Figura 3.

GRUPOS	SIGNIFICADOS
Usuários de trabalho escravo	Pessoas físicas ou jurídicas que fazem uso da força de trabalho escravo que não compõem a Lista Suja
Cadastrados na Lista Suja	Pessoas físicas ou jurídicas condenadas pelo uso do trabalho escravo
Figuras representativas	Confederações e associações que têm buscado a alteração dos mecanismos institucionalizados de combate e ou do conceito de trabalho escravo tipificado em lei
Figuras receptoras	Figuras públicas que acatam as demandas das figuras representativas ou dos cadastrados na Lista Suja

⁵⁷ Os propósitos do que chamamos aqui de contra-arena podem ser vistos no trabalho de Monteiro e Fleury (2014)

Elo comercial	Figuras internacionais que, de algum modo, tem levantado barreiras comerciais a determinados setores da indústria brasileira em decorrência da tipificação do trabalho escravo no país
---------------	--

Figura 3 - Elementos da Contra-Arena
Fonte: Elaborado pelo autor

Todos os grupos construídos por meio da análise do material de campo têm influência na reconfiguração do modo de operação das organizações que compõem a arena principal, e, mais especificamente, do modo como se dá as relações interorganizacionais dentro da parceria social investigada. Para fins de exemplo, resgato cada um dos grupos, vinculando-os a alguma parte da arena principal. Os usuários de trabalho escravo que não compõem a Lista Suja altera o formato de como a arena principal executa a fiscalização e de como os grupos de fiscalização móvel operam no país; algumas figuras cadastradas na Lista Suja solicitaram legalmente a remoção de seus nomes que listavam entre os cadastrados, o que abriu precedente para que outras partes exigissem o mesmo e ou questionassem a legalidade da Lista, e forçou (a) a atuação de parte da arena principal para compor argumentos legais que sustentassem a Lista e (b) fez com que outra parte da arena principal buscasse compor uma Lista Suja paralela, porém que não era o instrumento oficial de medição para negociação entre bancos e setor privado, e entre signatários do Pacto Nacional e o restante do setor privado; determinadas associações e confederações que fazem parte do setor privado conseguiram, por meio de influência ostensiva, a derrubada de determinados mecanismos de combate, o que permitiu a reconfiguração da arena principal para que oferece uma resposta a esta ação; as figuras receptoras, que compõem exclusivamente o setor estatal, atendendo às demandas dos outros grupos desta contra-arena, derrubaram alguns mecanismos de combate, criando um espaço de lutas dentro do setor estatal; após a inclusão de algumas organizações na Lista Suja, parte da cadeia produtiva internacional se inclinou para boicotar parte da indústria brasileira com o argumento de que estas eram usuárias de trabalho escravo,

o que fez um setor específico da arena principal se reconfigurar na tentativa de erradicar o trabalho escravo desta indústria boicotada.⁵⁸

4.3.3 Arenas em Conexão

Embora sejam apresentadas no formato de categorias, o que nos permite entender a intersecção entre as arenas, estas não são estáticas. Ao passo que as ações da arena principal foram sendo desenvolvidas e canalizadas em episódios dentro do campo investigado, o cenário de combate do trabalho escravo foi se tornando mais maduro. Com isto, as figuras da contra-arena surgiram como uma espécie de oposição das práticas da primeira. Desta forma, na composição de uma relação constante entre as duas, ambas sofreram reconfiguração, de modo recursivo, ao longo do tempo, o que tornou o cenário de erradicação do trabalho escravo mais dinâmico e complexo. De forma complementar e também recursiva, os episódios construídos por ambas também foram cruciais na reconfiguração destas arenas que, por sua vez, tal reconfiguração foi elemento catalítico para o surgimento de novos episódios no campo. Assim, de modo sumário, existe a característica recursiva entre as duas arenas entre si, e entre elas e os episódios, em que cada elemento é gerador e gerado pelo outro ao longo do tempo.

Deste modo, a relação da arena com a contra-arena, e o aparecimento de diversos episódios no campo, cada vez mais concentrados em um menor espaço de tempo, possibilitou o surgimento da categoria denominada *pontos de reconfiguração* da arena e, principalmente, da CSSP investigada. A categoria 'pontos de reconfiguração' é a que engloba as principais mudanças nas ações e práticas da CSSP e das figuras lá presentes, e, principalmente, nos possibilita a

⁵⁸ É fundamental e crucial ter em mente que o cenário de combate ao trabalho escravo é extremamente dinâmico, e que tanto as categorias levantadas quanto os eventos exemplificados podem ter se alterado radicalmente, e que as organizações e pessoas utilizadas no processo de construção destas categorias podem, no momento da publicação desta pesquisa, não mais compor a chamada contra-arena. Ainda, enfatizo que o intuito da formação desta grande categoria – contra-arena – serve somente para compreender a reconfiguração das ações e posição dos sujeitos e organizações que fazem parte da CSSP investigada. Por este motivo, não são citados nomes ou características que permitam identificar as partes. Ressalto que não caracteriza-los de modo que seja possível ao leitor identifica-los não influencia no processo de categorização e teorização no que tange à tentativa de contribuir com a abordagem de relações interorganizacionais e, especificamente, de *cross-sector social partnership*.

conexão entre a arena e a contra-arena, e as práticas que percorrem ambas. Dentro da categoria *pontos de reconfiguração*, estão três grupos construídos com base nas alterações ocorridas ao longo do tempo na CSSP investigada, sendo eles: (1) criação de mecanismos alternativos de erradicação; (2) reconfiguração das relações de poder ao longo de cadeias produtivas; (3) alteração no modo de produção de conteúdo e conhecimento, conforme descrição na Figura 4.⁵⁹

GRUPOS	SIGNIFICADO
Criação de mecanismos alternativos	Criação de mecanismos de erradicação do trabalho escravo paralelos aos mecanismos institucionalizados que vinham sofrendo eventuais quedas
Reconfiguração das relações de poder ao longo de cadeias produtivas	Oscilação das relações entre organizações de uma mesma cadeia produtiva, conforme oscilavam também os mecanismos institucionais e surgiam novas ações da contra-arena
Alteração do modo de produção de conteúdo e conhecimento	Produção de conhecimento e conteúdo antes mais abrangente passa a ter enfoque em setores específicos da indústria, por intermédio da arena principal

Figura 4 - Pontos de Reconfiguração da CSSP investigada
Fonte: elaborada pelo autor

4.4 Sujeitos Relacionados

A CSSP investigada é composta por diversos atores vindos do setor privado e terceiro setor. Separando-os em grupos, foram construídas três camadas que nos permite aloca-los em diferentes níveis da CSSP. Na primeira camada, estão os sujeitos que fazem parte de sua estrutura organizacional, que é composta pela

⁵⁹ Cabe ressaltar que foram destacados somente os pontos de reconfiguração relacionados à CSSP investigada, uma vez que a pesquisa de campo não nos permite identificar ou construir subcategorias que englobem as alterações específicas da contra-arena.

presidência, conselhos deliberativo e fiscal, e equipe administrativa e executiva, sendo que a maior parte dos atores desta primeira camada está presente também na figura de associada; na segunda camada, estão os atores e organizações associados formalmente à parceria, porém que não compõem a estrutura organizacional da CSSP; a terceira camada é composta por figuras tratadas como apoiadores institucionais, e que se apresentam na forma de organizações. Para efeitos ilustrativos, a Figura 5 apresenta a camada dos atores que compõem a estrutura organizacional como o cerne da CSSP, os associados como a segunda camada, e os apoiadores institucionais como a camada mais externa.



Figura 5 - Subcategorias dos atores da CSSP
Fonte: elaborado pelo autor

Embora as três camadas sejam, em sua totalidade, compostas por atores e organizações, selecionamos para discussão neste tópico somente os primeiros. No entanto, embora todos os atores tenham configurado a etapa de análise do material de campo, foram selecionados atores específicos para serem apresentados neste tópico e, em capítulo subsequente, serem discutidos à luz da teoria. Ao longo da análise, foram usados três tipos de rótulos de atores que fazem parte da CSSP, que são (a) capacidade de influência na CSSP, (b) relação com os

episódios, e (c) posicionamento destes na arena principal. Uma vez que estes três rótulos estão interligados, isto nos levou à seleção dos atores mais presentes em cada um dos rótulos e também nos três rótulos, chegando em duas grandes categorias: *conveners* e *boundary spanners*. Estas categorias estão presentes na literatura associadas a diversas outras. Porém, ao longo da pesquisa de campo e após o trabalho de análise, estes foram os principais grupos de atores evidenciados pelo fato de estarem intimamente conectados ao processo de formação da CSSP, à sua manutenção e expansão, aos episódios que ocorreram ao longo do tempo, às diversas figuras presentes na arena principal, e às suas capacidades tal como a criação e disseminação dos *pontos de reconfiguração* da arena.

4.4.1 *Conveners e Spanners*

A primeira grande categoria de atores apresentada está intimamente ligada com a formação da CSSP. A categoria dos *conveners*, ou seja, aqueles que têm capacidade de convocar e mobilizar diversos atores e organizações para um determinado propósito, foi definida por meio das observações do campo, mas principalmente por meio das rodadas de entrevistas em profundidade realizadas. Desta forma, atingimos quatro atores como sendo os principais convocadores e mobilizadores das diversas partes que compõem a arena principal e arenas paralelas para que, quando conectadas, formassem a CSSP investigada.

Embora a maior parte da CSSP seja composta por figuras do setor privado, por outro lado os *conveners* advêm de organizações do terceiro setor e de um órgão internacional. As organizações as quais pertencem têm forte influência no campo institucional quando relacionado com a pauta de combate ao trabalho escravo ou promoção do trabalho decente e ou de promoção de práticas atreladas à responsabilidade social corporativa executadas pelo setor privado. Ainda, quando associados, os quatro *conveners* possuem as capacidades de mobilização do setor privado, influência na criação de políticas públicas para erradicação (*advocacy*), produção de conteúdo e conhecimento sobre trabalho escravo, e desenvolvimento de mecanismos institucionais para combate. Assim, quando associados, os *conveners* representam quatro dos cinco grandes grupos presentes na principal arena, conforme pode ser observado na Figura 2. Especificamente, para evidenciar que os *conveners*

tinham capacidades sobrepostas, o primeiro convener tinha forte capacidade de mobilização do setor privado e de promoção de advocacy; o segundo tinha forte capacidade de influenciar a criação de mecanismos de combate e de políticas públicas para tal, bem como de produção de conteúdo que influenciava no surgimento de episódios no campo; o terceiro tinha forte capacidade de mobilizar o setor privado, de promoção de advocacy e de produção de conteúdo sobre trabalho escravo; e o quarto também tinha os meios de produção de conteúdo sobre trabalho escravo que impactava no surgimento dos episódios.

A segunda grande categoria de atores, denominada *boundary spanners* – ou em sua forma curta *spanners*, diz respeito aos atores da CSSP que atuam com a sua expansão, na forma de ampliação das conexões interorganizacionais, buscando explorar setores da indústria que ainda não estão relacionados com a CSSP e também expandir tais conexões em direção de cadeias produtivas de organizações já englobadas pela CSSP (e.g. tentando englobar o restante da cadeia produtiva de uma organização da indústria têxtil que já compõe o quadro de associados da parceria investigada).

Esta categoria foi formada por meio das entrevistas realizadas, interpretação e rotulação de documentos, e principalmente por meio da observação das relações deste grupo de atores com o seu entorno. Ao observar os encontros de diversos atores, foi possível estabelecer as conexões dos *spanners* com atores e organizações ainda não associados, o que permitiu compreender em profundidade seu papel de expansão da parceria social investigada.

No grupo de *spanners* estão presentes dois atores específicos que cumprem a função de expansão e amadurecimento das parcerias. Um deles, em relação ao qual eu me posicionei na figura de ‘sombra’ ao longo da maior parte das observações do campo, atua também na parte executiva das atividades da CSSP. O segundo *spanner*, por outro lado, também é tratado nesta pesquisa como convener, mencionado no tópico anterior. Este segundo *spanner* atuou primeiramente como convener, convocando diversos segmentos do setor privado para a formação de uma parceria social que buscasse desenvolver práticas organizacionais de erradicação do trabalho escravo. No entanto, conforme houve o amadurecimento do campo ao longo dos episódios apresentados, este convener foi reposicionado dentro da parceria,

passando a atuar também como *spanner* para a expansão das relações interorganizacionais da CSSP.

Este grupo de atores, além de fazer parte da CSSP, também está fortemente conectado e é pertencente a organizações do terceiro setor com forte interface junto ao setor privado. No entanto, também possuem grande capacidade de influência frente ao setor estatal e ao setor privado. Por intermédio das relações entre as diferentes partes da arena, os *spanners* conseguem exercer esta influência na parte dos setores privado, estatal e terceiro setor que tem em comum a abordagem da pauta de erradicação do trabalho escravo e promoção do trabalho decente.

4.4.2 Atores, Episódios e Pontos de Reconfiguração

Os *spanners* e conveners definidos após a categorização do material de campo possuem relação íntima com os episódios ocorridos no campo e também com os pontos de reconfiguração da CSSP. Por um lado, os dois grupos de atores tiveram papel fundamental na formação de novos episódios e, por outro lado, foram catalisadores de outros episódios ocorridos no campo e, por isso, estão conectados conceitualmente aos pontos de reconfiguração da CSSP.

Em um primeiro exemplo, é possível evidenciar o papel crucial dos conveners frente à formação do Pacto Nacional, tratado nesta pesquisa como um dos episódios essenciais ao longo do intervalo de tempo estudado. Dos episódios ocorridos antes da formação do Pacto, os quatro conveners estavam presentes e atuaram com a produção de conteúdo sobre trabalho escravo e advocacy para o surgimento da Lista Suja, o que culminou em episódios que permitiram o amadurecimento do campo. Em seguida, após este amadurecimento, a arena principal estava reformatada de tal modo que permitiu que os conveners fossem os catalisadores, ao menos os principais, que induziram a formação de um Pacto Nacional para a erradicação do trabalho escravo.

Em outro exemplo, após a formação do Pacto, o campo onde a arena principal estava localizada foi sendo amadurecido por meio das relações de diversos atores e organizações desta arena e também da contra-arena. Após certo estágio de amadurecimento, os quatro conveners e as organizações as quais estes pertenciam foram os promotores chave da criação de uma parceria social formalizada para gerir

o Pacto. Desta forma, estes conveners foram os principais responsáveis pelo surgimento de um novo episódio – e um dos mais importantes para esta pesquisa – no campo de combate do trabalho escravo. Isto, por sua vez, demandou o surgimento de *spanners* que tivessem a capacidade de atuar em conjunto com outros atores e organizações da arena principal, buscando a expansão das relações interorganizacionais para erradicação.

Por outro lado, os dois grupos de atores, principalmente os *spanners*, tiveram papel crucial no que tange à ‘absorção’ dos episódios que surgiam no campo de erradicação. Conforme determinados episódios emergiam, os dois grupos de atores alteravam suas práticas e ações em relação à CSSP e à arena principal, o que, devido ao posicionamento destes no campo e a postura de influenciadores e expansores, reconfiguravam os demais atores e organizações vinculados diretamente à CSSP e modificavam as ações de parte dos atores e organizações da arena principal. Desta forma, os dois grupos de atores também são tratados aqui como os conectores entre os episódios e as práticas e ações da arena e principalmente da CSSP, sendo que esta conexão ocorre por meio dos pontos de reconfiguração.

Com isto em vista, definimos quatro categorias que envolvem os dois grupos de atores, conforme apresentado na Figura 6.

CATEGORIAS	SIGNIFICADOS
Concepção de episódios	Spanners e ou conveners que possuem capacidades para criar e canalizar o campo institucional a ponto de emergir episódios que reconfigurem este campo
Recepção de episódios	Spanners e ou conveners que possuem posição de vantagem dentro da CSSP ou da arena principal e, por isso, atuam como receptáculos dos episódios que ocorrem no campo
Concepção dos pontos de reconfiguração	Spanners e ou conveners que criam pontos de reconfiguração tais como mecanismos alternativos de combate, alteração nas relações de poder e ou reconfiguração no modo de produção de conteúdo sobre trabalho escravo
Disseminação dos pontos de reconfiguração	Spanners e ou conveners que disseminam novas práticas criadas por aqueles que concebem os pontos de reconfiguração

Figura 6 - Categorias de Spanners e Conveners
Fonte: elaborado pelo autor

Embora estas quatro categorias possam parecer apartadas por demonstrarem a ideia de ‘concepção, recepção e disseminação’ enquanto fases de um processo, elas estão intimamente interligadas. Isto se dá porque os *conveners* ou *spanners* que concebem episódios também são concebidos por outros episódios. Ou seja, existe neste ponto uma relação recursiva entre ‘o ator que é chave na criação de um episódio’ e ‘o episódio que é chave na reconfiguração das ações e posicionamento do ator no campo’. Esta mesma relação recursiva ocorre no âmbito dos pontos de reconfiguração, em que ao mesmo tempo que *conveners* e *spanners* concebem pontos de reconfiguração, suas práticas, ações e posicionamento no campo são reconfigurados conforme surgem novos pontos de reconfiguração.

Com o intuito de ilustrar o trabalho de campo atrelado às categorias aqui definidas, relato parte da observação de campo associada a cada uma das categorias definidas na Figura 6. A primeira categoria diz respeito aos *spanners* e ou *conveners* capazes de movimentar o campo institucional a ponto de emergir novos episódios atrelados a este movimento. Neste ponto, destaco especificamente o movimento de um *convener* que articulou, junto com outros três *conveners*, parte do empresariado para enfrentamento do trabalho escravo, o que culminou no surgimento de uma instituição do terceiro setor desenhada especificamente para combater o trabalho escravo no país. Destaco também trechos das entrevistas que nos permitem visualizar a ação de *conveners* em direção ao que culminou em episódios:

Em um momento uma organização cuidava [do Pacto], e isso demandava muita energia, o dinheiro vinha sempre da [organização], vinha sempre do custo das ONGs e aí começou a ficar surreal. Esse recurso nunca dava para cobrir tudo, cada vez a empresa queria um seminário a mais, uma reunião a mais, vem falar com fulano, vem falar com ciclano, e isso foi ficando muita coisa pra ausência de equipe. Geralmente quem participava eram pessoas de ponta das organizações, era o [convener 1], era o [convener 2], era o [convener 3], era o presidente do [organização do terceiro setor]. (Entrevistado 1 – trecho utilizado anteriormente nesta tese)

O relato acima apresentado nos permite ver o movimento dos *conveners* para reorganizar o campo institucional, articulando o empresariado, o que culminou no episódio específico de surgimento do Instituto Pacto.

Relacionado à segunda categoria, recepção de episódios, foi possível observar como um *boundary spanner* fazia a conexão de episódios com a CSSP. A fim de ilustrar o observado, destaco a passagem em que a Lista Suja foi suspensa. Neste ponto, conforme observado em reunião específica, o *spanner* articulou grande parte da CSSP com o intuito de buscar alternativas para esta suspensão, sendo que estas alternativas caminharam em direção ao *advocacy* a fim de estimular parte do poder pública a revogar a suspensão, e em direção da criação de mecanismos alternativos tal como a lista suja não oficial. Assim, ficou evidenciado no campo que o *spanner* tinha também a função de interpretar episódios ocorridos no campo e disseminar de forma organizada os impactos destes episódios na CSSP e nas ações coletivas e individuais do empresariado. Ainda, isto também nos permite ilustrar o papel do *spanner* enquanto criador de mecanismos alternativos, que se encaixa nas categorias de concepção e disseminação dos pontos de reconfiguração.

4.5 Capacidades e Poder

Neste tópico, são discutidas as capacidades dos sujeitos que compõem a CSSP em relação a outros sujeitos da arena e de fora da arena. Também são trazidos os elementos que permitem visualizar a posição de determinados atores nas relações de poder e como isso influencia na dinâmica da parceria social. Para seguir esta discussão, as categorias construídas por meio da análise surgiram essencialmente da observação do campo e, por isso, nos permitem focar e visualizar as relações da CSSP com as outras partes do campo de erradicação do trabalho escravo.

Diferentemente dos outros tópicos, eu apresento primeiramente as categorias construídas, conforme disposto na Figura 7, e, posteriormente, as discuto tomando por base três pontos essenciais de junção destas categorias.

CATEGORIAS	SIGNIFICADOS
------------	--------------

Capacidade institucional	Acesso para, e capacidade de, modificar intencionalmente o curso de ações para a derrubada ou consolidação de mecanismos legítimos de erradicação
Capacidade de advocacy	Acesso para, e capacidade de, influenciar intencionalmente o processo de formação de políticas públicas, seja pela interface com outros atores ou pela produção de conteúdo que altere o curso das coisas
Capacidade direcionada a cadeias produtivas	Capacidade de influenciar práticas e ações no âmbito de determinada cadeia produtiva e, por isso, modificar o curso das coisas
Capacidade de influência em setores específicos	Capacidade de influenciar práticas e ações no âmbito de determinados setores industriais específicos, ou parte do terceiro setor ou parte do setor estatal, e, por isso, modificar o curso das coisas

Figura 7 - Categorias das Capacidades

Fonte: elaborado pelo autor

A primeira categoria, capacidade institucional, diz respeito às capacidades que determinados atores têm em modificar de forma intencional o curso de ações. Estas ações, quando atores relacionados à CSSP, geralmente culminam no surgimento de mecanismos legítimos para erradicação do trabalho escravo. Neste ponto, temos dois fatores cruciais atribuídos aos atores, que são (a) o acesso a este espaço onde as relações ocorrem a ponto de gerar mecanismos legítimos, e (b) a capacidade de atuação para enfrentamento de eventuais conflitos e de atuação para alteração do fluxo das ações, no qual atores presentes nesta categoria buscam intervir pró surgimento dos mecanismos legítimos tal como a Lista Suja.

A segunda categoria, capacidade de advocacy, está relacionada com o processo de formação de políticas públicas para erradicação do trabalho escravo, o que, conforme observado no campo, costuma anteceder a primeira categoria. Esta categoria envolve também a questão do acesso e da capacidade dos agentes. Na questão do acesso, os sujeitos englobados nesta categoria possuem necessariamente admissão em um espaço onde ocorre a formulação das políticas. De forma complementar, as figuras aqui presentes possuem capacidade de intervir

junto à formulação das políticas, seja por meio de produção de conteúdo que as dirige para determinado ponto, seja pela mobilização de determinado setor da sociedade para pressionar atores relacionados neste processo.

A terceira categoria de capacidades, daquelas direcionadas a cadeias produtivas, também foi evidenciada por meio da observação da CSSP. Esta categoria envolve a capacidade que determinados sujeitos ou organizações têm para influenciar as práticas de combate ao trabalho escravo ao longo de cadeias produtivas, buscando torna-las 'limpas'. Dentro desta categoria, existem duas práticas comuns dos atores e organizações possuidores de tal capacidade. A primeira prática está relacionada com o exercício de boicote realizado por organizações do final da cadeia em direção ao início desta, adotando mecanismos legítimos de combate como forma de validar estas ações e forçar o restante da cadeia a atender às demandas pela erradicação do trabalho escravo. A segunda prática está relacionada ao uso de mecanismos alternativos, comumente criados neste caso por parte do setor privado ou instituições que a representa. Estes mecanismos (e.g. certificações e selos) buscam garantir que toda a cadeia produtiva está isenta em relação ao uso do trabalho escravo, o que mostra a capacidade que determinados atores e organizações têm para definir padrões que são impostos a todo o restante da cadeia.

A última categoria está relacionada com a capacidade de influência de setores específicos. Neste ponto, atores e organizações possuem capacidade de mobilizar parte dos setores da indústria, ou parte do terceiro setor ou setor estatal, e modificar o curso de ações destes, canalizando suas ações e práticas em direção às pautas de combate ao trabalho escravo. Geralmente representados por associações de determinado segmento da indústria, esta categoria engloba mecanismos específicos de erradicação do trabalho escravo, tais como selos e certificações, e também estão intimamente relacionados com a produção de conteúdo sobre determinado setor, possíveis focos de trabalho escravo, e os elos mais frágeis deste setor.

Estas quatro categorias podem ser compiladas em duas grandes categorias relacionadas, além de ter relação direta com o que denominamos aqui de *posições itinerantes de vantagem* – que será tratado com maior profundidade no próximo tópico – conforme ilustra a Figura 8.

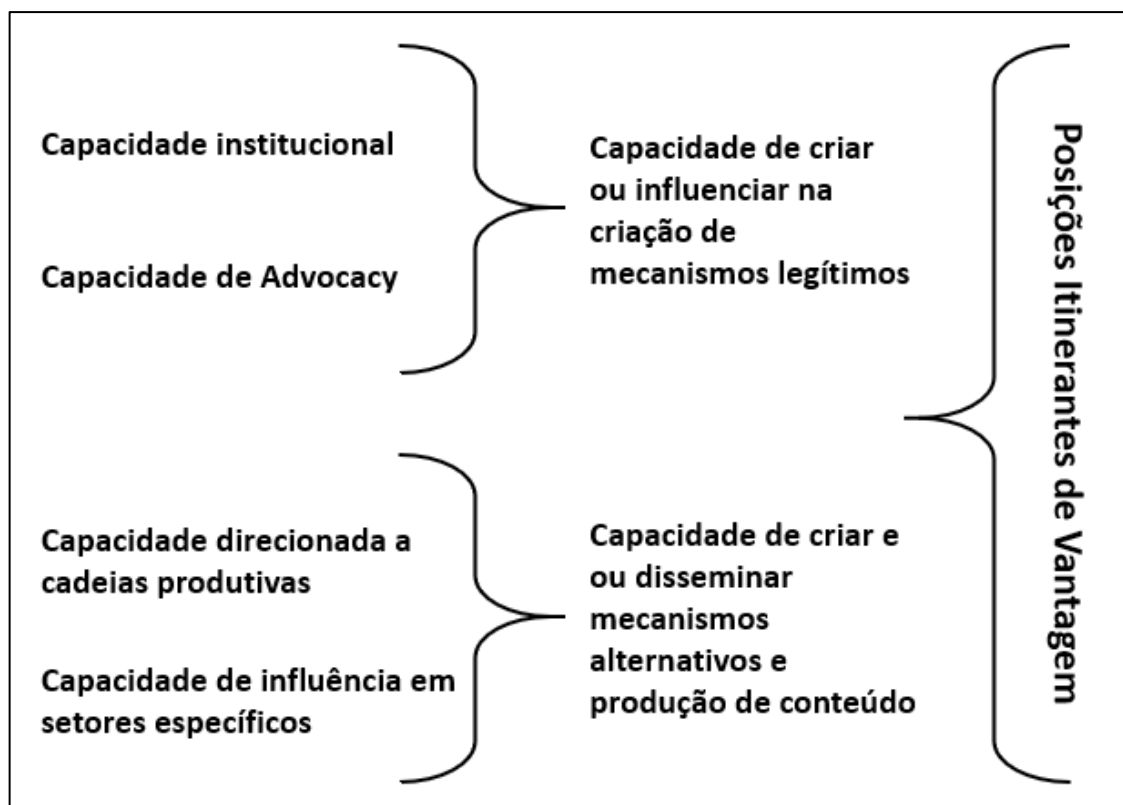


Figura 8 - Relação dos Elementos de Capacidade
 Fonte: elaborado pelo autor

As duas primeiras categorias – capacidade institucional e de advocacy – conduzem à primeira grande categoria. Esta grande categoria é a compilação das ações e práticas de criação e influência no surgimento de mecanismos legítimos. Esta compilação se dá pelo fato de que tanto as práticas de derrubada ou consolidação de mecanismos legítimos de erradicação quanto a influência junto ao processo de formação de políticas públicas ou mecanismos ocorrem em uma mesma dimensão, ou seja, são compostas por ações executadas por sujeitos que têm capacidade de agência para formular, diretamente, mecanismos de combate ou para exercer influência sobre os agentes que possuem tal capacidade.

As duas últimas categorias – capacidades direcionadas a cadeias produtivas ou a setores específicos – culminam na segunda grande categoria, que trata das capacidades de criar ou disseminar mecanismos alternativos e produção de conteúdo que conduzam às mudanças ao longo das cadeias produtivas ou em setores específicos. Assim, determinadas figuras têm capacidades para criar ou disseminar

mecanismos alternativos nestas duas direções, sendo estes mecanismos elementos essenciais para reorientação da prática organizacional das outras partes da cadeia produtiva ou de determinado setor.

Juntas, estas duas grandes categorias, encontradas por meio da investigação da CSSP, têm a capacidade de abrangência de grande parcela da arena principal e de toda ela. Isto ocorre porque as capacidades demonstradas nas duas grandes categorias, de acordo com o campo, cobrem cinco elementos da arena principal. Estas capacidades estão atreladas aos grupos de elementos, já destacados na Figura 2, de (a) desenvolvimento de mecanismos institucionais, (b) mobilização do setor privado para induzir determinadas práticas ao longo de cadeias produtivas ou em setores específicos da indústria, (c) produção de conteúdo, o que por si só permite a mobilização do setor privado e demonstra a capacidade de determinados atores para exercer influência sobre outras partes da arena, bem como é um elemento de apoio para a criação de mecanismos alternativos de erradicação do trabalho escravo, e (d) promoção de advocacy. Por este motivo, uma vez que as categorias atreladas às capacidades englobam quatro das cinco categorias atreladas à arena principal, concebemos que estas quatro categorias de capacidades englobam parte significativa da arena principal anteriormente interpretada.

Isto, por sua vez, nos leva a entender que as figuras presentes na CSSP possuem conexões com outras figuras da arena principal. No entanto, estas conexões são expandidas e também foram encontradas quando dirigidas à contra-arena. Isto se dá pelo fato de que determinados atores da CSSP, quando associados, também possuem capacidade de exercer influência coletiva frente às novas demandas criadas ou sustentadas pela contra-arena. Desta forma, as capacidades aqui apresentadas e categorizadas se mostram como o segundo elemento de conexão entre as duas arenas, depois dos *pontos de reconfiguração*.

O último atributo das quatro categorias que envolvem as capacidades dos sujeitos e organizações da CSSP, embora mencionado brevemente em tópico anterior, diz respeito às *posições itinerantes de vantagem*. Este atributo é crucial para compreender a dinâmica da CSSP, da arena principal e do campo como um todo, e é trazido aqui, após análise do material de campo, para conceituar a mudança contínua das vantagens de determinado sujeito para outro sujeito ou rumo a sua extinção. Para

compreender seu mecanismo, é preciso compreendê-lo por dois caminhos. O primeiro caminho é o fato de que episódios que ocorrem no campo podem alterar a posição de alguns atores e ou organizações. Quando isto ocorre, a posição de vantagem de determinados sujeitos pode ser alterada, o que pode influenciar também em sua capacidade de agência frente às quatro categorias construídas neste tópico, conforme representado na Figura 9.

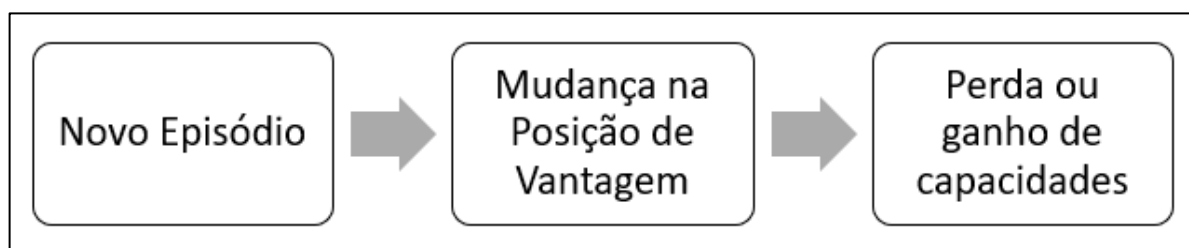


Figura 9 - Posição Itinerante de Vantagem (forma 1)
Fonte: elaborado pelo autor

Por outro lado, conforme representado na Figura 10, quando determinados atores e ou organizações perdem suas capacidades de agência que se relacionam às quatro categorias – por motivos⁶⁰ que não estariam associados com as arenas, com o campo de erradicação ou com os episódios – isto pode alterar a posição de vantagem de determinados sujeitos e ou organizações, o que pode culminar no surgimento de um novo episódio no campo de erradicação do trabalho escravo, esteja este vinculado diretamente à CSSP ou não.

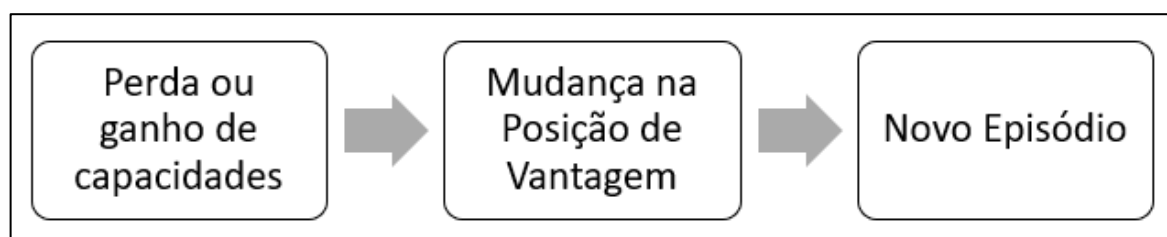


Figura 10 - Posição Itinerante de Vantagem (forma 2)
Fonte: elaborado pelo autor

⁶⁰ Apenas para fins ilustrativos, alguns dos motivos pelos quais determinados atores ou organizações poderiam perder suas capacidades, sem estar vinculado à CSSP, a uma das arenas ou ao campo de erradicação, seria a extinção da organização, demissão do ator em questão, entre outros fatores. Por isso, a apresentação deste ponto não tem como objetivo esgotar as possibilidades, mas apenas contribuir para o entendimento das *posições itinerantes de vantagem*.

Deste modo, apresentamos as *posições itinerantes de vantagem* como um dos principais mecanismos que tornam o campo de erradicação dinâmico. As capacidades (*upper hand*) dos sujeitos da CSSP, canalizados nas quatro categorias apresentadas neste tópico, não se apresentaram ao longo da observação como algo estático, mas como algo que sofre influência de outros elementos ao mesmo tempo que influencia estes outros elementos, tais como os episódios que ocorrem no campo de erradicação, o surgimento de novos pontos de reconfiguração e, principalmente a relação destas capacidades com os mecanismos legítimos e alternativos, e com a produção de conteúdo que, por sua vez, também permitem moldar e modificar o campo, de forma recursiva.

4.6 Paradoxos

Os paradoxos apresentados neste tópico foram extraídos por meio de observação do campo, das entrevistas em profundidade realizadas, e da observação de documentos, com peso igual para sua formação. Neste ponto, foram feitas diversas tentativas de triangulação entre as duas formas de construção de material de campo, o que possibilitou narrar nove paradoxos presentes no campo de erradicação do trabalho escravo. Os paradoxos narrados neste tópico foram traçados tomando por base (a) os acontecimentos em uma mesma instância, porém em períodos de tempo diferentes⁶¹, e (b) acontecimentos que ocorreram simultaneamente, ou com proximidade de tempo considerada aceitável, porém partindo de instâncias distintas, separação esta sugerida por Poole e Van de Ven (1989).

Os pontos apresentados poderiam ser classificados como conflito, pluralidade do campo, ou por outros rótulos que mostrariam o caráter turvo e complexo das ações ocorridas na arena principal e na contra arena. No entanto, adoto aqui o

⁶¹ São considerados como paradoxos com polos posicionados em espaço de tempo distinto aqueles que possuem uma lacuna temporal significativa entre o surgimento do polo A e do polo B. Isto varia de acordo com o evento ocorrido no campo, porém foi notado que um paradoxo atrelado a períodos de tempo diferentes normalmente tem seus polos separados por um ou mais anos.

olhar da CSSP investigada. Neste sentido, alguns eventos que ocorreram no campo se caracterizam como paradoxos por atribuírem certa polaridade às alternativas de ações que a CSSP pode tomar, o que não a exime de encarar conflitos que surgem em decorrência destes paradoxos e a pluralidade formada e mantida no campo de erradicação.

4.6.1 Paradoxos Observados

Neste tópico, são apresentados os principais paradoxos encontrados no campo. Para selecioná-los, foi observada a relação destes com as figuras da primeira arena e principalmente com as figuras da CSSP, com atenção às alterações nos fluxos de ação realizadas pela CSSP em decorrência da existência ou surgimento de novos paradoxos. São elencados abaixo os nove paradoxos utilizados para categorização, seguindo a ordem de proximidade entre os elementos constituintes de cada paradoxo.

O primeiro paradoxo se dá em torno das equipes móveis de fiscalização do uso de trabalho escravo. Por um lado, temos a criação, manutenção e fomento das equipes móveis. Por outro lado, temos uma política recente de sucateamento destas equipes móveis, uma vez que as demandas por fiscalização têm aumentado e as equipes móveis têm sido reduzidas ou mantidas com volumes iguais aos anos que antecedem o aumento desta demanda. Este paradoxo ocorre essencialmente dentro do setor estatal, devido a políticas conflitantes que surgiram ao longo do tempo, portanto ocupando o mesmo espaço em tempos diferentes. Assim, constituído como um paradoxo com dois polos definidos em dois momentos temporais distintos, este ponto é definido primeiramente por uma política que beneficiava as equipes móveis de fiscalização e, posteriormente, por uma política que não possibilitou a expansão das equipes móveis e a manutenção de sua estrutura para atender às demandas do campo.

O segundo paradoxo observado tem como elemento central a composição do Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. Por um lado, presenciamos a forte adesão de grande parte do setor privado ao Pacto Nacional, o que representava, em 2010, vinte por cento do PIB brasileiro. Por outro lado, temos importantes confederações e associações representantes do setor privado que

optaram por não compor o Pacto, e também ações representadas por uma confederação que buscava atribuir o caráter inconstitucional ao Pacto⁶². Assim, neste conflito, que se torna um paradoxo sob o qual a CSSP precisava moldar suas ações, temos a massiva presença do setor privado, sendo que o paradoxo é formado quase que exclusivamente dentro deste setor. Ainda, este ponto é composto por um paradoxo que se caracteriza por ter polos que surgiram quase simultaneamente e em um espaço comum de relações.

Em seguida, tendo a Lista Suja como eixo, foi evidenciado o terceiro paradoxo. Isto está atrelado à criação da Lista Suja em um polo, e as correntes tentativas de derrubada desta Lista por outro lado. Ao passo que parte do setor estatal criou a Lista Suja como um mecanismo capaz de guiar as ações de grande parte do empresariado, outra parte do setor estatal vem acatando as ações do setor privado e tentando suspender a Lista Suja com a alegação de sua inconstitucionalidade. Desta forma, nestes dois polos que se constituem este paradoxo temos a presença fundamental do setor estatal como articulador dos interesses do setor privado e do terceiro setor. Assim, ao passo que parte do setor estatal acata as demandas de parte do setor privado e do terceiro setor, a outra parte do setor estatal também o faz por meio da canalização dos interesses opostos de outra parte do setor privado e do terceiro setor. Este paradoxo é classificado pelo surgimento de seus polos ao longo do tempo, sendo que o primeiro polo – de criação da Lista Suja – surgiu em meados de 2003, e o segundo polo tomou corpo a partir de 2014 por meio das sucessivas tentativas de suspensão da Lista.

Outro paradoxo que tomou corpo dentro da arena principal tem como eixo principal a criação de uma Lista Suja paralela à oficial. Uma vez que, após o episódio de derrubada da Lista Suja, determinados atores e organizações da arena principal consolidaram uma Lista Suja alternativa por meio da Lei de Acesso à Informação, isto culminou no surgimento de dois polos de um paradoxo. Após a criação desta nova Lista, parte dos signatários do Pacto a adotou como uma forma de orientar suas práticas, e outra parte questionou sua legitimidade pelo fato de não ser

⁶² Mais informações, com outro enfoque, podem ser obtidas na análise de Phillips e Sakamoto (2011)

publicada pelos órgãos governamentais de direito e também pela falta de conhecimento sobre esta Lista paralela, conforme observado no campo de pesquisa. Assim, os dois polos deste paradoxo foram construídos simultaneamente, ocorrendo dentro do espaço comum de signatários do Pacto, o que o torna um paradoxo que teve seus polos emergidos ao mesmo tempo e em espaço comum.

Posteriormente, outro paradoxo identificado foi construído em torno do conceito de trabalho escravo. Em um polo, temos a reforma da lei que trata do conceito de trabalho escravo e sua forma de tipificação, tratado por sujeitos informantes de organizações internacionais como um dos conceitos e tipificações mais robustos e avançados do mundo. Este polo foi construído essencialmente por parte do setor estatal, com a devida atenção às demandas de parte do terceiro setor e de organizações internacionais envolvidos pelo campo de erradicação. Em outro polo, temos a constante tentativa de mudança do conceito e de sua tipificação, sendo esta tentativa exercida por parte do setor estatal, atendendo às demandas de algumas organizações representantes de parte do setor privado. Assim, este paradoxo ocorre em períodos temporais bastante distintos, com intervalo aproximado de quinze anos, e também por meio da ocorrência da sobreposição de interesses dentro de um mesmo setor, o que foi evidenciado nos três setores da sociedade.

Dentro do setor privado, presenciamos outro paradoxo associado à Lista Suja. Neste caso, com a ocorrência do episódio de suspensão da Lista Suja, temos um polo formado por parte do setor privado que exerceu esforços para demonstrar sua demanda favorável à derrubada e suspensão da Lista em um dado momento. Em outro momento, temos parte do setor privado clamando pela retomada da Lista Suja, uma vez que esta parte vinha utilizando a Lista como o principal *benchmark* para guiar suas ações comerciais. Este segundo polo foi composto massivamente por signatários do Pacto e membros da CSSP, ao passo que o primeiro polo está atrelado a figuras que já haviam realizado esforços pela suspensão da Lista.

Também dentro do setor privado, porém mais especificamente atrelado a um setor pontual da indústria produtiva, temos a criação de um mecanismo alternativo de certificação de empresas que não são usuárias de trabalho escravo, o que se constitui como um dos polos do paradoxo. O outro polo é composto por uma organização específica que, mesmo embora tenha sido certificada como não usuária

de trabalho escravo, foi cadastrada na Lista Suja por fazer uso deste tipo de trabalho. Assim, este paradoxo se dá pelo fato de que, por um lado, surge a criação de um mecanismo essencial de combate e, por outro lado, uma empresa certificada surge no campo como usuária. Este paradoxo teve como pano de fundo exclusivamente o espaço do setor privado e, especificamente, um espaço pontual da indústria produtiva. Por outro lado, a criação deste mecanismo e o flagrante do uso de trabalho escravo por uma empresa certificada ocorreram em momentos distintos da linha do tempo.

Os outros dois paradoxos têm como eixo a presença de organizações internacionais, especificamente a OIT e a CIDH, e a relação destas com o contexto nacional. O primeiro paradoxo em torno deste eixo diz respeito ao polo que demonstra apoio institucional dado por organizações internacionais em direção aos mecanismos de combate do trabalho escravo. Embora estas organizações não tenham poder de ação direta e criação de mecanismos institucionais para combate, foram criadoras de episódios específicos aplicados no contexto brasileiro. Por outro lado, temos organizações brasileiras, principalmente parte dos setores estatal e público, que não apoiaram a criação de mecanismos e, quando estes mecanismos surgiram no campo, demandaram sua suspensão e sucessivas tentativas de derrubada. Assim, este paradoxo ocorre tendo como pano de fundo um primeiro espaço composto por organizações internacionais e outro espaço composto por uma parcela dos setores estatal e privado. Por outro lado, as tentativas das organizações presentes nestes dois espaços foram concomitantes.

Nesta mesma linha e intimamente vinculado ao paradoxo anterior, temos a adoção, por parte de organizações internacionais, dos mecanismos de erradicação criados no Brasil enquanto referência internacional e modelo a ser seguido por países do sul global. Por outro lado, temos um intenso questionamento dos aparatos de combate, realizado principalmente por figuras presentes na denominada contra-arena. Da mesma forma como o paradoxo anterior, temos um polo do paradoxo constituído no espaço composto por organizações internacionais, e outro polo posicionado no espaço formado por figuras principalmente de parte dos setores privado e estatal. Também, percebemos a formação destes polos de forma concomitante.

4.6.2 Paradoxos e Seus Pontos Comuns

Por meio da análise dos paradoxos selecionados e apresentados acima, foram construídas três categorias que nos permitem classifica-los, sendo a primeira categoria atrelada à questão do espaço-tempo, a segunda vinculada com o ponto focal da ação que dá origem aos paradoxos, e a terceira relacionada com a proximidade entre o paradoxo e a CSSP observada, conforme apresentado na Figura 11.

Embora tenha surgido por meio da tentativa de categorização dos paradoxos a partir do material da pesquisa de campo, a primeira categoria está intimamente relacionada com as ideias de Poole e Van de Ven (1989). Conforme observado na descrição anterior dos paradoxos, existem aqueles que possuem polos que surgem de modo concomitante ou não; e aqueles que têm polos construídos no mesmo espaço ou em espaços diferentes. Estas duas dimensões compõem a primeira categoria, sendo possível categorizar os paradoxos entre aqueles que ocorrem de modo concomitante e aqueles que ocorrem em intervalos de tempo distintos, e aqueles que ocorrem no mesmo espaço ou em espaços diferentes. No que diz respeito a esta última dimensão, dos espaços, queremos dizer de paradoxos que possuem polos no mesmo campo de análise, como, por exemplo, paradoxos que surgem dentro de uma mesma parte de um setor, ou em um mesmo setor, tendo como exemplo, respectivamente, o paradoxo da construção de certificação para empresas que não usam trabalho escravo e uma empresa certificada que fez uso deste tipo de trabalho, e outro paradoxo que diz respeito ao setor estatal como formador das equipes móveis de fiscalização e este mesmo setor como responsável pelo sucateamento destas equipes.

A segunda categoria construída está relacionada com os paradoxos e sua proximidade com a CSSP. Esta categoria está dimensionada em paradoxos com impactos diretos na CSSP e aqueles com impacto indireto. Isto implica nas ações que a CSSP precisa tomar frente a este tipo de paradoxo. São tomados três paradoxos para fins de exemplo. O primeiro diz respeito à criação da Lista Suja e a posterior tentativa de sua suspensão e derrubada. Isto possui impactos diretos na forma de atuação da CSSP, uma vez que, com a criação da Lista, a parceria social passa a ter seu principal aparato que serve como barganha para ampliar a rede de associados;

por outro lado, ao haver a suspensão da Lista Suja, a parceria social em questão perde seu mecanismo chave que a permite agrupar organizações do setor privado no entorno da pauta de erradicação. O segundo paradoxo utilizado para exemplificar esta categoria e suas dimensões é aquele formado pela composição dos mecanismos de combate como referência internacional, e o questionamento de tais mecanismos por figuras que atuam no país. Embora isto tenha impacto nas ações da CSSP, não ocorre da mesma forma e com a mesma intensidade que o paradoxo do exemplo anterior. Por fim, um terceiro paradoxo adotado para ilustrar esta dimensão é relacionado com o apoio de órgãos internacionais ao conceito e tipificação legal do trabalho escravo e, por outro lado, a tentativa de figuras nacionais em tentar desqualificar ou alterar um conceito que atende todas as diretrizes de órgãos tal como a OIT. Este paradoxo se configura como um ponto intermediário à CSSP em termos de proximidade, uma vez que tal mudança conceitual poderia implicar no desmantelamento de diversas ações da CSSP, porém não demanda uma ação rápida da CSSP quando esta percebe este paradoxo como saliente.

A terceira e última categoria associada com os paradoxos foi construída observando o ponto focal da ação, ou seja, em qual ponto determinado paradoxo mais interfere por meio de seus polos, e por meio de quais pontos focais os polos do paradoxo surgiram. Nesta categoria, os focos são no aparato legal, nas práticas e nos conteúdos que dão base para a ação. No primeiro foco, os paradoxos podem impactar principalmente, ou surgir por meio de aparatos legais tais como os mecanismos institucionalizados e legítimos de combate do trabalho escravo. No segundo foco – quando o foco é nas práticas, os paradoxos podem ser relacionados com as práticas de combate do trabalho escravo, tais como práticas construídas pelo setor privado buscando a ‘limpeza’ de cadeias produtivas ou a certificação de setores da indústria. Por fim, o terceiro foco está relacionado com a construção dos polos do paradoxo tomando por base conteúdos informativos distintos que conduzem a diferentes tipos de ações por parte dos envolvidos na CSSP ou em toda a arena principal, ou tomando por base as tentativas de mudança do conceito de trabalho escravo ou outros conteúdos que sejam o ponto de partida para o desenvolvimento de políticas públicas de combate ou ações e práticas criadas pelo setor privado ou terceiro setor.

Por espaço / tempo	Concomitantes e não concomitantes	Permite definir se os polos dos paradoxos são criados ao mesmo tempo e ou no mesmo espaço
	Mesmo espaço ou espaço distinto	
Por proximidade	Impactos diretos	Permite definir qual a força de impacto dos paradoxos na CSSP
	Impactos indiretos	
	Impactos intermediários	
Por ponto focal da ação	Foco no aparato legal	Permite definir em qual elemento do campo o paradoxo tem agido
	Foco nas práticas	
	Foco nos conteúdos que dão base para a ação	

Figura 11 - Categorização dos Paradoxos

Fonte: elaborado pelo autor

Tomando por base os paradoxos construídos, também foi observado que a CSSP está intimamente conectada com grande parte destes paradoxos. Isto ocorre porque a CSSP está vinculada com grande número de elementos do campo de combate do trabalho escravo. Dos cinco principais elementos presentes na arena principal, conforme demonstrado na Figura 2, as figuras que compõem a parceria social investigada dominam três, sendo eles promotores de advocacy, produtores de conteúdo e mobilizadores do setor privado. Também, dos quatro tipos de atores, conforme mostrado na Figura 6, a parceria social conta com todos os quatro, que são aqueles que concebem episódios, aqueles que os recebem, aqueles que concebem pontos de reconfiguração e aqueles que os disseminam. Por fim, das quatro capacidades categorizadas, apresentadas na Figura 7, a CSSP cobre todas as quatro, que são as capacidades institucional, de advocacy, direcionadas a cadeias produtivas e de influência em setores específicos.

Assim, por estar atrelada à maior parte dos elementos categorizados após a observação do campo de combate do trabalho escravo, a CSSP acaba por cobrir grande parte da arena principal. Por isto, quando surgem paradoxos atrelados às categorias mencionadas no parágrafo anterior, a parceria social está mais exposta, o que a torna mais susceptível em relação à influência de tais paradoxos. Isto ocorre porque os mesmos elementos presentes nos paradoxos apresentados neste tópico estão presentes também nas três outras categorias mencionadas no parágrafo acima. Disto, extraímos a ideia de sobreposição entre a ‘categoria dos paradoxos’ com as

‘categorias das capacidades, dos tipos de atores e dos elementos da arena principal’. Atribuímos a isto o rótulo de *sobreposição entre paradoxos e elementos componentes da CSSP*, uma vez que as três categorias de elementos da CSSP permitem o surgimento de um paradoxo, sendo a recíproca verdadeira, o que forma uma relação reflexiva e recursiva ao longo do tempo entre os itens *paradoxo, tipos de atores, capacidades e elementos da arena principal*.

4.7 Conclusão

Do trabalho de campo e da análise do material obtido neste campo, foram produzidos cinco grandes temas, conforme apresentado neste capítulo, englobando categorias sobre episódios, arenas, atores, capacidades e poder, e paradoxos. Após tal apresentação, destaco neste tópico os principais pontos de cada grande tema e, posteriormente, descrevo-os de forma conjunta a fim de demonstrar como estes grandes temas estão relacionados entre si, e qual foi a compreensão da CSSP por meio da investigação de campo.

No primeiro grande tema – sobre os episódios, eu apresentei quatro elementos essenciais. O primeiro elemento diz respeito à evolução do combate ao trabalho escravo, relacionado com o processo de maturação e aumento no volume de mecanismos de combate presentes naquele campo. Posteriormente, destaquei a incidência de episódios essenciais percebidos anterior e posteriormente ao surgimento ou criação do Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. Em seguida, apresentei aspectos que demonstram a heterogeneidade dos três setores envolvidos na arena principal e na contra-arena, bem como a presença de órgãos internacionais que não se enquadram como parte formadora de, ou formada pelo, um dos três setores da sociedade. Por fim, o último aspecto evidenciado no campo foi o reposicionamento dos atores e organizações após a ocorrência de determinado episódio. Estes pontos enfatizados foram percebidos, construídos no formato de categorias e analisados por meio da observação de episódios que foram considerados chave, ou seja, aqueles que, de algum modo, renortearam atores e ou organizações presentes no campo, e alteraram fluxos de ação e modos de prática destas figuras.

Ao abordar o segundo grande tema – arenas, destaquei a constituição, por meio da categorização e análise do material de campo, de uma arena principal cujo eixo essencial é o tema de mudança social por meio da erradicação do trabalho escravo, e de uma contra-arena, assim denominada por não cobrir pautas de mudança social, porém estar intimamente conectada com os elementos presentes no campo que rodeia a arena principal. Ambas estão atreladas à primeira arena por serem consideradas nesta pesquisa como frutos de episódios, ou seja, fruto do amadurecimento do campo de erradicação que fez surgir estes dois polos em torno da pauta de trabalho escravo. Por outro lado, além de serem criadas por episódios, ambas as arenas também propiciaram o surgimento de novos episódios ou foram, de algum modo, condutoras para o surgimento destes episódios, sendo, por isso, consideradas como formadas por e formadoras de episódios. Além disso, um conceito empírico essencial foi construído ao longo da análise, sendo denominado nesta tese como *pontos de reconfiguração*, que engloba as ações e práticas que norteiam as mudanças em cada arena, e também como ponto essencial de conexão entre as duas arenas e como forma de se compreender o aspecto relacional destas.

O terceiro grande tema enfatizado nesta análise envolve os atores, principalmente aqueles que fazem parte da CSSP ou que auxiliaram diretamente em sua formação, sendo denominados aqui, e por influência da literatura, de *conveners* e *boundary spanners*. Neste ponto, desenvolvi duas dimensões de atores que englobam, ao todo, quatro categorias a eles vinculadas. A primeira dimensão envolve a concepção e recepção dos episódios, e assim diz respeito aos atores que foram essenciais ou influenciadores para a criação de novos episódios, e aqueles que atuam como para-raios e, por isso, conectam a CSSP com episódios que ocorreram no campo. De modo complementar, a outra dimensão engloba a concepção e a disseminação dos pontos de reconfiguração. É importante enfatizar que um mesmo ator pode cumprir papel nas quatro categorias.

O quarto grande tema construído por meio da análise diz respeito às capacidades de atores e organizações que compõem a CSSP e as arenas a ela relacionadas. Neste sentido, as categorias construídas tratam das capacidades institucionais, de advocacy, capacidades direcionadas a cadeias produtivas e de influência em setores específicos. Estas quatro categorias de capacidades nos

permitem entender todo o campo, sendo que o grande tema atende não somente a todo o campo, mas também nos permite visualizar setores específicos da indústria e também cadeias produtivas, servindo como uma espécie de tema em ‘três dimensões’ – entre arenas e das arenas com a CSSP (vertical), em um mesmo setor (horizontal), e em profundidade (cadeia produtiva).

O último grande tema, e tratado aqui como o mais importante ao lado dos episódios, engloba os paradoxos que existem no campo de erradicação do trabalho escravo. Estes paradoxos foram construídos, em sua maior parte, por meio da seleção de dois polos conflitantes, porém relacionados entre si. Nesta parte da investigação do campo, foram construídas quatro categorias que nos permitem compreender paradoxos por (1) espaço / tempo, (2) proximidade com a CSSP, e (3) ponto focal, ou seja, o ponto sob o qual o paradoxo age ou pelo ponto por meio do qual o paradoxo surge. Neste grande tema, também foi construída a ideia de que existe sobreposição entre paradoxos e elementos componentes da CSSP, uma vez que as três categorias de elementos da CSSP permitem o surgimento de um paradoxo, sendo a recíproca verdadeira, o que forma uma relação reflexiva e recursiva ao longo do tempo entre os itens *paradoxo, tipos de atores, capacidades e elementos da arena principal*.

As categorias construídas dentro destes cinco temas foram, em sua maioria, definidas como dimensionais, algumas tendo dois polos que nos permite entender alguns fenômenos do campo e outras sendo construídas na tentativa de estabelecer um *continuum* que também nos dá fundamento para entender o problema de pesquisa. Embora o aspecto dimensional de grande parte das categorias tenha sido construído de modo intencional, foram quatro os elementos categorizados que interferiram em diversas outras categorias a ponto de torna-las dimensionais, sendo eles (a) os episódios do campo, (b) os paradoxos do e no campo, (c) as posições itinerantes de vantagem entre os atores e ou organizações e, (d) os pontos de reconfiguração da CSSP e da arena. Estes quatro elementos foram categorizados por meio da observação de temas distintos, porém estão relacionados entre si principalmente por tornarem dimensional grande parte das outras categorias.

Ainda, também destaco três elementos construídos por meio da observação do campo, sendo eles denominados como pontos de reconfiguração,

posições itinerantes de vantagem, e sobreposição dos paradoxos e elementos componentes da CSSP. Estes elementos têm em comum a característica que nos permite entender como o campo se redimensiona, se reconstrói constantemente, e se reinventa. Por outro lado, estes elementos também são redimensionados pelo campo, o que os tornam recursivos ao longo do tempo quando comparados com o campo. Desta forma, temos a compreensão de que estes três elementos – ou categorias rotuladas – são ao mesmo tempo redimensionadores do campo e de todos os outros elementos nele presentes, e redimensionados por este.

CAPÍTULO 5 – DISCUSSÕES

Neste capítulo, eu busco vincular os temas e categorias construídos por meio da análise do material de campo com o quadro teórico desenvolvido no Capítulo 2. Desta forma, exploro se as discussões teóricas dentro da temática de CSSP cobrem os temas e categorias emergidos do campo, e como estas duas partes se relacionam. Para tal, em um primeiro momento eu associo a compreensão do campo – apresentada no capítulo anterior – com o quadro teórico desenvolvido no Capítulo 2. Em seguida, eu resgato as lacunas teóricas encontradas naquele capítulo e busco preenche-las por meio da observação dos temas, categorias e conceitos construídos a partir do trabalho de campo. Para tal, as lacunas estão agrupadas em três grandes grupos tomando por base elementos que permitem tal aproximação e, após, discuto estes grupos com os temas e categorias emergidos do campo. Por fim, resgato os conceitos desenvolvidos a partir do trabalho de campo, buscando utiliza-los para contribuição teórica em CSSP. Estas etapas terão como norte orientador o problema e os objetivos da pesquisa.

5.1 Parceria Social, Organizações e Arenas

Dos grandes grupos formados a partir das lacunas teóricas, ou complementação teórica, e evidenciados no campo de pesquisa, o primeiro a ser discutido diz respeito às organizações que compõem a CSSP, à CSSP por si, à arena principal da qual a parceria social faz parte, e ao campo onde estão localizadas as duas arenas. Neste sentido, serão conduzidas discussões em direção das organizações, seu caráter voluntário para adesão à parceria, e seu propósito colaborativo; propósito das organizações de cada setor e suas relações com a arena principal e a contra-arena; a compreensão teórica da parceria social como uma associação de organizações que não possuem capacidades ou poder suficientes para atender a seus objetivos e, por isso, formam a parceria; e, por fim, a composição das quatro arenas e a inclusão da dimensão internacional em torno da pauta social da parceria.

A primeira discussão relacionada neste tópico diz respeito ao caráter voluntário das organizações associadas entre si em uma parceria social. A definição de CSSP foi construída tendo como um dos elementos essenciais a ideia de que organizações dos três setores se associam voluntariamente em torno de uma pauta social, conforme advogado por Waddock (1991) e Selsky e Parker (2005). Em torno desta definição, os autores afirmam que as organizações associadas formaram a CSSP por meio de seu caráter voluntário, ou seja, eles partem do pressuposto de que as organizações associadas iniciaram um movimento de parceria social por iniciativa própria e por ter as capacidades e possibilidades para tal. Neste sentido, os autores apresentam um caráter de agência às organizações relacionadas, o que permite o entendimento de que a CSSP é composta apenas por organizações que, por algum motivo, agiram em direção da formação da parceria social. Assim, temos que as organizações desenvolvem um fluxo de ações intencionais buscando compor uma CSSP. Desta forma, a postura teórica em torno da CSSP com relação ao caráter voluntário e de agência possuído pelas organizações incorre em um dilema fundacional da teoria social, que é a dualização e dicotomização dos elementos *agência* e *estrutura*, uma vez que, ao advogar o caráter voluntário das organizações, negligencia o aspecto relacional destes dois elementos, em que a agência e a estrutura são co-formadoras uma da outra por meio de um processo recursivo ao longo do tempo.

O trabalho de campo permitiu evidenciar que as organizações possuem seu lado voluntário e suas capacidades de agir em direção à formação de uma CSSP. No entanto, este caráter voluntário é limitado e delimitado pelos elementos presentes na estrutura social que exercem o papel de coerção frente à ação das organizações. Por meio da categorização do material de campo, foi possível perceber que o caráter voluntário das organizações, embora existente, está relacionado contextualmente com elementos tais como os episódios que ocorrem no campo e os paradoxos emergidos. Além disso, a ação de determinada organização também está atrelada à ação de outras organizações que podem exercer suas capacidades a fim de coagir a primeira a adotar determinado fluxo de ações.

Relacionado ao primeiro elemento – episódios, estes servem como uma espécie de guia na tomada e escolha de determinado fluxo de ações. Uma vez que a

organização decide adotar certo fluxo de ações, a ocorrência de determinados episódios no campo pode ser um facilitador ou delimitador destas ações, o que limita a atribuição voluntária das organizações que buscam se associar ou que já estão associadas. Para ilustrar este ponto, busco o exemplo de uma situação percebida ao longo da pesquisa de campo. Das organizações investigadas, uma buscava se associar à CSSP, tentando auxiliar na promoção do trabalho decente e na erradicação do trabalho escravo. No entanto, por fazer parte de um setor da indústria ligado aos sucessivos episódios de contestação do conceito de trabalho escravo e da Lista Suja, estes dois pontos demarcaram o caráter voluntário desta organização que, por um lado, buscava se aproximar da parceria social, mas, por outro lado, teve seu poder de agência limitado por episódios incididos no campo. Isto mostra o caráter dual entre agência e estrutura, e o caráter relacional entre agência e agência, uma vez que determinadas organizações criaram o episódio que, por sua vez, limitou a capacidade de agência de outra organização.

Esta situação, quando atrelada ao aspecto teórico promovido pela abordagem da CSSP, nos permite essencialmente advogar que as organizações não possuem caráter voluntário em suas investidas para formação ou composição de determinada CSSP. Por outro lado, a estrutura não possui caráter de coerção frente às organizações, e estas, por sua vez, não possuem o caráter passivo que as fazem adotar e acatar aquilo que advém da estrutura. Mas, em uma leitura relacional, temos que as organizações possuem seu caráter voluntário delimitado pela estrutura, ao passo que a estrutura é formada por elementos que surgem a partir da ação das organizações. Neste caminho, os episódios e eventuais paradoxos emergidos no campo são os conectores entre agência e estrutura, e, portanto, traçam os caminhos possíveis de ação e de coerção.

Associado à visão epistemológica de Waddock (1991) e Parker e Selsky (2005), que partem do pressuposto do caráter voluntário das organizações que se associam, desta mesma forma a revisão de literatura nos apresentou que as organizações possuem um propósito colaborativo quando buscam formar ou passam a compor determinada CSSP. Um dos pontos chave na concepção da definição de CSSP é a inserção da ideia de que as organizações que se associam em torno de uma pauta que busca abordar um problema social possuem um propósito colaborativo

e por isso fazem tal associação (Waddock, 1991; Wood; Gray, 1991; Lawrence; Hardy; Philips; 2002). Neste sentido, a literatura indica que organizações que se associam para atender a um problema social têm o intuito de colaborar com o desenvolvimento desta pauta e com a eliminação de um problema que estas organizações têm em comum (Carlile, 2002; Guo; Acar, 2005). Esta visão pode estar associada ao pouco debate sobre poder e capacidades na literatura de CSSP (Lotia; Hardy, 2009; Huxham; Beech, 2009).

Neste sentido, a literatura sobre CSSP, ao adotar a ideia exclusivamente de propósito colaborativo, negligencia o aspecto de que a estrutura também é uma dimensão que coage organizações a seguirem em direção às parcerias sociais, bem como a existência de organizações que podem coagir outras a comporem a parceria social por algum motivo. No entanto, conforme analisado e apresentado no capítulo anterior, existem outras dimensões que influenciam no processo de adesão que determinada organização segue até compor a parceria social. Estas dimensões são envolvidas pelos grandes temas *episódios, capacidades e poder, e paradoxos*. Assim, temos que as parcerias sociais podem ocorrer pelo caráter voluntário e colaborativo de determinadas organizações, por coerção de uma em direção à outra, e por coerção da estrutura social em direção à organização.

Para fins de exemplo, apresento três situações as quais ficaram em evidência ao longo da categorização e também durante a observação do campo de pesquisa. O primeiro exemplo, atrelado ao caráter voluntário da organização, está o *pool* de organizações que se associaram em torno da pauta do trabalho escravo sem haver, ao menos notadamente, algo que as coagissem a tomar a ação em direção à formação da parceria social. O segundo exemplo está atrelado à coerção de uma organização em direção à outra, em que determinadas organizações já associadas usavam de suas capacidades em termos de negociação e tamanho quando comparada com outras empresas do mesmo setor para coagir organizações de outras partes da cadeia produtiva a fazerem parte da CSSP. O terceiro exemplo está associado à coerção da estrutura em direção às organizações, como é o caso do surgimento de determinados mecanismos de combate ao trabalho escravo, tais como os grupos móveis de fiscalização e a Lista Suja que são constituídos como elementos que coagem determinadas organizações a fazerem parte da CSSP e a buscarem

referências dentro da parceria social primeiramente formas de evitar o uso de trabalho escravo e posteriormente formas de combatê-lo.

Assim, em suma, temos que o propósito colaborativo advogado pela literatura não é suficiente para a compreensão do campo no qual a CSSP está situada e compreensão da própria CSSP e organizações associadas, o que nos permite contribuir com o entendimento de que existem também as outras duas formas que compõem o propósito pelo qual as organizações passam a fazer parte da parceria social – sendo elas coerção de uma organização em direção à outra, e coerção da estrutura em direção às organizações.

O terceiro ponto atrelado a este primeiro grande grupo diz respeito ao aspecto defendido pela literatura que advoga que as parcerias sociais são formadas por organizações que possuem baixa capacidade e poder para tomada de ação frente a problemas públicos, e se conectam buscando aumento de suas capacidades para enfrentamento deste problema ou de organizações e setores que possuem maiores capacidades. Neste sentido, a literatura em CSSP entende que o motivo do surgimento de parcerias sociais repousa na ideia de que as relações interorganizacionais se constituem como uma forma por meio da qual membros de grupos ou organizações com menos poder ou capacidade buscam se equalizar ou mesmo reverter a situação de desequilíbrio de poder entre eles e atores mais poderosos (Huxham; Beech, 2009, p. 555-556). Com isto, se torna possível uma virada em termos de controle de recursos e definição de propósitos, no qual estes grupos passam a ter capacidade e poder para controlá-los, bem como definir o propósito e os meios de enfrentamento de determinado metaproblema (Ansell; Gosh, 2007).

No entanto, dois aspectos nos permitem derrubar o argumento da associação como uma tentativa de equalização de poder e capacidades. O primeiro aspecto está proposto também na literatura, evidenciado por Phillips e Sakamoto (2011), que indicam que o Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, apesar de não ser tratado aqui como uma CSSP mas como uma forma incipiente de associação para enfrentamento do trabalho escravo, era composto por organizações produtivas que representavam, em 2010, vinte por cento do PIB brasileiro. Tomando esta parcela como um dos critérios que define as capacidades e poder, isto se constitui

como uma primeira evidência de que a associação para fins de resolução de metaproblemas não está atrelada exclusivamente a organizações com baixa capacidade de ação.

De modo complementar, a CSSP investigada era composta, no momento da pesquisa de campo, por empresas de todos os portes, porém parte significativa de sua composição se dá por meio de multinacionais e empresas de grande porte com forte poder de barganha e de ação, e com alta capacidade inclusive para determinar tendências e fluxos de ações e práticas em determinados setores. Quando realizada a pesquisa de campo, empresas multinacionais representavam quarenta por cento do quadro de associados desta parceria social, enquanto que, das empresas locais, sessenta e cinco por cento eram de grande porte. Isto nos permite complementar a colocação de Phillips e Sakamoto (2011), que atribuíram a dimensão do Pacto ao PIB, e adicionamos que a parceria social investigada possui capacidade e poder equalizado ou maior que organizações que não fazem parte desta arena principal ou da CSSP.

Ainda, outra forma de evidenciar que a perspectiva de Huxham e Beech (2009) não engloba todas as parcerias sociais advém do campo. Após a categorização do *corpus* de pesquisa, evidenciamos que, dos cinco grandes elementos formadores da arena principal, a CSSP investigada domina três destes, conforme apresentado na Figura 2, sendo estes elementos mobilização do setor privado, produção de conteúdo que guia políticas e práticas no combate, e promoção de *advocacy*. Outro aspecto que reforça que a CSSP possui grande capacidade de agir frente à sua pauta de problema social é o fato de englobar três dos três pontos de reconfiguração, apresentados na Figura 4, que são a capacidade de criação de mecanismos alternativos, a capacidade de reconfigurar as relações de poder ao longo de cadeias produtivas, e a capacidade de promover alterações no modo de produção de conteúdo e conhecimento que guiam a formação de políticas e práticas no campo de combate do trabalho escravo.

Ainda dentro deste terceiro ponto do primeiro grande grupo, que defende que a formação de parcerias sociais ocorre devido à tentativa de organizações com pouca capacidade de ação de promover a equalização desta capacidade, retomamos a perspectiva defendida pela literatura que indica o caráter exclusivamente voluntário das organizações que compõem as CSSP (Waddock, 1991; Wood; Gray, 1991; Stone,

2000; Lawrence; Hardy; Phillips, 2002; Guo; Acar, 2005). Esta perspectiva de associação dos menos poderosos para equilibrar as capacidades (Huxham; Beech, 2009) e ter a possibilidade de controlar recursos e definir propósitos para enfrentamento de problemas sociais (Ansell; Gash, 2007) está fortemente alicerçada na perspectiva das organizações enquanto exclusivamente voluntárias em sua condição de agência. No entanto, ao assumir tal perspectiva, a literatura sobre parceria social negligencia o aspecto dual da estrutura e da agência enquanto co-formadoras umas das outras, bem como negligenciam o fato de a estrutura delimitar o espaço de ação das organizações, sejam elas com alta ou baixa capacidade de ação. Desta forma, episódios que surgem no campo em decorrência da relação entre agência e estrutura podem também ser considerados como pontos que levam determinada organização a se associar a outras em virtude do enfrentamento de um metaproblema, seja ela dotada de capacidades e poder ou não.

O quarto ponto atrelado a este grande grupo diz respeito às arenas e sua concepção na literatura. Dois aspectos fundamentais presentes na literatura selecionada na revisão do segundo capítulo destacam a formação das arenas enquanto ponto de conexão entre os setores estatal, privado e terceiro setor, e tratam as arenas de CSSP como elementos isolados do restante do campo. Ao definir as formas de associação de dois ou três setores entre os setores estatal, privado e terceiro setor, Selsky e Parker (2005) difundiram na literatura de parceria social intersetorial a ideia da existência de quatro grandes arenas possíveis onde ocorrem as relações interorganizacionais. Isto foi continuado, entre outros estudos, por Seitanidi (2008) que advoga que a formação da arena é fruto do compartilhamento das capacidades de dois ou três setores. Também, estas arenas tiveram seu propósito atribuído à concepção chave de resolução de metaproblemas (Parker; Selsky, 2004), tendo como recorte metodológico a observação somente de uma ou mais arenas que busquem a resolução deste metaproblema. Isto nos abre a possibilidade de contribuir em dois pontos fundamentais, sendo o primeiro a inclusão de organizações internacionais nas arenas, e o segundo a relação da arena principal com uma contra-arena.

Quando os autores apresentam quatro arenas passíveis de investigação (Selsky; Parker, 2005) e buscam consolidar esta possibilidade de pesquisa (Parker;

Selsky, 2004; Bryson; Crosby; Stone, 2006, 2015; Babiak, 2007; Babiak; Thibault, 2009; Seitanidi; Lindgreen, 2010; Bishop; Waring, 2016), surge no campo de pesquisa dois problemas que influenciam no desenvolvimento da forma como compreendemos parcerias sociais intersetoriais e arenas. O primeiro problema diz respeito ao distanciamento que ocorre entre o grupo dos setores estatal, privado e terceiro setor, e o grupo de organizações internacionais que não compõem estes setores. O segundo problema diz respeito à tentativa de compreender arenas e parcerias sociais de modo isolado, sem considerar que estas estão em um campo maior que a própria arena e, por isso, em relação com outras partes do campo.

Neste sentido, tomando por base o trabalho de campo e análise do *corpus*, afirmamos que uma organização internacional específica se consolidou como um dos principais *players* quando o assunto está relacionado com o combate de trabalho escravo e promoção do trabalho decente. Esta organização – OIT – possui uma estrutura tripartite, ou seja, engloba governos e organizações de empregadores e trabalhadores, o que a torna impassível de categorização em um setor específico. Assim, a composição de quatro arenas possíveis, conforme apresentado na revisão da literatura, não comporta a realidade da parceria social investigada nesta pesquisa. Disso, surge a necessidade de compreender as arenas como formadas pela conexão de duas, três ou quatro partes, sendo estas partes os setores estatal, privado e terceiro setor, conforme já revelado por Selsky e Parker (2005), e uma espécie de quarto setor⁶³, que englobaria outras organizações que não se encaixam na tipologia da perspectiva sociológica dos três setores. Assim, temos a possibilidade de observar sete tipos diferentes de arenas ao invés de quatro, que podem ser a associação dos setores estatal, privado, terceiro setor e do quarto tipo que envolve organizações internacionais não passíveis de alocação em um dos três primeiros setores.

O segundo problema advém da tentativa dos autores anteriormente mencionados em compreender as arenas de parceria social de modo isolado. No entanto, cabe discutir se a observação das arenas de parceria social – cujo propósito

⁶³ É importante diferenciar o quarto setor aqui mencionado do setor quaternário que engloba a atividade intelectual. O primeiro está atrelado à perspectiva sociológica dos setores (setor estatal, setor privado, e iniciativas privadas com fins públicos), e o segundo está atrelado à ideia dos três setores econômicos (matéria-prima, indústria, comércio e serviço).

é a resolução de metaproblemas – é suficiente para a compreensão de CSSP. Também por meio do trabalho de campo, foi possível perceber que a forma como a ideia de arenas é tratada pela literatura não é satisfatória para compreender especificamente o fenômeno investigado.

Por isso, com o intuito de considerar a arena principal como conectada a um campo maior de relações, foi construída a concepção de um outro tipo de arena que, por não possuir propósito de resolução de metaproblemas, foi denominado aqui de contra-arena. Embora o intuito de Selsky e Parker (2005) e outros (Seitanidi, 2008; Seitanidi; Green, 2010; Bryson; Crosby; Stone, 2015; Bishop; Waring, 2016) tenha sido compreender especificamente as parcerias sociais interorganizacionais e, por isso, se situar em uma arena específica, este recorte não permite ver outros elementos do campo que também estão relacionados com a construção e reconstrução de determinada CSSP. Estes elementos, tais como episódios e paradoxos, são fundamentais para compreender as capacidades da CSSP, seu processo de formação e amadurecimento, e, quando situada em um campo maior, o desdobramento da parceria social em ações e práticas organizacionais e interorganizacionais. Desta forma, advogamos também pela ampliação da concepção de arenas com a inclusão do conceito de contra-arena, porém com a ressalva de que, por se tratar de um fruto da pesquisa qualitativa, pode ser uma especificidade atrelada somente à CSSP e à arena investigadas.

5.2 Sujeitos e o Campo

O segundo grupo formado a partir das lacunas teóricas e evidenciado no campo de pesquisa aborda os atores, suas posições de vantagem, suas capacidades de fortalecer laços e legitimar pautas, e sua função catalítica. Abordamos atores de um modo geral relacionados com sua posição de vantagem, e, especificamente, *conveners* e *boundary spanners* atrelados à CSSP. Além destes pontos, também é resgatado, por meio do recorte da literatura, o caráter exclusivamente voluntário dos sujeitos vinculados à parceria social, sendo que neste ponto buscamos mostrar também a relação dos sujeitos com episódios e paradoxos,

e a estrutura como fator delimitador da ação, bem como a estrutura e os episódios como formados pelos sujeitos e formadores destes sujeitos. Para tal, os quatro pontos desta discussão serão permeados com a perspectiva que associa os atores aos episódios e paradoxos.

Os *conveners* e *spanners* são considerados, tomando por base o recorte da literatura de CSSP, como fortalecedores de laços entre as partes da parceria social, uma vez que possuem legitimidade e credibilidade frente aos atores e organizações desta parceria (Wood; Gray, 1991; Kalegaonkar; Brown, 2000; Bryson; Crosby; Stone, 2005; Feldman et al, 2006). Desta postura destes atores, surge também sua função catalítica, que é a de acelerar o movimento de outros atores e organizações para promover a parceria social entre eles (Brass et al, 2014). Devido a esta atribuição, estes dois atores chave no processo de formação da parceria social são considerados como atores-ponte, ou seja, com a possibilidade de conectar diversos sujeitos, grupos e organizações em torno de determinada pauta adotada pela parceria social (Maguire; Hardy; Lawrence, 2004). Ainda, a atuação destes atores chave, também de acordo com o recorte teórico, está atrelada à posição deles no campo, o que determina suas capacidades de agir frente às demandas da parceria social (Maguire; Hardy; Lawrence, 2004), e também está atrelado ao fato de parte destes atores – os *conveners* – terem a capacidade de dar condições para o surgimento das parcerias sociais (Hayward, 2010).

No entanto, cabem algumas complementações a esta perspectiva ilustrada no recorte teórico. A primeira complementação diz respeito à inserção dos episódios e dos paradoxos enquanto enfraquecedores e fortalecedores de laços, acompanhando, nesta última, a ação dos *conveners* e dos *spanners*. O segundo aspecto busca complementar a ideia que trata os atores chave como catalíticos, sendo que neste ponto eu resgato a pesquisa de campo para inserir a ideia de que os atores chave também servem como conexão entre a parceria social e os episódios e paradoxos que surgem no campo. O terceiro aspecto busca contribuir trazendo a ideia de que os atores chave não são somente legitimadores de pautas que envolvem metaproblemas, como também têm a capacidade de enfraquecer demandas da contra-arena. Por fim, a última complementação a esta perspectiva teórica é a tentativa de ilustrar que os atores chave não possuem posições de vantagem

enquanto algo fixo, mas estas posições são itinerantes, e o que as movem são os episódios e os paradoxos que surgem no campo. Estas contribuições estão, novamente, conectadas à característica voluntarista adotada pela perspectiva teórica recortada que aborda CSSP, e, por isso, nossa contribuição busca incrementar esta perspectiva por meio da inserção de elementos da estrutura, bem como de episódios e paradoxos existentes no campo.

Um dos pontos advogados pela literatura, conforme apresentado no primeiro parágrafo deste tópico, é o fato de os *conveners* serem os atores essenciais no processo de estreitamento de laços entre sujeitos e ou organizações que buscam desenvolver determinado tipo de parceria social (Wood; Gray, 1991; Kalegaonkar; Brown, 2000; Bryson; Crosby; Stone, 2005; Feldman et al, 2006). Até certo ponto, isto pôde ser evidenciado durante a pesquisa de campo, e é contemplado na análise do *corpus*. Das quatro grandes capacidades identificadas no campo, cada um dos *conveners* observados possui três delas, sendo a capacidade de influenciar em setores específicos, de direcionar cadeias produtivas quando relacionadas com a pauta de combate ao trabalho escravo, e de realizar *advocacy*. Devido a estas capacidades, corroboramos a ideia dos autores que defendem que *conveners* possuem aparato para estreitar laços em torno de um metaproblema.

Por outro lado, quando observamos o processo de estreitamento de laços, é possível entender que não somente os *conveners* – sob uma perspectiva voluntarista – são passíveis de tal atribuição. Os episódios e paradoxos que surgem no campo também atuam como elementos fortalecedores e ou enfraquecedores de laços. Isto ocorre porque determinados episódios restringem, por um lado, a capacidade de ação e associação de alguns sujeitos e ou organizações, mesmo com a investida dos *conveners* em aproxima-los da pauta social em questão, e, por outro lado, aumentam as capacidades associativas e, portanto, caminham no mesmo sentido que as ações e práticas realizadas pelos *conveners*. Desta forma, os episódios possuem um lado que pode atuar frente ao estreitamento das partes da parceria social e outro lado que pode servir como fonte de distanciamento destas.

No mesmo sentido que os episódios, os paradoxos também podem ter este papel. Em uma situação paradoxal, sujeitos e organizações se rearranjam no campo. Isto ocorre porque, quando deparados com a situação paradoxal, sujeitos e

organizações adotam posturas distintas que buscam atender a seus propósitos – de acordo com uma perspectiva voluntarista, mas também possuem suas capacidades e ações circundadas pela estrutura, pelas capacidades de outras organizações e sujeitos e pelas relações de poder entre eles, o que pode culminar na adoção de determinada postura frente ao metaproblema que não condiz com a postura adotada anteriormente ao surgimento do paradoxo, e ou não condiz com as investidas dos *conveners* para aproximação e estreitamento das partes em torno do metaproblema em questão.

O segundo ponto advogado pela literatura indica o papel catalítico dos *conveners* e *spanners*, em que estes atores chave exercem a função de acelerar a formação da parceria social, consolida-la ao longo do tempo e também de trazer novas partes para a mesa de resolução do metaproblema localizada dentro da arena principal (Maguire; Hardy; Lawrence, 2004; Brass et al, 2014). Conforme evidenciado no campo de pesquisa, devido às capacidades dos atores chave, estes atuam de fato com a postura de catalisar a parceria social frente à resolução do metaproblema.

No entanto, esta perspectiva presente na literatura novamente se debruça exclusivamente em uma perspectiva voluntarista e, por isso, incompleta. Neste sentido, cabe resgatar que os sujeitos chave também têm como ação e prática a concepção de episódios, a concepção de pontos de reconfiguração e a disseminação destes pontos, e a recepção de episódios, em que os dois primeiros também estão associados, embora não em sua totalidade, à perspectiva voluntarista. O terceiro e o quarto elementos – disseminação de pontos de reconfiguração e recepção de episódios estão atrelados com a perspectiva estrutural, na qual o sujeito chave não possui exclusivamente sua capacidade voluntária, mas também atua como ponto conector entre ação e estrutura, e entre parceria social e episódios, paradoxos e pontos de reconfiguração. Neste sentido, temos os sujeitos chave atuantes como promotores da integração da parceria social enquanto sujeitos catalíticos, mas temos também que estes sujeitos possuem a capacidade de identificar episódios ocorridos no campo e canalizar isto para dentro da arena principal ou, mais especificamente, para a parceria social. E temos também que estes atores chave atuam como disseminadores dos pontos de reconfiguração, ou seja, trazem do campo para a CSSP os mecanismos alternativos estruturados, as novas composições nas relações

de poder existentes no campo, e os novos modos de produção de conteúdo e conhecimento.

O terceiro ponto presente no recorte teórico adotado defende que os atores chave – *conveners* e *spanners* – possuem papel essencial para legitimar pautas relacionadas ao metaproblema. Este papel está associado a suas capacidades de influenciar outros atores envolvidos e convoca-los para a mesa de discussão do metaproblema (Wood; Gray, 1991; Kalegaonkar; Brown, 2000; Bryson; Crosby; Stone, 2005; Feldman et al, 2006). O trabalho de categorização do *corpus* nos permite corroborar esta perspectiva, uma vez que os atores chave são os principais sujeitos no que diz respeito aos elementos da arena principal de desenvolvimento de mecanismos institucionais, mobilização do setor privado e promoção de *advocacy*. Principalmente atrelados aos *conveners* investigados, estes três elementos permitem confirmar a perspectiva que afirma a capacidade destes *conveners* em legitimar pautas, por meio do processo desenrolado em direção destes três elementos.

Por outro lado, quando tratamos destes elementos dentro da arena principal e gerados por *conveners*, isto culmina no surgimento de episódios no campo de combate do trabalho escravo. Estes episódios, por sua vez, têm relação também com a contra-arena. Uma vez construídos, possuem a capacidade de minar as investidas da contra-arena em sua tentativa de derrubar ou minimizar ações e práticas que buscam a erradicação do trabalho escravo. Desta forma, temos que os atores chave, principalmente os *conveners*, conseguem enfraquecer a contra-arena, via formação de episódios, e, conseqüentemente, fortalecer o campo de combate do trabalho escravo.

O último debate trazido neste tópico diz respeito ao fato de a literatura em *cross-sector social partnership* enfatizar que os sujeitos de um modo geral e os atores chave de um modo específico possuem posições de vantagem naquele campo em que se busca a resolução de um metaproblema (Maguire; Hardy; Lawrence, 2004; Hayward, 2010). No entanto, este recorte da literatura indica as posições de vantagem como algo estático. Embora o termo ‘estático’ ou termo similar não tenha sido encontrado no recorte teórico, a abordagem de CSSP atribui esta posição de vantagem como algo conquistado, dentro de determinado campo de resolução de um metaproblema via relações interorganizacionais, e, embora não seja considerado

como fixo, não apresenta o aspecto dinâmico das posições de vantagem. Neste sentido, este último debate nos permite trazer um elemento essencial presenciado no campo, que é a posição itinerante de vantagem. Embora algumas posições tenham sido vistas como fixas, ou pouco fluidas, durante o trabalho de campo, tais sujeitos como *conveners*, *spanners* e outros *players* essenciais no processo de formação da arena principal, da contra-arena e da parceria social investigada, temos como contribuição advogar o carácter fluido destas vantagens e, por isso, a denominamos de posições itinerantes de vantagem.

Apesar de não termos um estudo comparativo que permita entender as relações entre paradoxos, episódios e posições de vantagem, foi possível compreender, por meio da análise do *corpus*, que em momentos em que paradoxos e episódios estão menos presentes no campo de erradicação, as posições de vantagem são mantidas por maior tempo; por outro lado, após o surgimento do Pacto Nacional e aumento na incidência de episódios essenciais e paradoxos, as posições de vantagem foram reconfiguradas com maior fluidez⁶⁴. Desta forma, a comparação realizada tem duas estacas temporais – uma anterior ao surgimento do Pacto Nacional e outra posterior, conforme mostrado na segunda categoria dos episódios – o que nos permitiu compreender a relação entre posições itinerantes de vantagem e a incidência de episódios e paradoxos. Nesta comparação, resgatamos que a maior presença de alteração na composição das posições de vantagem está atrelada com paradoxos que possuem seus polos concomitantemente, que ocorrem no mesmo espaço, possuem impactos diretos ou intermediários na CSSP, e cujo ponto focal do paradoxo está relacionado com as práticas de *advocacy*.

Estas contribuições focam em aspectos diferentes entre si, porém focam também na tentativa de argumentar sobre a perspectiva voluntarista largamente presente na literatura de CSSP. Neste sentido, os debates realizados neste tópico trouxeram outros elementos de discussão, mas também estão associados com as discussões sobre o papel dos episódios e paradoxos no bojo das

⁶⁴ Ressalto, neste ponto, que não considere as alterações de vantagem quando ocorridas por fatores não conectados à dinâmica do campo de erradicação. Alguns destes fatores podem ser demissão de determinado sujeito que era vinculado à parceria social por intermédio de uma organização, à promoção ou alteração de função de determinado sujeito, entre outros.

relações interorganizacionais em torno de um metaproblema, e associados também com o caráter limitador que a estrutura tem frente à ação, o que não nos deixa a possibilidade de observar apenas o aspecto voluntarista das dinâmicas neste campo.

5.3 Capacidades, Episódios e Paradoxos

O terceiro grupo, formado a partir do recorte teórico e por meio da observação do campo de pesquisa, envolve aspectos tais como as tensões inerentes a cada arena, formas de alteração dos fluxos de poder e capacidades, e paradoxos presentes no campo. Neste sentido, cabe trazer argumentos que englobam as tensões enquanto algo inerente a cada arena e também às duas arenas relacionadas, existência de alterações do fluxo de poder dentro da parceria social e das organizações que a compõe porém com o argumento de que os paradoxos e episódios alteram estas tensões, e paradoxos como algo interno às organizações porém também como algo presente no campo e que existe em determinada parte do campo e influencia outra parte deste mesmo campo.

No primeiro ponto, existe a argumentação teórica de que as tensões presentes no campo interorganizacional estão presentes na arena principal, surgindo nesta arena e a afetando. Desta forma, as tensões que rodeiam especificamente as parcerias sociais e, de modo mais abrangente, as relações interorganizacionais são, nesta ótica, construídas e dedicadas exclusivamente à arena principal (Lewis, 2000; Waddell, 2000; Babiak; Thibault, 2009; Smith; Lewis, 2011; Bishop; Waring, 2016; Putnam; Fairhurst; Banghart, 2016). Esta visão está atrelada ao fato de as parcerias serem localizadas, de acordo com o recorte teórico, na arena principal, e não haver a consideração de outras arenas que possuem interface com a parceria social.

No entanto, tomando por base as categorias construídas, temos que as tensões da arena principal influenciam, de algum modo, na contra-arena e vice-versa. Isto se dá pelo fato de que os pontos de reconfiguração – criação de mecanismos alternativos, reconfiguração das relações de poder ao longo de cadeias produtivas, e alteração do modo de produção de conteúdo e conhecimento – quando transformados em episódios ou paradoxos, permitem o surgimento de tensões em

determinada arena e, também devido a estes pontos de reconfiguração, conduzem estas tensões à arena oposta. Desta forma, de modo recursivo, temos que ao mesmo tempo que os pontos de reconfiguração podem criar episódios que culminam em tensões em determinada arena, estes mesmos pontos de reconfiguração conectam as tensões que surgiram em determinada arena com as ações e práticas da arena oposta.

Como forma de ilustrar este movimento, uma vez que surge um mecanismo alternativo de erradicação do trabalho escravo criado pelos sujeitos e organizações da arena principal, isto se transforma em um episódio que culmina no desenvolvimento de tensões na contra-arena; por outro lado, a reconfiguração das relações de poder ao longo de cadeias produtivas que se situam na contra-arena pode culminar em um episódio de derrubada da Lista suja que produz tensões na arena principal. Desta forma, temos que as tensões não estão presentes somente em determinada arena e nela exercem o papel de reconfiguração das posições de sujeitos e organizações e a criação de episódios e paradoxos, conforme advoga a literatura de CSSP. Mas temos também que, pelo fato de termos construído a ideia de uma contra-arena nesta tese, as tensões produzidas em uma arena influenciam as ações e práticas em sua arena oposta.

Outro ponto de discussão neste tópico é sobre a alteração de fluxos de poder e capacidade dentro da parceria social e das organizações que a compõe. Olhando pela ótica que parte da existência de apenas uma arena, e tendo como ponto focal a parceria social ou a 'única' arena, Oliver (1990) e Huxham e Beech (2009) de que os fluxos existentes dentro da parceria social são alterados conforme se alteram as condições das organizações parceiras e conforme ocorrem novas disputas dentro desta parceria social. Desta forma, os autores indicam que existem dois pontos de alteração dos fluxos de poder e capacidades: o primeiro em nível de parceria social por intermédio do interlocutor de determinada organização que compõe a parceria social, e o segundo advindo das outras partes das organizações que compõem a parceria social. Isto dá a esta abordagem um caráter quase exclusivamente voluntarista.

No entanto, conforme apresentado na análise do *corpus*, os fluxos de poder são alterados por meio de duas grandes fontes – agência e estrutura – e por

meio de cinco pontos. Em termos de agência, corroboramos a visão de Oliver (1990) e Huxham e Beech (2009), uma vez que definimos também a alteração dos fluxos de poder e capacidades por intermédio do sujeito membro da parceria social e representante de determinada organização, e também por intermédio das alterações nos fluxos de poder e capacidade dentre da organização associada. Ainda na dimensão de agência, também temos que as alterações dos fluxos na contra-arena podem culminar em alterações na arena principal, e vice-versa. No entanto, a forma de conexão entre estas duas arenas e o modo como elas influenciam uma na outra no que tange a mudança dos fluxos estão atrelados com os pontos de reconfiguração e a possibilidade destes em desenvolver novos episódios no campo, e com as capacidades dos sujeitos em absorver as novas demandas delineadas por tais episódios, sendo que estes dois pontos ocorrem respectivamente em nível de estrutura e de agência. Por outro lado, em nível de estrutura, temos que o surgimento de episódios, mesmo quando não resultantes dos pontos de reconfiguração, são insumo para a alteração dos fluxos de poder e capacidades presentes na arena principal e na contra arena.

Por fim, o último ponto que cabe ressaltar neste tópico é o fato de o recorte teórico em CSSP enfatizar a existência de paradoxos como algo inerente às organizações que fazem parte da parceria social e inerente à própria parceria social (Poole; Van de Ven, 1988; Lewis, 2000; Babiak; Thibault, 2009; Smith; Lewis, 2011; Schad et al, 2016; Fairhurst et al, 2016). Neste recorte, os autores assumem que os paradoxos são construídos dentro das organizações que fazem parte das parcerias sociais e dentro da parceria em si; também assumem que a ideia de paradoxo e a forma de investiga-lo são situados dentro da parceria social, desconsiderando, portanto, outros aspectos do campo. Isto também está atrelado ao fato de, nesta perspectiva teórica, apenas um tipo de arena ser considerado, sem haver a construção da ideia de uma contra-arena.

Neste sentido, corroboramos a ótica de que os paradoxos existem também em nível de organização associada à parceria social e em nível de CSSP. No entanto, enfatizamos que os paradoxos também surgem fora da CSSP e em esferas que não estão diretamente conectadas a esta. Neste caso, paradoxos podem emergir na mesma arena, porém externa à parceria social, tal como dentro de organizações

que atuam paralelamente à CSSP mas dentro da pauta que engloba o metaproblema do trabalho escravo. Ainda, paradoxos podem emergir também na contra-arena, tais como as investidas de determinado setor da indústria para a derrubada da Lista Suja ao mesmo tempo que organizações deste setor fazem parte da arena principal de combate ao trabalho escravo. Por fim, paradoxos também podem emergir em determinado setor que possui entes – sujeitos e ou organizações – em ambas as arenas, como é o caso do setor estatal, que fez constituir um paradoxo no qual membros de uma mesma esfera do setor estatal buscavam atender às demandas pela derrubada da Lista Suja e, ao mesmo tempo, revogar a decisão de derrubada. Nestes dois últimos casos, os paradoxos são conectados por intermédio dos pontos de reconfiguração e por intermédio de *spanners* e *conveners*, uma vez que estes possuem capacidades de conectar elementos do campo com a parceria social.

Assim, contribuímos neste ponto com a afirmativa de que os paradoxos estão presentes dentro de organizações associadas à parceria social, dentro da parceria social em si, dentro da arena principal, porém sem relação direta com a CSSP, dentro da contra-arena, e em esferas que envolver parte das duas arenas. Em todos estes âmbitos, os paradoxos influenciam ações e práticas dos sujeitos envolvidos com as parcerias sociais, conforme apresentado na categorização especificamente de atores da CSSP e de capacidades e poder.

5.4 Conclusões Emergentes

Derivados da análise do *corpus* e da discussão, apresentamos alguns conceitos desenvolvidos ao longo desta tese que podem contribuir com a literatura de CSSP, principalmente com o recorte desta literatura desenhado no segundo capítulo desta tese. Ainda na conclusão deste capítulo, apresentamos também o aspecto central dos episódios e paradoxos, bem como da relação recursiva e temporal entre as dimensões micro e macro no que tange à forma de compreensão das relações interorganizacionais e, mais especificamente, das parcerias sociais.

O primeiro conceito essencial para a compreensão da parceria social e seus desdobramentos foi denominado de contra-arena. Embora possa parecer óbvia

a apresenta de atores e organizações divergentes no campo interorganizacional, a literatura que estuda *arenas* não havia indicado a possibilidade de compreendê-las por meio da construção teórica de uma contra-arena. Neste sentido, apresentamos este elemento como uma forma de dimensionar as arenas entre favoráveis ou desfavoráveis às ações e práticas interorganizacionais para resolução de um metaproblema. Assim, a contra-arena se constitui como o polo oposto da arena principal na qual a parceria social está situada. Isto nos permite ampliar o campo de visão para teorização sobre as relações interorganizacionais em contexto de mudança social, melhor compreender os campos de lutas e disputas nos quais a parceria social intersetorial se situa, e também envolver o ambiente complexo no qual a CSSP se localiza. Sumariamente, definimos *contra-arena* como o espaço em que ocorrem lutas, conflitos, ações e práticas que, juntos, têm a capacidade e possibilidade de minar as investidas da arena principal no que diz respeito à resolução de um metaproblema.

Atrelado a este primeiro conceito, trazemos a ideia de *pontos de reconfiguração*, ou seja, pontos específicos de ação e prática que permitem à parceria social, por meio de seus agentes, trazer para dentro de si as dicotomias presentes no campo. Estes pontos de reconfiguração são desdobrados em três aspectos ou subcategorias, sendo eles a criação de mecanismos alternativos de erradicação, reconfiguração das relações de poder e capacidades ao longo de cadeias produtivas, e alteração na forma de produção de conteúdo e conhecimento. Este conceito é essencial por permitir a conexão da arena principal com a contra-arena, embora nos permita compreender as ações, práticas e investidas da contra-arena em direção à arena principal e como esta segunda vincula o exercício da contra-arena em direção às parcerias sociais, sujeitos e organizações presentes em seu bojo.

Um terceiro conceito resgatado aqui é denominado de *posições itinerantes de vantagem*, atrelado aos dois conceitos anteriores. Embora a literatura abarque as posições de vantagem enquanto algo fluido, não o faz considerando aspectos da estrutura ou estruturantes. Por este motivo, adotamos a terminologia *itinerante*, com o intuito de mostrar que as posições de vantagens dos sujeitos e organizações são extremamente dinâmicos e condizem com um espaço complexo de lutas e dicotomias. Desta forma, conceituamos *posições itinerantes de vantagem* como o processo de reconfiguração dos sujeitos e organizações frente ao

metaproblema, sendo que esta reconfiguração ocorre por meio dos agentes, por meio de aspectos consolidados na estrutura, e por meio dos aspectos estruturantes tais como episódios e paradoxos.

Estes três conceitos estão intimamente conectados com a ideia de episódios e paradoxos. Estes dois elementos permitem compreender a conexão entre a arena principal e a contra-arena, o processo de reconfiguração das posições de vantagem, e o processo de canalização dos pontos de reconfiguração. Tais possibilidades oferecidas por episódios e paradoxos estão atreladas ao fato de estes dois elementos serem estruturantes no campo, ou seja, permitirem a conexão da dimensão de agência com a dimensão de estrutura. Ainda, em termos metodológicos, observar a relação de elementos estruturais e de agência conectados aos episódios nos permite teorizar sobre a complexidade do campo onde as parcerias sociais e, de modo mais abrangente, as relações interorganizacionais para mudança social se situam.

De forma complementar, os três conceitos construídos, bem como a indicação de paradoxos e episódios como elementos conectores de diferentes dimensões, devem ser acompanhados da visão que adota a perspectiva de recursividade temporal. Desta forma, temos que as relações interorganizacionais para erradicação do trabalho escravo estão preenchidas pelos conceitos acima mencionados. No entanto, estas relações interorganizacionais devem ser observadas por meio do entendimento de que existe um reflexo entre agência-estrutura, e agência-agência, sendo isto um processo recursivo entre estas dimensões que ocorre ao longo do tempo e, portanto, permite as mudanças sociais ou sua supressão.

CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 Síntese da Tese

A questão norteadora desta tese foi compreender as relações interorganizacionais e seus desdobramentos provenientes da luta pela erradicação do trabalho escravo no contexto brasileiro atual. Para isto, foram desenvolvidos concomitantemente alguns pontos que permitiram responder a esta questão. Por meio da revisão de literatura, foi construído um quadro conceitual que permitiu realizar as discussões sobre parceria social intersetorial e sua relação tanto com o campo maior quanto com os agentes presentes neste campo. Ao longo da pesquisa de campo, foram investigados os principais episódios presentes no campo, entre os anos de 1990 e 2015, relacionados com a formação da parceria social em questão. Neste mesmo sentido, foram identificados e explorados paradoxos existentes neste campo, advindos dos setores estatal, privado e terceiro setor. Também relacionado a estes dois pontos, buscamos explorar as relações e conexões de *conveners* e *spanners* entre si, com outros atores da CSSP e fora dela, e também com os episódios e paradoxos existentes no campo. Por fim, buscamos observar e explorar os fluxos de poder e capacidades dentro da CSSP e desta para outras esferas.

Para observar, explorar e desenvolver estes pontos, me debrucei na pesquisa qualitativa em sua forma indutiva, procurando realizar o trabalho de campo concomitantemente à composição do quadro conceitual desta tese. Para tal, foram utilizados essencialmente observação de campo e anotações, entrevistas em profundidade realizadas com sujeitos informantes membros ou parceiros da CSSP, e levantamento de documentos, entre 1990 e 2000, relacionados com episódios e paradoxos presentes no campo e atrelados à formação da parceria social investigada. Estes procedimentos foram adotados tendo como foco uma parceria social específica que busca a erradicação do trabalho escravo no Brasil e que conecta os setores estatal, privado e terceiro setor em suas ações e investidas. Em seguida, o *corpus* derivado do conteúdo construído durante o trabalho de campo foi tratado por meio de sua rotulação, codificação e categorização, o que permitiu o surgimento de cinco

grandes temas e de categorias específicas que foram discutidos, posteriormente, à luz do recorte teórico desta tese.

Este recorte teórico diz respeito à abordagem que investiga relações interorganizacionais especificamente em contexto de mudança social. Este norte teórico, denominado *cross-sector social partnership*, envolve como pauta um metaproblema social, e discute os desdobramentos teóricos atrelados aos setores estatal, privado e terceiro setor. Para isto, discute especificamente o caráter voluntarista das parcerias sociais e de seus membros para resolução daquele metaproblema, buscando teorizar sobre os fluxos de poder, dimensões de sujeitos atuantes dentro da parceria social, e os paradoxos internos concernentes às organizações parceiras. Este cenário está localizado dentro do conceito de arena, que diz respeito ao campo no qual estão presentes os três setores e de onde emerge a parceria social. O delineamento do quadro conceitual permitiu a derivação de três grandes grupos de lacunas teóricas, sendo eles: (a) *parceria social, organizações e arenas*, (b) *sujeitos e o campo*, e (c) *capacidades, episódios e paradoxos*.

Advindo da pesquisa de campo, da análise do *corpus* e do recorte teórico, foram definidos cinco grandes temas para nortear as discussões desta tese, tomando como base as lacunas teóricas definidas nos três grandes grupos. Estes temas foram classificados como *episódios, arenas de relações interorganizacionais, sujeitos relacionados, capacidades e poder, e paradoxos*. Dentro de cada tema, emergiram categorias que nos permitiram dialogar com o quadro conceitual desenvolvido e, desta forma, buscar preencher as lacunas presentes no campo teórico.

6.2 Contribuições e Implicações

Em termos de contribuição e implicações desta tese, temos a principal crítica ao recorte teórico, o que serviu como eixo para grande parte do desenvolvimento das contribuições desta tese; temos a principal contribuição, que buscou olhar o fenômeno das relações interorganizacionais e da parceria social de modo a complementar a abordagem existente e, por isso, suprir a crítica anteriormente

mencionada; e, por fim temos a principal contribuição metodológica que nos permitiu explorar o campo de um modo mais amplo e em maior profundidade simultaneamente, abrangendo diversas esferas atreladas à parceria social e à arena principal.

A principal crítica, advinda do recorte teórico feito por esta tese, foi a visão essencialmente e quase exclusivamente voluntarista dos estudiosos de *cross-sector social partnership*. Este ponto trouxe consigo as limitações para entender o sujeito como alguém que age, mas também como alguém que possui a ação limitada e delimitada pela estrutura; e as limitações para entender como os aspectos estruturantes – tais como episódios e paradoxos – têm importância na compreensão da dinâmica de uma parceria social em contexto tão complexo.

Atentos a esta principal crítica, buscamos contribuir por meio da conexão entre agência e estrutura, e principalmente por meio da inserção dos elementos estruturantes presentes no campo de relações interorganizacionais. Desta forma, esperamos ter produzido conteúdo teórico que permite compreender a complexidade das parcerias sociais, contextualizando-as em um campo mais vasto, e compreendendo seus desdobramentos que vão desde sujeitos conscientes e com poder de agência até aspectos delimitadores da estrutura sobre a ação.

Por fim, a principal contribuição metodológica desta tese também está envolvida com os episódios. Busquei incluir ao longo das observações, entrevistas e levantamento de documentos um olhar específico para algo que estava conectando os sujeitos da parceria social com sujeitos da mesma arena e também com aqueles da contra-arena (conceito este ainda não existente naquele momento, embora a noção estivesse presente), bem como algo que conectava sujeitos, ações, práticas e estrutura. Desta forma, atento ao conceito de episódio de Giddens, procurei observar os diversos episódios presentes nos materiais de campo escritos e ou falados. Quando identificados, o olhar específico para os episódios me permitiu compreender maior amplitude do campo no qual a parceria social estava situada, me oferecendo a possibilidade de elucidar teoricamente os cinco grandes temas e desenvolver também conceitos emergentes.

6.3 Limitações e Complementações por Pesquisas Futuras

Esta tese possui alguns aspectos que limitaram maior entendimento do campo de pesquisa. Estes aspectos limitadores estão atrelados exclusivamente com a escolha do recorte metodológico que, embora justificada, tenha sido um fator de relevância após a análise do *corpus*.

Durante o processo de investigação do campo, foram observadas basicamente várias dimensões de relações entre sujeitos e organizações em torno da parceria social selecionada, bem como a fala destes e levantamento de documentos sobre aspectos de outras esferas. Neste sentido, a primeira limitação destacada diz respeito ao fato de eu não ter investigado a contra-arena por intermédio de organizações e sujeitos pertencentes a ela. Embora o conceito de contra-arena tenha sido construído durante a análise, foram usados sujeitos informantes apenas da arena principal, o que pode ter sido um fator limitador para categorizar e compreender com maior profundidade os aspectos e elementos engendrados na contra-arena. Este fator foi limitado exclusivamente pela falta de acesso a esta contra-arena, uma vez que, mesmo sem ter o conceito desta contra-arena definido, havia a noção de sua existência. Desta forma, isto abre espaço para pesquisas futuras que busquem melhor compreender as relações interorganizacionais que ocorrem em torno da pauta de erradicação do trabalho escravo, podendo a investigação da contra-arena complementar os resultados desta tese.

O segundo aspecto limitador foi a observação de somente uma parceria social enquanto eixo de todas as relações interorganizacionais em torno do metaproblema do trabalho escravo. Embora o recorte de se investigar somente uma parceria social tenha sido intencional, isto ocasionou no problema de falta de comparação das relações interorganizacionais e das parcerias sociais intersetoriais no contexto de mudança social brasileiro. Desta forma, isto abre espaço para que sejam pesquisadas duas ou mais parceria sociais simultaneamente, o que pode levar à criação de categorias mais robustas para se compreender este fenômeno, bem como pode levar ao melhor dimensionamento destas categorias, o que culminaria em maior aproximação metodológica em relação à teoria fundamentada nos dados.

Por fim, o último aspecto limitador conhecido foi o recorte temporal desta tese. Apesar de esta tese ter sido construída a partir de um trabalho de campo que perdurou por quase dois anos, notei que as dinâmicas do campo foram acentuadas após o término deste recorte. Assim, um recorte temporal mais longo em termos de observação talvez possibilite ao pesquisador englobar mudanças de maior impacto nas relações interorganizacionais da parceria social. Isto, por sua vez, pode culminar no desenvolvimento de categorias de análise e categorias explicativas mais robustas e melhor dimensionadas, também se aproximando mais da abordagem metodológica da teoria fundamentada nos dados.

REFERÊNCIAS

- Ahuja, G; Soda, G. & Zaheer, A. (2012). The genesis and dynamics of organizational networks. *Organization Science*, v. 23, n. 2, p. 434-448
- Aguilera-Caracuel, J; Aragón-Correa, J. & Hurtado-Torres, N. (2011). Extending the literature on the environmental strategy of MNEs. *Multinational Business Review*, v. 19, n. 4, p. 299-310.
- Akhmouch, A. (2012). Good Governance. 6th WWF Condition for Success 1. Disponível em: <https://goo.gl/177xT9>
- Allain, J. (2008). *The Slavery Conventions*: the travaux préparatoires of the 1926 League of Nations Convention and the 1956 United Nations Convention. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers.
- Alter, C. & Hage, J. (1993). *Organizations working together*. London: Sage Publications.
- Amos, K. (2010). Governance and governmentality: relation and relevance of two prominent social scientific concepts for comparative education. *Educação & Pesquisa*, v. 36, n. spe, p. 23-38.
- Ansell, C. & Gash, A. (2007). Collaborative Governance in Theory and Practice. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 18, n. ?, p. 543-571.
- Aragón-Correa, J. & Rubio-López, E. (2007). Proactive corporate environmental strategies: myths and misunderstandings. *Long Range Planning*, v. 40, p. 357-381.
- Babiak, K. (2007). Determinants of interorganizational relationships: The case of a Canadian nonprofit sport organization. *Journal of Sport Management*, v. 21, n. 3, p. 338-376.

Babiak, K. & Thibault, L. (2009). Challenges in Multiple Cross-Sector Partnerships. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 38, n. 1, p. 117–143.

Baker, W. & Faulkner, R. (1993). The social organization of conspiracy: illegal networks in the heavy electrical equipment industry. *American Sociological Review*, v. 58, n. 6, p. 837-860.

Bales, K. & Robbins, P. (2001). No one shall be held in slavery or servitude: a critical analysis of international slavery conventions. *Human Rights Review*, v. 2, n. 2, p. 18-45.

Banerjee, S. B. (2001). Corporate environmental strategies and actions. *Management Decision*, v. 39, n. 1, p. 36-44.

Bang, H. P. & Sorensen, E. (1999). The everyday maker: a new challenge to democratic governance. *Administrative Theory and Praxis*, v. 21, n. 3, p. 325-341.

Battisti, M. (2009). Below the Surface: The Challenges of Cross-sector Partnerships. *Journal of Corporate Citizenship*, v. autumn, n. 35, p. 95-108

Bayma, F. et al (1995). O privado a serviço do público: o terceiro setor e o movimento Viva Rio. *Revista de Administração Pública*, v. 29, n. 4, p. 182-193.

Bebbington A. (1993). *Non-Governmental Organizations and The State In Latin America: Rethinking Roles In Sustainable Agricultural Development*. London: Routledge.

Bevir, M. (2009). Key concepts in governance. London: Sage Publications.

Bevir, M. (2010). *Democratic Governance*. Princeton: Princeton Press.

Bishop, S. & Waring, J. (2016). Becoming Hybrid: the negotiated order on the front line of public-private partnership. *Human Relations*, v. 69, n. 10, p. 1-22.

Blauert, J. (1995). Review. *Journal of Latin American Studies*, v. 27, n. 2, p. 485-487.

Bortel, G. van. (2009). Network governance in action: the case of Groningen complex decision-making in urban regeneration. *Journal of Housing and the Built Environment*, v. 24, p. 167-183.

Borzel, T. A. (1998). Organizing Babylon: on the different conceptions of Policy Networks. *Public Administration*, v. 76, summer, p. 253-273.

Bourdieu, P. (2013). *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.

BRASIL. Decreto não numerado, de 03 de setembro de 1992. Institui o Programa de Erradicação do Trabalho Forçado e do Aliciamento de Trabalhadores - PERFUR e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 set. 2001. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instrução Normativa Intersecretarial nº 01, de 24 de março de 1994. Dispõe sobre procedimentos da inspeção do trabalho na área rural. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 mar. 1994. Seção 1, p. 4489-4491. Disponível em: <<https://goo.gl/WuExMB>>. Acesso em: 01 maio 2015.

BRASIL. Decreto nº 1.538, de 27 de junho de 1995. Cria o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 jun. 1995. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Presidência da República. (2003a). *Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo*. Brasília: Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Organização

Internacional do Trabalho. Disponível em: <<https://goo.gl/RHGP4K>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

BRASIL. Constituição (2003b). Lei nº 10803, de 11 de dezembro de 2003. Altera o art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo.. . Brasília, DF, 11 dez. 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/Wp2cEQ>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

BRASIL. (2004a). Portaria nº 540, de 15 de outubro de 2004.

BRASIL. Constituição (2004b). Decreto nº 5017, de 12 de março de 2004. Protocolo de Palermo. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Brasília, DF, 12 mar. 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/cvfrgr>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BRASIL. Presidência da República. (2008). *II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<https://goo.gl/jdnGrQ>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

BRASIL. (2011). Portaria Interministerial nº2, de 12 de maio de 2011.

BRASIL. Constituição (2004). Lei nº 11079, de 30 de dezembro de 2004. *Institui Normas Gerais Para Licitação e Contratação de Parceria Público-privada no âmbito da Administração Pública*. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm>. Acesso em: 17 set. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. (2012). *Trabalho Escravo no Brasil em Retrospectiva: Referências para estudos e pesquisas*. 33 p. Disponível em: <<https://goo.gl/6Hx26u>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

Brass, D; Galaskiewicz, J; Greve, H. & Tsai, W. (2004). Taking stock of networks and organizations: a multilevel perspective. *Academy of Management Journal*, v. 47, n. 6, p. 795-817.

Bresser, R. & Harl, J. (1986). Collective Strategy: vice or virtue? *The Academy of Management Review*, v. 11, n. 2, p. 408-427.

Bringer, J; Johnston, L. & Brackenridge, C. (2004). Maximizing Transparency in a Doctoral Thesis1: the complexities of writing about the use of QSR*NVIVO within a Grounded Theory Study. *Qualitative Research*, v. 4, n. 2, p. 247-265.

Brinkerhoff, J. (2002). Government-nonprofit partnership: a defining framework. *Public Administration and Development*, v. 22, n. 1, p. 19-30.

Bryson, J.; Crosby, B. C. & Stone, M. M. (2006). The design and implementation of cross-sector collaborations: propositions from the literature. *Public Administration Review*, v. 66, special issue, p. 44-55

Bryson, J.; Crosby, B. C. & Stone, M. M. (2015). Designing and implementing cross-sector collaborations: needed and challenging. *Public Administration Review*, v. 75, n. 5, p. 647-663

Burkhardt, M. (1994). Social Interaction Effects following a technological change: a longitudinal investigation. *The Academy of Management Journal*, v. 37, n. 4, p. 869-898.

Burrell, G. & Morgan, G. (1979). *Sociological paradigms and organizational analysis*. London, England: Heinemann.

Burt, R. S. (1987). Social contagion and innovation: cohesion versus structural equivalence. *American Journal of Sociology*, v. 92, n. 6, p. 1287-1335.

Carlile, P. (2002). A pragmatic view of knowledge and boundaries: boundary objects in new product development. *Organization Science*, v. 13, n. 4, p. 442-455.

CEJIL. José Pereira. Disponível em: <<https://cejil.org/en/jose-pereira>>. Acesso em: 2 maio 2016.

Charmaz, K. (2005). Grounded Theory in the 21st Century: Applications for Advancing Social Justice. In: Denzin, N & Lincoln Yvonnas. *The Sage Handbook of Qualitative Research*. London: SAGE Publications.

Clegg, S. (1989). *Frameworks of Power*. London: Sage.

Clegg, S; Cunha, J. V. & Cunha, M. P. (2002). Management Paradoxes: a relational view. *Human Relations*, v. 55, n. 5, p. 483-503.

Clegg, S; Josserand, E; Mehra, A. & Pitsis, T. (2016). The transformative power of network dynamics: a research agenda. *Organization Studies*, v. 37, n. 3, p. 277-291.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. (2003). *RELATÓRIO Nº 95/03 CASO 11.289 SOLUÇÃO AMISTOSA JOSÉ PEREIRA*. Disponível em: <<https://goo.gl/LKhTgv>>. Acesso em: 02 maio 2016.

Cohen, I. Teoria da Estruturação e Práxis Social. In: Giddens, A. & Turner, J. (1999). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora UNESP. Pp. 393-445.

Corbin, J, & Strauss, A. (1990). Grounded Theory Research: procedures, canons, and evaluative criteria. *Qualitative Sociology*, v. 13, n. 1.

Cropper, S. et al. (2009). Introducing inter-organizational relations. In: Cropper, S. et al. *The Oxford Handbook of Inter-Organizational Relations*. Oxford Handbooks Online, pp. 3-24.

Crosby, B. & Bryson, J. (2010). Integrative Leadership and the Creation and Maintenance of Cross-Sector Collaborations. *Leadership Quarterly*, v. 21, n. 2, p. 211–230.

Dees, G. & Anderson, B. B. (2003). Sector-Bending: blurring lines between nonprofit and for-profit. *Society*, v. 40, n. 4, p. 16-27.

Dixon, J; Dogan, R. & Kouzmin, A. (2004). The dilemma of privatized public services: philosophical frames in understanding failure and managing partnership terminations. *Public Organization Review*, v. 4, p. 25-46.

Donahue, J. & Zackhauser, R. (2006). Public-Private Collaboration. In: Moran, M; Rein, M. & Goodin, R. *The Oxford Handbook of Public Policy*. Oxford: Oxford University Press.

Doner, R. & Schneider, B. (2000). Business associations and economic development: why some associations contribute more than others. *Business and Politics*, v. 2, n. 3, p. 261-288.

Dorado, S. & Vaz, P. (2003) Conveners as champions of collaboration in the public sector: a case of South Africa. *Public Administration and Development*, v. 23, n. 2, p. 141-150.

Dowding, K. (1995). Model or Metaphor? A critical review of the Policy Network Approach. *Political Studies*, XLIII, p. 136-158.

Edwards, M. & Hulme, D. (1992). Scaling up NGO impact on development: learning from experience. *Development in Practice*, v. 2, n. 2, p. 77-91.

Eisenhardt, K. (2000). Paradox, Spirals, Ambivalence: the new language of change and pluralism. *Academy of Management Review*, v. 25, n. 4, p. 703-705, introduction to special topic forum.

Everett, J. & Jamal, T. (2004). Multistakeholder collaboration as symbolic marketplace and pedagogic practice. *Journal of Management Inquiry*, v. 13, n. 1, p. 57-78.

Ezzamel, M. & Reed, M. (2008). Governance: a code of multiple colours. *Human Relations*, v. 61, n. 5, p. 597-615.

Ezzamel, M. & Reed, M. (2006). Special issue call for papers: Governance in transition? Emerging paradigms and practices in the 21st century. *Human Relations*, v. 59, n. 3, p. 451-453.

Fairhurst, G. et al. (2016). Diverging and Converging: integrative insights on a paradox meta-perspective. *Academy of Management Annals*, v. ?, n. ?, p. 1-10.

Feldman, M; Khademian, A; Ingram, H. & Schneider, A. (2006). Ways of knowing and inclusive management practice. *Public Administration Review*, v. 66, n. 1, p. 89-99.

Filgueiras, L. (2006). O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: Basualdo, E. & Arceo, E. (comp). *Neoliberalismo y Sectores Dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: Clacso.

Fischer, R. M. & Falconer, A. P. (1998). Desafios da parceria governo no terceiro setor. *Revista de Administração*, v. 33, n. 1, p. 12-19.

Fredrickson, G. (2005). Whatever Happened to Public Administration? Governance, Governance Everywhere. In: Ferlie, E; Lynn, L. & Pollitt, C. *Oxford Handbook of Public Management*. Oxford: Oxford University Press, 282–305.

Galaskiewicz, J. & Burt, R. (1991). Interorganization contagion in corporate philanthropy. *Administrative Science Quarterly*, v. 36, n. 1, p. 88-105.

Gamble, A. (2014). Ideologies of governance, p. 13-31. In Payne, A. & Phillips, N. *Handbook of International Political Economy of Governance*. Cheltenham, UK: Edward Elgar

Gander, J; Haberberg, A. & Rieple, A. (2007). A paradox of alliance management: resource contamination in the recorded music industry. *Journal of Organizational Behavior*, v. 28, n. 5, p. 607-624.

Giddens, A. (1984). *Constitution of Society*. California: University of California Press.

Giddens, A. (2000). *Dualidade da Estrutura: agência e estrutura*. Oeiras: editora Celta.

Giddens, A. (2003). *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Gioia, D; Corley, K. & Hamilton, A. (2012). Seeking Qualitative Rigor in Inductive Research: notes on the Gioia methodology, *Organizational Research Methods*, v. 16, n. 1, p. 15-31.

Glaser, B & Strauss, A. (1967). *The Discovery of Grounded Theory*: strategies for qualitative research. New York: Aldine DeGruyter.

Goodin, R. E., Rein, M., & Moran, Michael (2006). The Public and Its Policies. In _____. *The Oxford Handbook of Public Policy*. Oxford: Oxford University Press.

Grandori, A. & Soda, G. (1995). Inter-firm networks: antecedents, mechanisms and forms. *Organization Studies*, v. 16, n. 2, p. 183-214.

Gray, B. (1985). Conditions facilitating interorganizational collaboration. *Human Relations*, v. 38, n. 10, p. 911-936.

Gray, B. & Hay, T. (1986). Political limits to interorganizational consensus and change. *The Journal of Applied of Behavioral Science*, v. 22, n. 2, p. 95-112.

Grindle, M. (2004). Good enough governance: poverty reduction and reform in developing countries. *Governance: an international journal of policy, administration and institutions*, v. 17, n. 4.

Gulati, R. (1995). Social structure and alliance formation patterns: a longitudinal analysis. *Administrative Science Quarterly*, v. 40, n. 4, p. 619-652.

Gulati, R. (1999). Network location and learning: the influence of network resources and firm capabilities in alliance formation. *Strategic Management Journal*, v. 20, p. 397-420.

Guo, C. & Acar, M. (2005). Understanding collaboration among nonprofit organizations: combining resource dependency, institutional and network perspectives. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 34, n. 3, p. 340-361.

Hakansson, H. & Snehota, I. (1989). No business is an island: the network concept of business strategy. *Scandinavian Journal of Management*, v. 5, n. 3, p. 187-200.

Hardy, C; Lawrence, T. & Grant, D. (2005). Discourse and Collaboration: the role of conversations and collective identity. *Academy of Management Review*, v. 30, n. 1, p. 58-77.

Hardy, C. & Phillips, N. (1998). Strategies of engagement: lessons from the critical examination of collaboration and conflict in an interorganizational domain. *Organization Science*, v. 9, n. 2, p. 217-230.

Harlow, E; Berg, E; Barry, J. & Chandler, J. (2012). Neoliberalism, managerialism and the reconfiguring of social work in Sweden and the United Kingdom. *Organization*, v. 20, n. 4, p. 534-550.

Harriss, J; Stokke, K. & Tornquist, O. (2005). Introduction: the new local politics of democratization, p. 1-28. In: _____. *Politicising Democracy*. Reino Unido: Palgrave.

Hayward, T. (2010). Practitioner's Perspective – Managing for 2020: an exploration of role interdependence and balance. *Public Administration Review*, v. 70, special edition, p. s129-s126.

Hodgson, L. (2004). Manufactured civil society: counting the cost. *Critical Social Policy*, v. 24, n. 2, p. 139-164.

Howard-Grenville, J; Hoffman, A. & Bhattacharya, C. (2007). Who can act on sustainability issues? Corporate capital and the configuration of organizational fields. In: Sharma, S; Starik, M. & Husted, B. *Organizations and the Sustainability Mosaic: crafting long-term ecological and societal solutions*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.

Huxham, C. & Vangen, S. (2000). Ambiguity, Complexity and Dynamics in the Membership of Collaboration. *Human Relations*, v. 53, n. 6, p. 771-806.

Huxham, C. & Beech, N. (2003). Contrary prescriptions: recognizing good practice tensions in management. *Organization Studies*, v. 24, n. 1, p. 69-93.

Huxham, C. & Beech, N. (2009). Inter-organizational Power. In: Cropper, S. et al. *The Oxford Handbook of Inter-Organizational Relations*. Oxford Handbooks Online, pp. 555-579.

ILO. (2015). *Combating Forced Labour: a handbook for employers and business*. 2nd edition. Geneva: ILO.

INPACTO (Brasil). (2016). *Linha do Tempo do Combate ao Trabalho Escravo no Brasil*. Disponível em: <<https://goo.gl/RER6e0>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

INPACTO (Brasil). *Conceito*. Disponível em: <<https://goo.gl/NQry7b>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

INPACTO (Brasil). (2017). *Notícias sobre Trabalho Escravo – 2007 a 2017*. Disponível em: <<https://goo.gl/fRLtHR>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

ICC. International Criminal Court. *Rome Statute of the International Criminal Court*. Part 2: Jurisdiction, Admissibility and Applicable Law. Disponível em: <http://legal.un.org/icc/statute/99_corr/2.htm>. Acesso em: 22 ago. 2016.

Ivo, A. B. L; Fadul, E. M. C. & Heber, F. (1998). Limites e potencialidades da governabilidade e da governança urbana: o caso de Salvador. *Organizações & Sociedade*, v. 5, n. 13, p. 63-85.

Jochoms, T. & Rutgers, M. R. (2006). Coming to terms with the complementarity of agent and structure. *Public Administration Quarterly*, v. 29, n. 3/4, p. 383-412.

Jones, C; Hesterly, W & Borgatti, S. P. (1997). A general theory of network governance: exchange conditions and social mechanisms. *The Academy of Management Review*, v. 22, n. 4, p. 911-945.

Junqueira, L. A. P. (2004). A gestão intersetorial das políticas sociais e terceiro setor. *Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 25-36.

Kalegaonkar, A. & Brown L. D. (2000). Intersectoral cooperation: lessons for practice. *IDR Reports: a continuing series of occasional papers*, v. 16, n. 2, p. 1-24

Khan, M. (1998). The role of civil society and patron-client networks in the analysis of corruption, p. 111-127. In OECD/UNDP. *Corruption and Integrity Improvement*

Initiatives in Developing Countries. New York: UNDP Management Development and Governance Division. Disponível em: <https://goo.gl/TQ5bg1>

Kilduff, M. & Brass, D. (2010). Organizational Social Network Research: core ideas and key debates. *The Academy of Management Annals*, v. 4, n. 1, p. 317-357.

Kjaer, A. M. (2004). *Governance*. Cambridge: Polity Press.

Klijn, E-H. Governance and Governance Networks in Europe: an assessment of ten years of research on the theme. *Public Management Review*, v. 10, n. 4, p. 506-525.

Knight, E. & Paroutis, S. (2016). Becoming Salient: the TMT leader's role in shaping the interpretive context of paradoxical tensions. *Organization Studies*, v. ?, n. ?, p. 1-30.

Knorringa, P. (2014). Private governance and social legitimacy in production. In: Payne, A. & Phillips, N. (eds). *Handbook of the international political economy of governance*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.

Kooiman, J. & Van Vliet, M. (1993). Governance and public management. In: Eliassen, K. & Kooiman, J. (Eds.) *Modern Governance*. London: Sage.

Kumar, N; Stern, L & Anderson, J. (1993). Conducting interorganizational research using key informants. *The Academy of Management Journal*, v. 36, n. 6.

Leftwich, A. (1994). Governance, the State and the Politics of Development. *Development and Change*, v. 25, p. 363-386.

Levine, S. & White, P. (1961). Exchange as a conceptual framework for the study of interorganizational relationships. *Administrative Science Quarterly*, v. 5, n. 4, p. 583-601.

Lewis, M. (1998). Nongovernmental Organizations, Business and the Management of Ambiguity. *Nonprofit Management and Leadership*, v. 9, n. 2, p. 135-152.

Lewis, M. (2000). Exploring Paradox: toward a more comprehensive guide. *Academy of Management Review*, v. 25, n. 4, p. 760-776.

Lewis, M. & Smith, W. (2014). Paradox as a Metatheoretical Perspective: sharpening the focus and widening the scope. *Journal of Applied Behavioral Science*, v. ?, n. ?, p. 1-23.

Lincoln, Y & Guba, E. (1985). *Naturalistic Inquiry*. Newbury Park, CA: SAGE.

Lister, S. (2000). Power in partnership? An analysis of an NGO's relationships with its partners. *Journal of International Development*, v. 12, p. 227-239.

Lotia, N. & Hardy, C. (2008). Critical Perspectives on Collaboration. In: Cropper, S. et al. *The Oxford Handbook of Inter-Organizational Relations*. Oxford Handbooks Online, pp. 3-24.

Madhava, R; Koka, B. & Prescott, J. (1998). Networks in transition: how industry events (re)shape interfirm relationships. *Strategic Management Journal*, v. 19, n. 5, p. 439-459.

Maguire, S., Hardy, C., & Lawrence, T. B. (2004). Institutional entrepreneurship in emerging fields: HIV/AIDS treatment advocacy in Canada. *Academy of Management Journal*, v. 47, n. 5, p. 657-679.

Mandell, M. & Keast, R. (2009). Voluntary and Community Sector Partnerships: current inter-organizational relations and future challenges. In: Cropper, S. et al. *The Oxford Handbook of Inter-Organizational Relations*. Oxford Handbooks Online, p. 285-330.

Mayntz, R. (1993). Modernization and the logic of interorganizational networks. *Knowledge and Policy: the international journal of knowledge transfer and utilization*, v. 6, n. 1, p. 3-16.

McGrath, S. (2013). Many chains to break: the multi-dimensional concept of slave labour in Brazil. *Antipode*, v. 45, n. 4, p. 1005-1028.

Melo, M. A. (1996). *Governance e Reforma do Estado: o paradigma agente x principal*. *Revista do Serviço Público*, v. 120, n. 1, p. 67-82.

Milton, L. & Westphal, J. (2005). Identity confirmation networks and cooperation in work groups. *The Academy of Management Journal*, v. 48, n. 2, p. 191-212.

Mintzberg, H; Ahlstrand, B. & Lampel, J. (2000). *Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico*. Porto Alegre: Bookman.

Miraftab, F. (2004). Public-private partnerships: The trojan horse of neoliberal development. *Journal of Planning Education and Research*, v. 24, n. 1, p. 89-101.

Mitchell-Weaver, C. & Manning, B. (1991). Public-private partnerships in third world development: a conceptual overview. *Studies in Comparative International Development*, v. 26, n. 4, p. 45-67.

Misoczky, M. C; Abdala, P. R. Z. & Damboriarena, L. (2017). A trajetória ininterrupta da reforma do aparelho do Estado no Brasil: continuidades nos marcos do neoliberalismo e do gerencialismo. *Administração Pública & Gestão Social*, v. 9, n. 3, p. 184-193.

Mizruchi, M. (1990). Cohesion, structural equivalence, and similarity of behavior: an approach to the study of corporate political power. *Sociological Theory*, v. 8, n. 1, p. 16-32.

Mizruchi, M. & Galaskiewicz, J. (1993). Networks of interorganizational relations. *Sociological Methods and Research*, v. 22, n. 1, p. 46-70.

Monteiro, L. & Fleury, S. (2014). Elos que libertam: redes de políticas para erradicação do trabalho escravo contemporâneo no Brasil. *Organizações & Sociedade*, v. 21, n. 69, p. 255-274.

Morgan, G. (1980). Paradigms, metaphors, and puzzle solving in Organization Theory. *Administrative Science Quarterly*, v. 25, n. 4, p. 605-622.

Morgan, G. & Smircich, L. (1980). The case for qualitative research. *Academy of Management Review*, v. 5, p. 491-500

Murphy, D. & Bendell, J. 1999. *Partners in time?* Business, NGOs and sustainable development. UNRISD Discussion Paper No. 109. Geneva. <https://goo.gl/L4rMKk>

Newell, S. & Swan, J. (2000). Trust and inter-organizational networking. *Human Relations*, v. 53, n. 10, p. 1287-1328.

Nicolini, D. (2009). Zooming In and Out: studying practices by switching theoretical lenses and trailing connections. *Organization Studies*, v. 30, n. 12, p. 1391-1418.

Noble, G. & Jones, R. (2006). The Role of Boundary-Spanning Managers in the Establishment of Public-Private Partnerships. *Public Administration*, v. 8, n. 4, p. 891-917.

Norris, P. (2007). Political Activism: New challenges, new opportunities. In: BOIX, Carles; STOKES, Susan C.. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford: Oxford University Press. Cap. 26. p. 628-651

OHCHR. Human Rights Council. Bhoola, U. (2015). Report of the special rapporteur on contemporary forms of slavery, including its causes and consequences. Disponível em < <https://goo.gl/2E8LGb> >. Acesso em: 19 set. 2017.

OHCHR. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: < <https://goo.gl/uAUq6R> >. Acesso em: 19 set. 2017.

OHCHR. (1956). Supplementary Convention on the Abolition of Slavery, the slave trade, and institutions and practices similar to slavery. Disponível em: < <http://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/slaverytrade.pdf> >. Acesso em: 18 set. 2017.

Oliver, C. (1990). Determinants of Interorganizational Relationships: integration and future directions. *Academy of Management Review*, v. 15, n. 2, p. 241-265.

Oliver, A. & Ebers, M. (1998). Networking network studies: an analysis of conceptual configurations in the study of inter-organizational relationships. *Organization Studies*, v. 19, n. 4, p. 549-583.

O'Toole, Jr. L. J. (1997). Treating networks seriously: practical and research-based agendas in public administration. *Public Administration Review*, v. 57, n. 1, p. 45-52.

O'Toole, Jr, L. J. (1997). The implications for democracy in a networked bureaucratic world. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 7, n. 3, p. 443-459.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. OIT. Sakamoto, L. (coord). (2007). Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/relatorio_oit2.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. OIT. *O que é trabalho forçado?* Disponível em: <<https://goo.gl/stj6Rm>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

Parker, B. & Selsky, J. (2004). Interface Dynamics in Cause-Based Partnerships: an exploration of emergent culture. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 33, n. 3, p. 458-488.

Peci, A; Pieranti, O. P. & Rodrigues, S. (2008). Governança e *New Public Management*: convergências e contradições no contexto brasileiro. *Organizações & Sociedade*, v. 15, n. 46, p. 39-55.

Peroni, V. M. V; Oliveira, R. T. C. & Fernandes, M. D. E. (2009). Estado e Terceiro Setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação brasileira. *Educação & Sociedade*, v. 30, n. 108, p. 761-778.

Peters, G. M. (2006). *Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu*. 2006. 345 f. Dissertação - Universidade de Brasília, Brasília.

Pfeffer, J. (1997). *New Directions for Organization Theory: problems and prospects*. New York / Oxford: Oxford University Press.

Phillips, N. (2015). Private governance and the problem of trafficking and slavery in global supply chains, p. 15-27. In Waite et al. Vulnerability, exploitation and migrants: insecure work in a globalized economy. London: Palgrave MacMillan.

Phillips, N. & Mieres, F. (2015) The Governance of Forced Labour in the Global Economy. *Globalizations*, n. 12, v.2, p. 244-260

Phillips, N. & Payne, A. (2014). Introduction: the international political economy of governance. In Payne, A. & Phillips, N. *Handbook of International Political Economy of Governance*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.

Phillips, N, & Sakamoto, L. (2011). The dynamics of adverse incorporation in global production networks: poverty, vulnerability and 'slave labour' in Brazil. *Chronic Poverty Research Center Working Paper*, v. 175, n. 1, p. 1-47.

Podolny, J. & Page, K. (1998). Network forms of organization. *Annual Review of Sociology*, v. 24, p. 57-76.

Poole, M. S. & Van de Ven, A. (1989). Using paradox to build management and organization theories. *Academy of Management Review*, v. 14, n. 4, p. 562-578.

Powell, W. W. (1990). Neither market nor hierarchy: network forms of organization. *Research in Organizational Behavior*, v. 12, p 295-336.

Powell, W; Koput, K. & Smith-Doerr, L. (1996). Interorganizational collaboration and the locus of innovation: networks of learning in biotechnology. *Administrative Science Quarterly*, v. 41, n. 1, p. 116-145.

Purdy, J. (2012). A framework for assessing power in collaborative governance processes. *Public Administration Review*, v. 72, n. 3. p. 409-417.

Putnam, L; Fairhurst, G. & Banghart, S. (2016). Contradictions, Dialectics, and Paradoxes in Organizations: a constitutive approach. *Academy of Management Annals*, v. ?, n. ?, p. 1-107.

Quick, K. S. & Feldman, M. (2014). Boundaries as Junctures: Collaborative Boundary Work for Building Efficient Resilience. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 24, n. 3, p. 673–695.

Raelin, J. (1980). A mandated basis of interorganizational relations: the legal-political network. *Human Relations*, v. 33, n. 1, p. 54-68.

REPÓRTER BRASIL (2017). *Publicações: relatórios, cartilhas e livros desenvolvidos pela Repórter Brasil*. Disponível em: <<https://goo.gl/jypA6U>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

REPÓRTER BRASIL. (2016). *Tag: trabalho escravo*. Disponível em: <<https://goo.gl/gzLRMt>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

Rhodes, RAW. (1994). The Hollowing Out of the State: the changing nature of the public service in Britain. *The Political Quarterly Publishing*

Rhodes, RAW. (1996). The new governance: governing without government. *Political Studies*, XLIV, p. 652-667.

Rhodes, RAW. (1999). Foreword. In: Stoker, G. *The New Management of British Local Governance*. London: MacMillan Press Ltd.

Rhodes, RAW. (2007). Understanding Governance: ten years on. *Organizational Studies*, v. 28, n. 8, p. 1243-1264.

Roberson, Q. & Colquitt, J. (2005). Shared and Configural Justice: a social network model of justice in teams. *Academy of Management Review*, v. 30, n. 3, p. 595-807.

Ronen, S. (2008). The age of responsabilization: on market-embedded morality. *Economy and Society*, v. 37, n. 1, p. 1-19.

Schad, J; Lewis, M; Raisch, S. & Smith, W. (2016). Paradox Research in Management Science. *Academy of Management Annals*, v. 10, n. 1, p. 1-60.

Schwarz, R. C. (2008). *Trabalho Escravo: a abolição necessária*. Brasília: Editoria LTr. Disponível em: < <https://goo.gl/DzKh39> >. Acesso em: 07 mar 2016.

Scott, J. (1991). Networks of corporate power: a comparative assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 17, p. 181-203.

Seitanidi, M. M. (2008). Adaptive Responsibilities: nonlinear interactions in cross sector social partnerships. *Emergence: Complexity & Organization*, v. 10, n. 3, p. 51-64.

Seitanidi, M. M. & Lindgreen, A. (2010). Editorial: cross-sector social interactions. *Journal of Business Ethics*, 94, p. 1-7.

Selsky, J. W. & Parker, B. (2005). Cross-Sector Partnerships to Address Social Issues: Challenges to Theory and Practice. *Journal of Management*, v. 31, n. 6, p. 849-873.

Selsky, J. W. & Parker, B. (2010). Platforms for Cross-Sector Social Partnerships: prospective sensemaking devices for social benefit. *Journal of Business Ethics*, v. 94, n. ?, p. 21-37.

Shah, P. P. (1998). Who are employees' social reference? Using network perspective to determine referent others. *The Academy of Management Journal*, v. 41, n. 3, p. 249-268.

Shah, P. P. (2000). Network destruction: the structural implications of downsizing. *The Academy of Management Journal*, v. 43, n. 1, p. 101-112.

Simo, G. & Bies, A. L. (2007). The Role of Nonprofits in Disaster Response: An Expanded Model of Cross-Sector Collaboration. *Public Administration Review*, v. 67, p. 125-142, special issue.

Sinkovics, R. & Alfoldi, E. (2012). Progressive Focusing and Trustworthiness in Qualitative Research: the enabling role of CAQDAS. *Management International Review*, v. 52, n. ?, p. 817-845.

Smith, W. & Lewis, M. (2011). Toward a Theory of Paradox: a dynamic equilibrium model of organizing. *Academy of Management Review*, v. 36, n. 2, p. 381-403.

Stadtler, L. (2017). Tightrope walking: navigating competition in multi-company cross-sector social partnership. *Journal of Business Ethics*, v. ?, n. ?, p. 1-17.

Stern, R. (1979). The development of an interorganizational control network: the case of intercollegiate athletics. *Administrative Science Quarterly*, v. 24, n. 2, p. 242-266.

Sternberg, E. (1993). Preparing for the hybrid economy: The new world of public-private partnerships. *Business Horizons*, v. 36, n. 6, p. 11-15.

Stevenson, W. B. & Greenberg, D. (2000). Agency and Social Networks: strategies of action in a social structure of position, opposition and opportunity. *Administrative Science Quarterly*, v. 45, n. 4, p. 651-678.

Stoker, G. (1998). Governance as Theory: five propositions. *International Social Science Journal*, v. 50, n. 155, p. 17-28.

Stone, M. (2000). Exploring the effects of collaborations on member organizations: Washington County's Welfare-to-Work Partnership. *Nonprofit & Voluntary Sector Quarterly*, v. 29, n. 1, p. 98-119.

Strauss, A. & Corbin, J. (2008). *Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques*. 3rd edition. SAGE.

Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *The Academy of Management Review*, v. 20, n. 3, p. 571-610.

Suddaby, R. (2006). From the Editors: what Grounded Theory is not. *Academy of Management Journal*, v. 49, n. 4, p. 633-642.

Sydow, J. & Windeler, A. (1998). Organizing and Evaluating Interfirm Networks: a structurationist perspective on network processes and effectiveness. *Organization Science*, v. 9, n. 3.

Thomson, A. M. & Perry, J. L. (2006). Collaboration Processes: inside the black box. *Public Administration Review*, v. 66, special issue, p. 20-32.

Tracy, S. (2010). Qualitative Quality: Eight “Big-Tent” Criteria for Excellent Qualitative Research. *Qualitative Inquiry*, v. 16, n. 10, p. 837-850.

Van de Ven, A. H. & Walker, G. (1979). Coordination patterns within an interorganizational networks. *Human Relations*, v. 32, n. 1, p. 19-36.

Van de Ven, A. H; Emmett, D. C. & Koenig, Jr, R. (1975). Frameworks for interorganizational analysis. In: Negandhi, A. R. *Interorganization Theory*. Kent, Ohio: Thomson Press.

Veras, D. & Casara, M. (2004). Escravos do Aço, *Observatório Social em Revista*, n. 6, p. 10-24.

Waarden, F. V. (1992). Dimensions and types of policy networks. *European Journal of Political Research*, v. 21, p. 29-52.

Waddell, S. (2000). New institutions for the practice of corporate citizenship: historical, intersectoral, and developmental perspectives. *Business and Society Review*, v. 105, n. 1, p. 107-126.

Waddell, S., & Brown, L. D. (1997). Fostering intersectoral partnering: A guide to promoting cooperation among government, business, and civil society actors. *Institute for Development Research Reports*, v. 13, n. 3, p. 1-26. Disponível em: < <https://goo.gl/MzMDY1> >. Acesso em: 12 jan. 2017

Waddock, S. (1988). Building successful social partnerships. *Sloan Management Review*, summer, p. 17-23

Waddock, S. (1991). A typology of social partnership organizations. *Administration & Society*, v. 22, n. 4, p. 480-516.

Walker, G; Kogut, B. & Shan, W. (1997). Social capital, structural holes and the formation of an industry network. *Organization Science*, v. 8, n. 2, p. 109-125.

Wallemacq, A. (1998). Totem and Metaphor: the concept of network as a symbolical operator. *Organization*, v. 5, n. 4, p. 593-612.

Weir, K. (2003). *The paradox of NGO-State relations*. 211 f. Thesis (Ph. D) - Political Science, University of Connecticut, Connecticut, 2003. Disponível em: <<http://opencommons.uconn.edu/dissertations/AAI3101718/>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

Wenger, E. (1998). *Communities of Practice: learning, meaning and identity*. Cambridge: Cambridge University Press.

Williams, P. (2002). The competent boundary spanner. *Public Administration*, v. 80, n. 1, p. 103-124.

Wood, D. & Gray, B. (1991). Toward a Comprehensive Theory of Collaboration. *Journal of Applied Behavioral Science*, v. 27, n. 2, p. 139-162.

Young, D. R. (1999). Nonprofit management studies in the United States: Current developments and future prospects. *Journal of Public Affairs Education*, v. 5, n. 1, p. 13-23.

.

APÊNDICE A - RÓTULOS

Estão presentes neste apêndice alguns rótulos elaborados a partir do trabalho de campo e por meio do processo de codificação e categorização. Por se tratar de grande quantidade de rótulos, foram selecionados aqui aqueles considerados mais cruciais para a formação das categorias apresentadas nesta tese.

RÓTULOS (categorias e temas)	DESCRIÇÃO
Arenas Mescladas (mixed arenas)	Arenas sobrepostas que possuem parte de determinado setor como ponto de conexão
Aspectos de manufatura da sociedade civil	Políticas e práticas realizadas no âmbito do Estado para moldar, de alguma forma, a sociedade civil organizada
Assimetria de Poder	Assimetria de poder entre as organizações-membro da CSSP
Atores e Organizações do Setor Privado	Sujeitos e organizações que atuam no setor privado
Atores e Organizações do Setor Estatal	Parte do Estado responsável pela produção, distribuição ou organização da produção de bens e serviços públicos
Atores e Organizações do Terceiro Setor	Sociedade civil organizada
Atores e Organizações internacionais	Atores e organizações que não compõem nenhum dos três setores
Atores Pára-Raios	Atores que, mesmo sem serem conveners ou <i>spanners</i> , têm capacidade e poder de conectar episódios do campo com a CSSP
Atores-ponte	Sujeitos com grande capacidade e poder para atuar como articuladores dos episódios
Autonomia dos Sujeitos	Autonomia para entrar e sair da CSSP; para opinar e alterar práticas da CSSP

Autonomia Organizacional	Autonomia para entrar e sair da CSSP; para questionar institucionalmente o conceito de trabalho escravo; para questionar e ou desenvolver novos mecanismos institucionais de combate ao trabalho escravo
Batalha da Lista Suja	Diversos microepisódios e eventos que tentaram derrubar a Lista Suja ou retomar seu poder institucional
Buraco de Minhoca	Elementos (pessoas, recursos ou práticas) que permitem a conexão de dois ou mais campos organizacionais
Cadeias Produtivas	Conexão de organizações que fazem parte da mesma cadeia produtiva
Condições Iniciais para Colaboração	Condições que induziram sujeitos ou organizações a colaborarem
Contexto Paradoxal	Com a presença de paradoxo no campo, formação de contexto em que ocorre mais conflitos
Desequilíbrio de Poder	Eventual desequilíbrio de poder entre A e B, fruto de paradoxos ou episódios que ocorrem no campo
Dinâmicas no Ambiente Político	Decisões e políticas públicas lançadas no âmbito do setor estatal
Episódios	Sendo um conceito e rótulo ao mesmo tempo, situações pontuais acessórias que são antecedidas e precedidas por mudanças no campo institucional mais visíveis
Governança Híbrida	Decisões tomadas por duas ou mais organizações que não pertencem à mesma CSSP
Grupo de concorrentes	
Inequidade de Poder	Alteração ou atribuição de poder a um sujeito ou organização para propositalmente prejudicar nas capacidades de agência de outros
Iniciativas de CSR	Iniciativas do setor privado relacionadas com as práticas de responsabilidade social corporativa
Intersectoral Blurring	Aspecto turvo das responsabilidades dos setores, que acabam por assumir as atividades uns dos outros

Intersectoral Bounce	Responsabilidades não muito bem definidas que são jogadas de um setor para o outro
Legitimação	Atributos do processo de um sujeito ou organização se tornar legítimo frente à CSSP ou outras partes
Legitimidade	Caráter legítimo de um sujeito ou organização para tomada de decisões frente a outras partes
Lista Suja	Elementos que compõem a Lista Suja ou que auxiliaram em sua formação
Modalidades de Estruturação	Tradução dos aspectos estruturais em ações
Organizações e Atores Primários	Fundadores, membros da diretoria ou do conselho deliberativo da CSSP
Organizações e Atores Quaternários	Sujeitos relacionados, de algum modo, com a CSSP
Organizações e Atores Secundários	Membros com alto poder de influência e fala dentro da CSSP
Organizações e Atores Terciários	Sujeitos não-membros da CSSP com alta capacidade de influência e fala
Paradoxo Institucional	Aspectos opostos, temporal ou espacialmente, em nível de instituições, tais como as governamentais
Paradoxo Interno	Aspectos opostos, temporal ou espacialmente, em nível da CSSP
Plataformas sobrepostas	Sobreposição de plataformas de práticas
Poder Estrutural	Poder e capacidade de influência por meio da legitimação ou sanção de leis, normas e aparatos coercitivos
Ponto focal de ambiguidade	Elementos que deram origem a algum tipo de ambiguidade
Práticas de aperfeiçoamento da CSSP	Práticas que buscam ampliação, remodelagem organizacional ou algum tipo de intervenção na CSSP para atender mais ao seu propósito
Processos Interculturais	Relação e interação entre mais de uma cultura - interface da CSSP com órgãos internacionais e sujeitos estrangeiros
Zona de Ambiguidade	Intersecção entre arenas onde ocorrem ambiguidades que interferem em duas ou mais arenas

APÊNDICE B – CATEGORIAS COMPILADAS

Este apêndice apresenta, de modo compilado, as categorias presentes nesta tese desenvolvidas ao longo da análise do *corpus* de pesquisa.

GRUPOS	SIGNIFICADO	POLO
Fiscalizadores	Figuras que atuam com intervenção direta junto aos trabalhadores escravizados ou que prestam suporte para a ação destes	A
Desenvolvedores de mecanismos institucionais	Responsáveis por desenvolver mecanismos que permitem o combate ao trabalho escravo, com a devida atenção à legislação e às demandas dos setores da sociedade	A / C
Mobilizadores do setor privado	Figuras que buscam mobilizar o empresariado para que este passe a compor a arena de erradicação do trabalho escravo no país	B
Produtores de conteúdo	Organizações que geram conteúdos tanto sobre os trabalhadores escravizados quanto sobre o perfil dos usuários de trabalho escravo	B / C
Promotores de <i>advocacy</i>	Figuras que influenciam as decisões do corpo legislativo, executivo e judiciário, e também influenciam na formação de políticas públicas para erradicação do trabalho escravo	B

Figura 12 - Elementos da Arena Principal

Fonte: Elaborado pelo autor

GRUPOS	SIGNIFICADOS
Usuários de trabalho escravo	Pessoas físicas ou jurídicas que fazem uso da força de trabalho escravo que não compõem a Lista Suja
Cadastrados na Lista Suja	Pessoas físicas ou jurídicas condenadas pelo uso do trabalho escravo
Figuras representativas	Confederações e associações que têm buscado a alteração dos mecanismos institucionalizados de combate e ou do conceito de trabalho escravo tipificado em lei
Figuras receptoras	Figuras públicas que acatam as demandas das figuras representativas ou dos cadastrados na Lista Suja
Elo comercial	Figuras internacionais que, de algum modo, tem levantado barreiras comerciais a determinados setores da indústria brasileira em decorrência da tipificação do trabalho escravo no país

Figura 13 - Elementos da Contra-Arena
Fonte: Elaborado pelo autor

GRUPOS	SIGNIFICADO
Criação de mecanismos alternativos	Criação de mecanismos de erradicação do trabalho escravo paralelos aos mecanismos institucionalizados que vinham sofrendo eventuais quedas
Reconfiguração das relações de poder ao longo de cadeias produtivas	Oscilação das relações entre organizações de uma mesma cadeia produtiva, conforme oscilavam também os mecanismos institucionais e surgiam novas ações da contra-arena
Alteração do modo de produção de conteúdo e conhecimento	Produção de conhecimento e conteúdo antes mais abrangente passa a ter enfoque em setores específicos da indústria, por intermédio da arena principal

Figura 14 - Pontos de Reconfiguração da CSSP investigada
Fonte: elaborada pelo autor

CATEGORIAS	SIGNIFICADOS
Concepção de episódios	Spanners e ou conveners que possuem capacidades para criar e canalizar o campo institucional a ponto de emergir episódios que reconfigurem este campo
Recepção de episódios	Spanners e ou conveners que possuem posição de vantagem dentro da CSSP ou da arena principal e, por isso, atuam como receptáculos dos episódios que ocorrem no campo
Concepção dos pontos de reconfiguração	Spanners e ou conveners que criam pontos de reconfiguração tais como mecanismos alternativos de combate, alteração nas relações de poder e ou reconfiguração no modo de produção de conteúdo sobre trabalho escravo
Disseminação dos pontos de reconfiguração	Spanners e ou conveners que disseminam novas práticas criadas por aqueles que concebem os pontos de reconfiguração

Figura 15 - Categorias de Spanners e Conveners

Fonte: elaborado pelo autor

CATEGORIAS	SIGNIFICADOS
Capacidade institucional	Acesso para, e capacidade de, modificar intencionalmente o curso de ações para a derrubada ou consolidação de mecanismos legítimos de erradicação
Capacidade de advocacy	Acesso para, e capacidade de, influenciar intencionalmente o processo de formação de políticas públicas, seja pela interface com outros atores ou pela produção de conteúdo que altere o curso das coisas
Capacidade direcionada a cadeias produtivas	Capacidade de influenciar práticas e ações no âmbito de determinada cadeia produtiva e, por isso, modificar o curso das coisas
Capacidade de influência em setores específicos	Capacidade de influenciar práticas e ações no âmbito de determinados setores industriais específicos, ou parte do terceiro setor ou parte do setor estatal, e, por isso, modificar o curso das coisas

Figura 16 - Categorias das Capacidades

Fonte: elaborado pelo autor

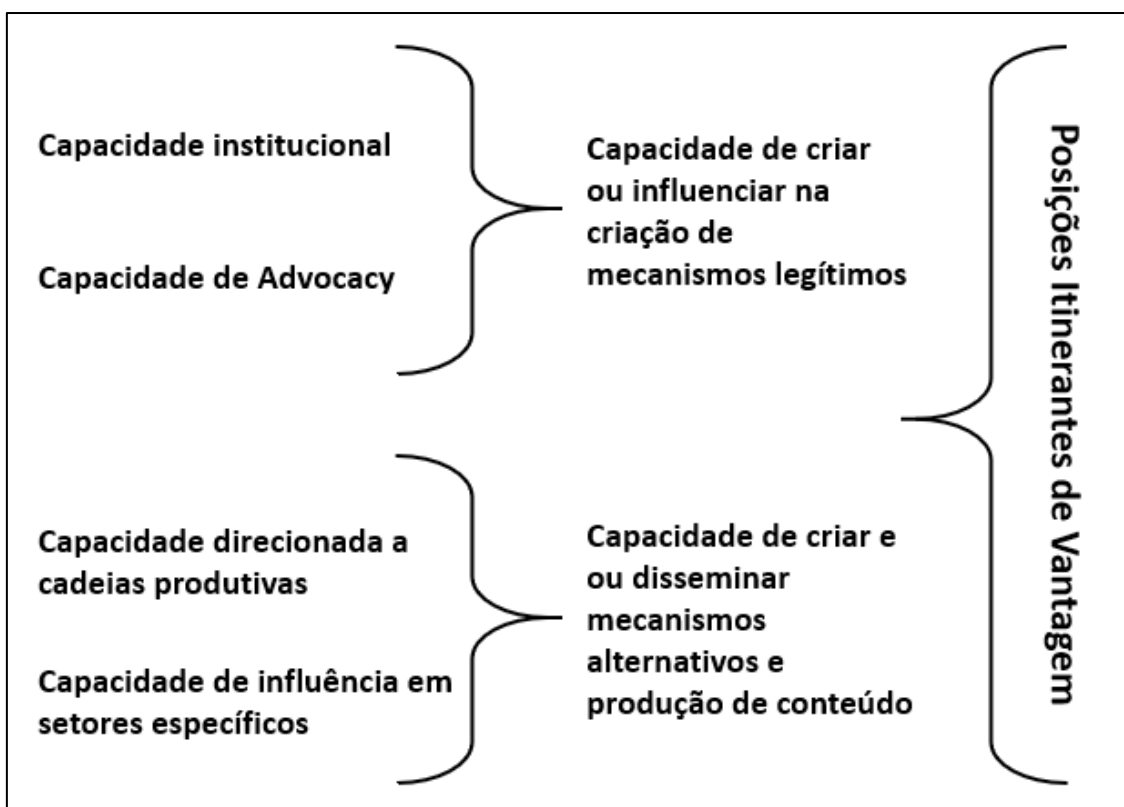


Figura 17 - Relação dos Elementos de Capacidade

Fonte: elaborado pelo autor

Por espaço / tempo	Concomitantes e não concomitantes	Permite definir se os polos dos paradoxos são criados ao mesmo tempo e ou no mesmo espaço
	Mesmo espaço ou espaço distinto	
Por proximidade	Impactos diretos	Permite definir qual a força de impacto dos paradoxos na CSSP
	Impactos indiretos	
	Impactos intermediários	
Por ponto focal da ação	Foco no aparato legal	Permite definir em qual elemento do campo o paradoxo tem agido
	Foco nas práticas	
	Foco nos conteúdos que dão base para a ação	

Figura 18 - Categorização dos Paradoxos

Fonte: elaborado pelo autor